

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

LEINA PERES RODRIGUES

Não quero que gostem de mim, mas exijo que me respeitem:

a prostituta cidadã, os significados e as ambiguidades na relação com o
Ministério da Saúde.

Prof. Dra. Fernanda Bittencourt Ribeiro

Orientadora

Porto Alegre/RS

2014

LEINA PERES

Não quero que gostem de mim, mas exijo que me respeitem: a prostituta
cidadã, os significados e as ambiguidades na relação com o Ministério da Saúde.

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do
grau de Mestra em Ciências Sociais, pela Pontifícia Universidade
Católica do Rio Grande do Sul, Faculdade de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais.

Orientadora: Dra. Fernanda Bittencourt Ribeiro

Porto Alegre/RS

2014

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

R696n Rodrigues, Leina Peres.

Não quero que gostem de mim, mas exijo que me respeitem : a prostituta cidadã, os significados e as ambiguidades na relação com o Ministério da Saúde / Leina Peres Rodrigues. – 2014.

112 f.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Fernanda Bittencourt Ribeiro.

Bibliotecária responsável: Carolina Patrícia König – CRB10/2104

TRABALHO APRESENTADO EM BANCA E APROVADO POR:

Dr^a Fernanda Bittencourt Ribeiro

(Orientadora)

Dr^a Ceres Gomes Victora (UFRGS)

Dr^a Lúcia Müller (PUCRS)

Porto Alegre, 31 março de 2014.

Aluna: Leina Peres Rodrigues

AGRADECIMENTOS:

Para a realização de uma dissertação de mestrado, apesar do processo solitário ao qual qualquer investigador ou investigadora está fadado(a), é necessário e, principalmente para a realização de uma etnografia, da contribuição de inúmeras pessoas. Assim sendo, inicio os meus agradecimentos, como não poderia ser diferente, às mulheres do NEP. Meus profundos e sinceros agradecimentos por me permitirem estar com vocês nesses anos. Agradeço a Tina, a Soila, a Nilce a Dete e a tantas outras anônimas pelos ensinamentos de vida, todas vocês fizeram de mim uma mulher mais consciente do que é ser mulher neste mundo e ainda mais feliz.

Agradeço as minhas amigas cientistas sociais, Lu Lauda, Letícia Konig, Francine Sheffner, pelo apoio incondicional, pelas trocas intelectuais e pelos momentos de alegrias. Também agradeço aos amigos Leandro Panitz e Fabrício Solagna por acreditarem no meu potencial. À colega e nova amiga, Milena Cassal, agradeço o acolhimento na PUCRS, as trocas e a “parceria na reta final” do trabalho.

Às amigas da vida inteira, Geice Peres agradeço os “mantras” e a revisão gramatical do texto e a Carla Rodrigues agradeço o apoio internacional, dos chás à revisão do inglês.

Ao meu querido Vitor, agradeço a paciência, o carinho e os sorrisos que me dedicou neste ano de escrita.

Ao amigo Dr. José Miguel Olívar, agradeço pelas incontáveis ajudas e por me colocar na “putaria”.

A sempre querida professora Dra. Ceres Victora, agradeço pelo apoio intelectual, pela partilha do saber e pelas valiosas contribuições.

Agradeço a professora Dr. Fernanda Bittencourt Ribeiro por aceitar orientar esta dissertação, por estimular o meu interesse pelo conhecimento científico, pelas valiosas contribuições a este trabalho e pelo tempo dedicado.

A professora Lúcia Müller, agradeço ter aceito participar da banca de qualificação e defesa, pela contribuição intelectual e pela atenção ao meu trabalho.

A CAPES e PUCRS agradeço o apoio financeiro e a possibilidade de realização deste trabalho.

O meu mais sincero agradecimento a todos e todas que contribuíram para a realização deste trabalho, compartilho com vocês a felicidade desta experiência.

“Sair do escuro. Nós, prostitutas, sempre ficamos debaixo do tapete, lá na escuridão, entendeu? Então, a gente nunca aparecia devido ao estigma, ao preconceito, ao medo de levar pedradas, mesmo que simbolicamente, e a gente não aparecia em lugar nenhum. A gente passou toda nossa vida sempre... todo mundo falava o que era melhor para a prostituta, o que era o pior e tal, mas nunca ninguém foi perguntar a nossa opinião. Eu acho que hoje a gente mudou isso. Nesses quase trinta anos de movimento, a gente conseguiu...”

(Gabriela Leite, 2009)

Disponível em:

http://www.rodaviva.fapesp.br/materia_busca/723/gabriela%20leite/entrevistados/gabriela_leite_2009.htm

RESUMO:

Esta pesquisa de caráter etnográfico foi realizada junto a uma organização da sociedade civil, não governamental, o NEP – Núcleo de Estudos da Prostituição, que atua no âmbito do movimento social de prostitutas, em Porto Alegre e faz parte da Rede Brasileira de Prostitutas. O interesse desta investigação é analisar como essas mulheres que fazem parte de organizações de prostitutas assumem a identidade do movimento social e como se dá a relação dessas organizações com as políticas públicas para esta categoria. Trata-se aqui de situar a discussão sobre a prostituição em questões mais amplas, atuais e políticas. Meu objetivo foi analisar as relações do movimento social organizado de prostitutas com as políticas públicas de prevenção e enfrentamento à AIDS no Brasil, visto que dados etnográficos demonstram que a parceria entre a Rede Brasileira de Prostitutas e o Ministério da Saúde é histórica. Demonstro que o setor saúde é hoje praticamente a única forma de sustentabilidade das organizações de prostitutas e, também o setor do Estado, que pelo menos, mostra-se disposto a dialogar com esse movimento social organizado, apesar do embate de interesses nesta relação, as mulheres que fazem parte desse movimento social constroem estratégias de promoção de suas demandas e agenciam ações políticas a partir desse espaço.

Palavras-chaves: Movimento Social, prostituição e políticas públicas.

ABSTRACT:

This ethnographic research was conducted at a non-governmental organization of civil society, NEP – Núcleo de Estudos da Prostituição, which operates in the scope of the social movement of prostitutes in Porto Alegre and is part of the Rede Brasileira de Prostitutas. The interest of this research is to analyze how these women, who are part of prostitutes' organizations, assume the identity of the social movement and how the relationship between these organizations and public policies is for this category. We address the discussion of prostitution in a broader way, within current policy issues. My goal was to analyze the relations of the organized social movement of prostitutes concerning public policies for preventing and coping with AIDS in Brazil, since ethnographic data show that the partnership between the Rede Brasileira de Prostitutas and the Ministry of Health is historical. I demonstrate that the health sector is now virtually the only form of sustainability of prostitutes' organizations and is also the sector which at least seems willing to dialogue with this organized social movement that, despite the conflict of interests in this relationship, women who are part of this social movement build strategies to promote their demands and negotiate policy actions from this space.

Keywords: Social Movement, prostitution and public policies.

SUMÁRIO:

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA E A EXPERIÊNCIA DE UMA ANTROPÓLOGA NO CAMPO DE PESQUISA	19
2.1 Construindo a cidadã profissional prostituta: diálogos possíveis com a produção acadêmica	19
2.1.1 Revisão bibliográfica sobre prostituição	20
2.1.2 Movimentos sociais, ONGs e Redes no Brasil: o que as políticas públicas têm a ver com isso?	23
2.2 Metodologia.....	29
2.2.1 Eu no NEP: “qual é o dessa guria?”	30
2.2.2 O local de pesquisa e o perfil das interlocutoras da investigação	39
3 TECENDO REDES: A REDE BRASILEIRA DE PROSTITUTAS E O NEP.....	45
3.1 A articulação da RBP e as políticas públicas	46
3.1.2 “As putas voaram leves na casa do passarinho”: O “V Encontro Nacional de Prostitutas” em Porto Alegre	59
3.2 O NEP: promovendo cidadania, derrubando preconceitos.....	62
3.2.1 A moral profissional da prostituta cidadã com autoestima	67
4 (IN) FELICIDADE DA PROSTITUTA: REFLETINDO SOBRE AS RELAÇÕES DO MOVIMENTO SOCIAL DE PROSTITUTAS COM AS POLÍTICAS DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO À AIDS NO BRASIL A PARTIR DE UM FATO ETNOGRÁFICO. 72	
4.1 A Felicidade da Nilce	78
4.2 O sofrimento da prostituta cidadã com autoestima	89
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	99
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	103
ANEXOS	110

1 INTRODUÇÃO

Os temas relativos ao universo da prostituição no Brasil há muito tempo já são discutidos pelas ciências sociais, na antropologia têm sido abordados em diversas perspectivas, para tratar questões tais como: sexualidade, gênero, identidade, entre outras.

Pelo menos desde os anos de 1980, com Dulce Gaspar (1988), que realizou uma etnografia com as garotas de programa¹ em Copacabana no Rio de Janeiro, pode-se citar diversas pesquisas antropológicas pertinentes à discussão sobre a prostituição no país. Claudia Fonseca (1996), Elisiane Pasini (2000), Letícia Tedesco (2005), José Miguel Olivar (2010), Adriana Piscitelli (2005), entre outros (as), são autores (as) com uma vasta produção reconhecida sobre o tema. Eu mesma realizei uma investigação para minha monografia de conclusão do curso de bacharelado em Ciências Sociais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 2009, sobre construção de masculinidades com homens clientes de prostitutas. Apesar da relevância de tais estudos, não pretendo aqui fazer uma revisão detalhada da bibliografia sobre o tema, mesmo porque no decorrer dos capítulos da dissertação trarei diversos autores e autoras importantes para esta investigação.

A partir dos meus estudos acadêmicos sobre o universo da prostituição, comecei a refletir sobre as diversidades desse contexto. A visão nuançada acerca desse universo foi propiciada pelo trabalho que desenvolvi junto ao Núcleo de Estudos da Prostituição (NEP), que me permitiu conhecer melhor o movimento social organizado de prostitutas no Brasil e, ao mesmo tempo, despertou meu interesse de continuar a pesquisar o tema.

Com base na constatação de Olivar (2010), de que a prostituição hoje no Brasil, através dos movimentos sociais organizados da categoria, ocupa um lugar político e social

¹ Há uma grande variedade de possibilidades de nomenclatura das mulheres que exercem a atividade da prostituição, sendo que cada nome traduz uma posição e um ponto de vista. Entendo que chamá-las de profissionais do sexo é afiliar-se ao poder do Estado, do campo da saúde ou da linguagem do direito. Chamá-las de prostitutas vai ao encontro da posição da Rede Brasileira de Prostitutas ou ainda, chamá-las de garotas de programa ou putas pode implicar em outras posições políticas. Entendo que, enquanto antropóloga, que o mais importante é chamá-las como elas se nomeiam. Neste trabalho, utilizarei o termo prostituta para me referir as mulheres que trabalham na prostituição por que este é o nome utilizado no meu campo de pesquisa e resultado do trabalho de militância do movimento social organizado de mulheres prostitutas.

que talvez nunca antes tenha ocupado e inscreve-se atualmente em mercados e lógicas de discussão que vazam da localidade, viso explorar esta informação através da aproximação etnográfica com um coletivo de mulheres prostitutas, há décadas engajadas em lutas por reconhecimento e garantia de seus direitos. Assim sendo, trata-se aqui de situar a discussão sobre a prostituição (sobre os “achados e inquietações”² da pesquisadora no campo de pesquisa) em questões mais amplas, atuais e políticas a fim de contribuir com a discussão provocada pelo autor.

O universo em que me inseri para a realização deste estudo é o da prostituição feminina, uma atividade praticada por mulheres, que estabelecem relações sexuais com homens em troca de dinheiro ou de bens. Considero que essa relação possa expandir a noção de “sexual”, isto é, ir além do ato sexual em si, seja genital, penetrativo e/ou oral. Podendo existir também outras trocas além do pagamento em dinheiro, por exemplo, outras formas de trocas como pude ouvir dos homens clientes de prostitutas entrevistados para minha monografia, tais como: presentes, ou mesmo, “amizade”, “parceria”, “festa”, entre outras. A partir dos dados obtidos na minha monografia, compreendi como aquilo sugerido através da noção de “ajuda”, referida por Piscitelli (2008) e Olivar (2008), e que define possíveis vinculações afetivas entre os participantes da troca, que quebram o limite estrito do “programa”. Entendo, portanto, nesse estudo, a prostituição inserida num sistema relacional. Olivar (2013, p.35), que pesquisou detalhadamente a prostituição de rua em Porto Alegre, alerta também que para abordar antropologicamente a prostituição teremos que passar pela troca comercial e pela afirmação laboral, mas é necessário compreender a prostituição como ideia cultural, nome, corpo e espaço de prática e experiência. Segundo Olivar, “a prostituição constitui-se num campo de pesquisa e de ação política incrivelmente fértil quando não seguimos a tentação de chapá-lo na normalidade de nosso próprio olhar ou de uma perspectiva só” (OLIVAR, 2013, p.35).

A legislação brasileira sobre o exercício das atividades na prostituição reconhece desde 2002 a profissão de prostituta como uma ocupação. Neste ano o Ministério do Trabalho oficializou a profissão em sua Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), item 5198, como

² Aspas é o sinal gráfico que será utilizado para identificar expressões êmicas, também expressões utilizadas pela pesquisadora e transcrições literais de autores no corpo do texto, devidamente identificadas. O negrito será usado para destacar palavras ou expressões em determinado contexto ou análise e que se mostram importantes chaves para compreensão dos dados obtidos na pesquisa. Bem como o itálico, para a identificação de conceitos antropológicos e palavras em outros idiomas.

contribuição facultativa ao Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), número de inscrição 1406, código da atividade 5198-05, definindo quem a pratica como sendo profissional do sexo, garota de programa, garoto de programa, meretriz, messalina, michê, mulher da vida, prostituta, puta, quenga, rapariga, trabalhador do sexo, transexual (profissionais do sexo) e travesti (profissionais do sexo). Isto permite que quem se prostitui possa recolher contribuições previdenciárias, como profissional do sexo, e garantir direitos comuns a todos os trabalhadores e trabalhadoras, como aposentadorias e auxílio doença. Claro que quem trabalha na prostituição podia e pode recolher contribuições previdenciárias declarando outra atividade, o que muitos e muitas ainda preferem ou por ignorância da regulamentação ou por autopreconceito.

No Brasil, o Código Penal vigente data de 1940, já sofreu algumas alterações, porém basicamente continua o mesmo. Nele, consta que o ato de prostituir-se não constitui crime, desde que praticado por maiores de idade, sem vinculação com a criminalidade. Por outro lado, o mesmo Código Penal tipifica o rufianismo, ou seja, agenciamento e exploração de pessoas que se prostituem, como crime, com penas específicas. Sendo assim, não existe na legislação brasileira um crime de prostituição. Entretanto, a exploração da atividade da prostituta é punida pelo Código Penal Brasileiro, praticamente todas as atividades comerciais relacionadas são penalizadas. Assim, a pessoa que mantém local destinado a encontros para fins libidinosos, que tira proveito de prostituição alheia ou que impede que a prostituta abandone as suas atividades, estará incidindo nas penas previstas para o lenocínio. São exemplos desses crimes o rufianismo, a casa de prostituição e o induzimento à prostituição.

Desde fevereiro de 2011, tramita um Projeto de Lei, do Deputado João Campos (PSDB-GO), atual coordenador da Bancada Evangélica, que pretende acrescentar um artigo ao Decreto Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 do Código Penal, para dispor sobre o crime de contratação de serviços sexuais. Tal projeto de lei pretende tipificar o crime de contratação de serviço sexual e inclui na mesma pena quem aceita a oferta de prestação de serviço de natureza sexual, sabendo que o serviço está sujeito à remuneração. Desse modo, pretende criminalizar também quem contrata serviços sexuais, com pena de um mês a seis meses de reclusão.

Em julho de 2012, o deputado federal Jean Wyllys, do Rio de Janeiro apresentou o Projeto de Lei (PL) 4211/2012 que busca regulamentar as atividades dos e das profissionais

do sexo no Brasil. A chamada Lei Gabriela Leite, pretende regulamentar a prostituição através da seguinte propositura:

Art. 1º - Considera-se profissional do sexo toda pessoa maior de dezoito anos e absolutamente capaz que voluntariamente presta serviços sexuais mediante remuneração.

§ 1º É juridicamente exigível o pagamento pela prestação de serviços de natureza sexual a quem os contrata.

§ 2º A obrigação de prestação de serviço sexual é pessoal e intransferível.

Art. 2º - É vedada a prática de exploração sexual.

Parágrafo único: São espécies de exploração sexual, além de outras estipuladas em legislação específica:

I- apropriação total ou maior que 50% do rendimento de prestação de serviço sexual por terceiro;

II- o não pagamento pelo serviço sexual contratado;

III- forçar alguém a praticar prostituição mediante grave ameaça ou violência.

Art. 3º - A/O profissional do sexo pode prestar serviços:

I - como trabalhador/a autônomo/a;

II - coletivamente em cooperativa.

Parágrafo único. A casa de prostituição é permitida desde que nela não se exerce qualquer tipo de exploração sexual.

Art. 4º - O Capítulo V da Parte Especial do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Favorecimento da prostituição ou da exploração sexual”.

“Art. 228. Induzir ou atrair alguém à exploração sexual, ou impedir ou dificultar que alguém abandone a exploração sexual ou a prostituição: ...”

“Casa de exploração sexual”.

“Art. 229. Manter, por conta própria ou de terceiro, estabelecimento em que ocorra exploração sexual, haja, ou não, intuito de lucro ou mediação direta do proprietário ou gerente: ...”

“Rufianismo”

“Art. 230. Tirar proveito de exploração sexual, participando diretamente de seus lucros ou fazendo-se sustentar, no todo ou em parte, por quem a exerça: ...”

“Art. 231. Promover a entrada, no território nacional, de alguém que nele venha a ser submetido à exploração sexual, ou a saída de alguém que vá exercê-la no estrangeiro...”

“Art. 231-A. Promover ou facilitar o deslocamento de alguém dentro do território nacional para ser submetido à exploração sexual: ...”

Art. 5º. O Profissional do sexo terá direito a aposentadoria especial de 25 anos, nos termos do artigo 57 da Lei 8.213, de 24 de julho de 1991.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Brasília, de julho de 2012.

(Jean Wyllys - Deputado Federal PSOL/RJ. Disponível em: <http://jeanwyllys.com.br/wp/projetos-de-lei>. Acessado em: 22 de março de 2013).

A justificativa apresentada pelo Deputado Jean Wyllys, juntamente com o projeto de lei, é de que a prostituição é uma atividade cujo exercício remonta à antiguidade e que, apesar de sofrer exclusão normativa e ser condenada do ponto de vista moral ou dos “bons costumes”, ainda perdura. Para ele, é de um moralismo superficial causador de injustiças a negação de direitos aos e às profissionais cuja existência nunca deixou de ser fomentada pela própria sociedade que a condena. Segundo o deputado, trata-se de uma contradição causadora de marginalização de segmento numeroso da sociedade.

O PL apresentado por Jean Wyllys dialoga com a Lei alemã que regulamenta as relações jurídicas das prostitutas; com o Projeto de Lei 98/2003 do ex-deputado Federal Fernando Gabeira, que foi arquivado; com o PL4244/2004, do ex-deputado Eduardo Valverde, que saiu de tramitação a pedido do autor; e com reivindicações dos movimentos sociais que lutam por direitos dos e das profissionais do sexo. Fica claro que o referido projeto de lei busca descriminalizar completamente o contexto da prostituição, separando-a da discussão sobre o tráfico de pessoas e exploração sexual, principalmente no que se refere ao artigo 4º que exige uma readequação do código penal brasileiro, substituindo a palavra prostituição, como consta atualmente neste, por exploração sexual.

A lei proposta pelo deputado se intitula “Gabriela Leite” em homenagem à profissional do sexo que foi militante de Direitos Humanos, mais especificamente dos direitos das prostitutas, do final dos anos 70 até sua morte em 2013. Gabriela Leite iniciou sua militância em 1979, quando se indignou com atitudes autoritárias, arbitrarias e violentas por parte do Estado que, através da polícia de São Paulo, promovia perseguições a travestis e prostitutas. Gabriela Leite participou na criação de vínculo solidário entre os e as profissionais do sexo, na mobilização política dos(as) mesmos(as) e fundou a organização não governamental (ONG) Davida, que tem como missão o fomento de políticas públicas para o fortalecimento da cidadania das prostitutas; a mobilização e a organização da categoria; e a promoção dos seus direitos. A Davida criou, por exemplo, a *grife* de roupas DASPU, um projeto autossustentável gerido por prostitutas e que tem por objetivo driblar a dificuldade de financiamento para iniciativas de projetos de intervenção alternativos com profissionais do sexo. Além da Davida, como já referido, existem outras organizações de mulheres prostitutas em diversas cidades brasileiras, a maioria delas compõe a Rede Brasileira de Prostitutas.

Em todo o país hoje existe em torno de 35 organizações de profissionais do sexo, que formam a Rede Brasileira de Prostitutas (RBP)³ e encontram-se debatendo atualmente, entre outros temas, o reconhecimento legal da profissão através de um projeto de lei que reconheça sua existência, exigindo respeito pela atividade como uma profissão autônoma. O movimento social organizado de prostitutas, através da RBP, também participou ativamente da construção da CBO.

³ OLIVAR, 2008; PASINI, 2005; TEDESCO, 2005. Site: <http://www.redeprostitutas.org.br/>.

A Rede Brasileira de Prostitutas, fundada com o trabalho de Gabriela Leite no Rio de Janeiro nos anos 80, é pioneira na organização de prostitutas em movimentos sociais no país. Essa Rede articula o movimento social organizado de prostitutas no país, na medida em que sugere e discute objetivos, estratégias e metas a serem seguidas por essas organizações e associações. Dela, participam a maioria dos movimentos sociais, associações ou organizações de prostitutas ou que trabalhem com prostitutas no Brasil.

A história do movimento social organizado de prostitutas revela uma “luta” contínua para que se reforce e se legitime sua identidade para si, ou seja, para as organizações que o constituem e para a sociedade como um todo, de forma que outros atores ajustem as suas decisões, ou mesmo passem a ver a prostituta não mais como vítima, mas como uma mulher que pensa, que fala, que age no mundo e o transforma. O discurso de “não vítima” é constantemente repetido nas falas das prostitutas que fazem parte deste movimento social.

Percebe-se que ainda são várias as implicações para que no Brasil a prostituição seja considerada e tratada como um trabalho. Embora no país a prostituição não seja crime, tampouco se reconhece socialmente o exercício da prostituição como profissão e muito pouco se discute políticas públicas que as incluam as suas pautas. Basicamente, as políticas públicas para essa categoria no país, tratam de questões de saúde pública, que é também de onde provém a maioria dos recursos que garantem a sustentabilidade das organizações de prostitutas.

Para a antropóloga Aparecida Moraes (1996) que, na Vila Mimosa no Rio de Janeiro, desenvolveu pesquisas sobre prostituição, identidade social e movimento associativo, é preciso estar atento para o fato de que a partir do momento em que se institucionaliza um discurso de prostituição como trabalho, não podemos mais nos aproximar das prostitutas vendo-as com as mistificações usuais do senso comum. O enfoque da pesquisa de Moraes procurou contextualizar a experiência das prostitutas num determinado momento histórico e em determinada sociedade, construída com base em relações de poder. Moraes também discute a reconstrução de um novo “ser sujeito” na formação de uma nova conjunção política, propiciada pelos encontros nacionais de prostitutas, em que as prostitutas entram em contato com diversos representantes da sociedade, percebendo a importância de sua situação para essa mesma sociedade que as discrimina.

No ano de 2013, as prostitutas que fazem parte da RBP foram chamadas pelo Departamento de DSTs, HIV e AIDS, histórico parceiro da rede, para construir uma campanha de prevenção as DSTs, AIDS e Hepatites Virais para a categoria. Em conjunto com os técnicos e com as técnicas do Ministério da Saúde, deslocaram-se de várias regiões do país para João Pessoa, na Paraíba, e por cinco dias trabalharam na construção de uma campanha de prevenção que posteriormente foi vetada pelo Ministro da Saúde que a considerou imprópria.

Dados etnográficos demonstram que a relação deste movimento social com políticas públicas dá-se de forma histórica no país, diretamente com o Ministério da Saúde no que se refere às ações de prevenção a AIDS. Por isso foco o interesse desta investigação nas relações deste movimento social organizado com as políticas públicas de prevenção e enfrentamento à AIDS.

Viso, portanto, analisar como mulheres que fazem parte das organizações de prostitutas assumem a identidade do movimento social e, como se dá a relação deste movimento social organizado com as ações do Estado brasileiro de prevenção e enfrentamento à AIDS para esta categoria.

Essas relações serão analisadas a partir de uma pesquisa de caráter etnográfico, desenvolvida temporalmente e com alguns períodos de afastamento do campo, de julho de 2010 a dezembro de 2013, junto ao Núcleo de Estudos da Prostituição (NEP), uma organização da sociedade civil (OSC) integrante da RBP e que atua com mulheres prostitutas no Rio Grande do Sul, na busca por justiça social e pela garantia dos direitos humanos.

A observação do cotidiano e de eventos do NEP e da RBP foi complementada com algumas entrevistas informais com algumas mulheres que fazem parte deste movimento social. Mais do que informantes, considero essas mulheres como interlocutoras dessa pesquisa, como será discutido na seção sobre o perfil dessas mulheres.

Nesta introdução procurei apresentar o universo de pesquisa, a intenção desta pesquisadora de situar a discussão sobre a prostituição em questões mais amplas, atuais e políticas diante do reconhecimento da participação política do movimento social organizado de prostitutas, além de retomar a legislação brasileira sobre prostituição.

Na segunda seção, faço uma breve reflexão sobre a produção acadêmica nas áreas das ciências sociais sobre o universo e o tema desta pesquisa. Assim, dialogo com uma bibliografia relativamente recente, focada em questões que privilegio nesta dissertação e não

com toda a bibliografia sociológica ou antropológica sobre prostituição. Também busco refletir a respeito da importância dos movimentos sociais na construção das políticas públicas no Brasil. Além disso, no capítulo, discorro sobre a minha experiência de pesquisa e levanto a questão da necessidade de problematizar a inserção do trabalho do antropólogo em campo e das relações deste com os grupos pesquisados. Sugiro que o meu percurso e a minha relação de pesquisadora no campo resultou como uma importante fonte de dados para esta pesquisa.

Na terceira seção, apresento a Rede Brasileira de Prostitutas, sua constituição, modos de ação e seus princípios, assim como um histórico da relação deste movimento social organizado com as políticas públicas para esta categoria no Brasil. Também nesse capítulo narro o V Encontro Nacional de Prostitutas realizado em Porto Alegre buscando contextualizar o NEP, local onde se desenvolveu esta pesquisa, dentro da Rede Brasileira de Prostitutas. Em seguida, apresento o Núcleo de Estudos da Prostituição.

A quarta seção, apresenta um fato etnografado que permite abordar as relações do movimento social de prostitutas com o governo brasileiro e as políticas públicas propostas para esta categoria no país. Trata-se da campanha construída pelo movimento social de prostitutas em conjunto com o Departamento de DSTs, AIDS e Hepatites Virais do Ministério da Saúde e vetada pelo então Ministro da Saúde, Alexandre Padilha.

Por último, apresento algumas considerações finais, sem nenhuma pretensão de chegar a conclusões. Apenas espero que, se este trabalho puder contribuir, ao lado de outros, para um olhar mais atento e atual às prostitutas e as suas lutas enquanto movimento social organizado, para uma nova visão das políticas públicas e para a interlocução entre ambos, considerarei que fui bem sucedida.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA E A EXPERIÊNCIA DE UMA ANTROPÓLOGA NO CAMPO DE PESQUISA

Aqui entendo que é necessário fazer uma breve reflexão sobre a produção acadêmica nas áreas de ciências sociais sobre o tema da prostituição. Neste capítulo proponho, a partir de uma bibliografia relativamente recente, um outro olhar sobre o universo da prostituição, num contexto histórico em que as prostitutas não podem mais ser vistas através das mistificações do senso comum. Não dialogarei com toda a bibliografia sobre prostituição no campo das ciências sociais, que é vasta, mas especificamente com uma bibliografia que focaliza questões privilegiadas nesta dissertação. Neste capítulo também busco contextualizar, através de referencial teórico a importância dos movimentos sociais na construção da democracia no Brasil e sua participação no que se refere às políticas públicas. Por último apresento a metodologia utilizada na realização deste estudo, enfatizando que a minha inserção em campo e o desenvolvimento da pesquisa reflete o que vem sendo conhecido como etnografia da experiência. Também nesta seção apresento o perfil das interlocutoras desta pesquisa.

2.1 Construindo a cidadã profissional prostituta: diálogos possíveis com a produção acadêmica

A partir da minha inserção no universo de estudos sobre a prostituição, e logo conhecendo o movimento social organizado de prostitutas, uma pergunta despertou a minha curiosidade de pesquisadora: o que as mulheres prostitutas que fazem parte do movimento social pensam sobre as políticas públicas propostas para esta categoria?

O antropólogo James Holson (2013, p.34) observa que a mobilização de movimentos sociais não deve ser vista de forma dicotômica, que por vezes pode significar uma resistência da sociedade e por outras sua desmobilização como cooptação pelo Estado. É necessário compreender esta forma de mobilização social como uma relação entre o Estado e a sociedade

e analisar seus processos para revelar os emaranhados que motivam o surgimento, a manutenção ou redução dos movimentos sociais. E “examinar esses processos na forma como eles aparecem na prática dos cidadãos e cidadãs” (HOLSON, 2013, p.34). Sendo assim, segundo o autor, trata-se de enfatizar as experiências destes com os elementos que constituem a construção discursiva e contextual das relações chamadas de cidadania e que indicam não apenas atributos específicos de pertencimento na sociedade, mas também a imaginação política que ao mesmo tempo produz e rompe essa cidadania. Para o autor, a cidadania, “muito mais do que uma instituição política formal, se desenvolve nas tensões entre produções conflitantes da vida social” (HOLSON, 2013, p.35).

No contexto desta investigação entendo que para compreender as relações do movimento social de prostitutas com as políticas públicas propostas para esta categoria no Brasil é preciso contextualizar o universo dessas pessoas que vivem das atividades da prostituição, que fazem parte de um movimento social no contexto brasileiro e que políticas públicas são estas com as quais elas se articulam na defesa da garantia dos direitos.

Sendo assim, faço aqui uma revisão bibliográfica dos estudos sobre prostituição nas ciências sociais, como também de estudos sobre redes, organizações não governamentais e movimentos sociais no Brasil.

2.1.1 Revisão bibliográfica sobre prostituição

Apenas alguns estudos sobre prostituição são os que me interessam nesta dissertação aqueles que apresentam um olhar que relativiza a imagem estigmatizada⁴ da prostituta e as evidencia não mais como a vítima, mas como uma mulher que pensa e que fala, que age no

⁴ O sociólogo Erving Goffman (1975) foi o pioneiro em pensar o conceito de estigma numa perspectiva social. Para Goffman, estigma é uma relação entre atributo e estereótipo, e tem sua origem ligada à construção social dos significados através da interação. A sociedade institui como as pessoas devem ser, e torna esse dever como algo natural e normal. Um estranho em meio a essa naturalidade não passa despercebido, pois lhe são conferidos atributos que o tornam diferente. O indivíduo estigmatizado para Goffman é aquele cuja identidade social real inclui um qualquer atributo que frustra as expectativas da normalidade (GOFFMAN, 1975).

mundo e o transforma. Segundo Olivar, “o campo político da prostituição no Brasil, e em muitos países, é bastante intenso e disputado” (OLIVAR, 2013, p.35). O autor afirma “que quando um pesquisador ou uma pesquisadora entra em campo, mesmo sem saber, começa a fazer parte do conflito” (OLIVAR, 2013, p.36). Ao escolher dialogar com os trabalhos a seguir busco vincular-me a uma perspectiva teórica que reconhece a prostituição como uma atividade laboral e a prostituta como uma cidadã, que organizadas através do movimento social, têm uma voz ativa, construída historicamente, com uma exaustiva participação nas discussões das políticas públicas para esta categoria no país.

Um dos trabalhos etnográficos de grande relevância na mudança de ponto de vista nos estudos sobre prostituição feminina no Brasil foi o trabalho de Gaspar (1984) que realizou no início da década de 1980, um estudo com algumas “garotas de programa” em Copacabana, no Rio de Janeiro. No referido estudo, buscando entender tanto a organização social como o sistema de relações deste tipo de prostituição, a autora realizou observação participante em algumas boates e apartamentos, locais de encontro entre as garotas de programa e os clientes. Interessa especialmente a esta dissertação a conclusão da autora de que a construção da identidade destas mulheres resulta da combinação dos papéis desempenhados por elas.

Já Fonseca (1996), realizando pesquisa com prostitutas em uma praça e algumas ruas de prostituição de Porto Alegre, propôs compreender as prostitutas não apenas na dimensão da prostituição e apresentou uma visão mais ampla sobre esses sujeitos, por entendê-los “como membros de redes sociais e universos simbólicos que vão além do *metiê*” (FONSECA, 1996, p.8). Dessa forma, entendo que a autora, ao mostrar a dupla carreira dessas mulheres: a prostituição e a família, ultrapassa o pensamento do senso comum, deslocando a prostituta de um lugar estigmatizado para o posto de cidadã, de uma mulher, que trabalha, que tem família e que faz parte da sociedade.

Moraes (1996), ao estudar o movimento associativo das prostitutas na Vila Mimosa no Rio de Janeiro, levanta questões sobre a luta destas mulheres para serem reconhecidas como uma categoria de trabalhadoras, para a autora, “o grande problema está na assunção de uma identidade estigmatizada” (MORAES, 1996, p.195) que torna mais complexa a questão da regulamentação da profissão. Moraes procurou entender esses problemas analisando duas dimensões que compõem a organização das prostitutas da Vila Mimosa – a comunitária e a específica. Segundo a autora, é a inter-relação dessas duas dimensões que vai explicar as prostitutas aparecerem como “novos atores políticos que investem numa ação coletiva”

(MORAES, 1996, p.241) mesmo que muitos desses atores precisem ocultar suas identidades em alguns momentos.

Simões (2010), a partir de uma etnografia realizada também na Vila Mimosa no Rio de Janeiro, procurou analisar o percurso de mobilização das prostitutas no Rio de Janeiro até o reconhecimento de uma identidade profissional. Para ela, a formação das associações de prostitutas no Brasil, a partir dos anos 1980, a participação efetiva no movimento de prevenção da AIDS e a interlocução com o Ministério da Saúde na conquista do almejado registro da prostituição na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), do Ministério de Trabalho, contribuíram para a definição de suas causas e são apresentadas pela autora em seus contextos políticos e sociais, de modo a evidenciar o desenvolvimento de um código ontológico de um grupo profissional. Segundo a autora, o termo profissão pode, por isso, ser interpretado como “um símbolo da concepção do trabalho que é reivindicado e, por conseguinte, um símbolo do *eu*” (SIMÕES, 2010, p.25). Por essa razão, a autora afirma que considerar o contexto em que essa mobilidade se produz e se transforma em objeto de discussão torna-se imprescindível. E isto na medida em que “uma causa é sustentada não só pelos atores diretamente interessados, mas, sobretudo, por aqueles outros, persuadidos de sua pertinência e capazes de conduzi-la e de legitimá-la em outras arenas” (SIMÕES, 2010, p.25).

Olivar (2013), em sua etnografia sobre a trajetória de quatro lideranças do movimento social de prostitutas no Brasil, desde suas juventudes, acompanha suas inserções na prostituição de rua no centro de Porto Alegre. Neste trabalho, longe de ser tratada de maneira isolada, a prostituição é situada num conjunto amplo de relações, e entendida como um lugar de sociabilidades e de operação de relações de poder. Esta referência é especialmente importante nesta dissertação, pois três das informantes deste autor são interlocutoras desta investigação.

E finalmente, outro estudo com o qual dialogarei nesta dissertação refere-se ao trabalho de Lenz (2011) que compara os discursos e representações sociais sobre as prostitutas no Sistema Único de Saúde (SUS) com as autorrepresentações construídas por elas no movimento social. A partir das concepções originadas no saber biomédico do século XIX, explora os novos discursos e autorrepresentações do movimento de prostitutas e as estratégias de comunicação de uma organização de prostitutas (Davida), analisando neste percurso os discursos e representações da Saúde. Procurou demonstrar que a prostituição, enquanto

afirmada por suas protagonistas como profissão, permanece confinada pelo Estado a políticas públicas de saúde, associada a doença biológica, comportamental e social.

São basicamente estes estudos e as linhas de pesquisa orientadas por essas autoras e autores que inspiram a minha compreensão deste universo e orientam o desenvolvimento desta dissertação.

A hipótese que persegui nesta investigação busca complementar a afirmação de Lenz de que a “prostituição como profissão, permanece confinada ao Estado, sobretudo, ao setor saúde” (LENZ, 2011, p.13). A antropóloga Veena Das (2011, p.18), afirma que “as vidas individuais são definidas pelo contexto, mas também geradoras de novos contextos”. Sendo assim levanto a hipótese de que a relação do confinamento das políticas públicas para prostitutas ao setor saúde é ambígua. Entendo que através da observação do cotidiano de uma organização da sociedade civil que faz parte da Rede Brasileira de Prostitutas, acompanhando a experiência de quatro mulheres militantes das causas da prostituição pode-se compreender que existem sujeitos nesta relação e que a formação do sujeito é uma agência complexa feita de posições fraturadas e divididas de sujeitos (DAS, 2011, p.36). Sugiro que “a descida ao cotidiano abala os modelos pré-estabelecidos de resistências, ou pelo menos, apresenta outras possibilidades de pensá-los” (PEREIRA, 2010, p.363). O que pretendo mostrar é que apesar do setor saúde ser hoje praticamente a única forma de sustentabilidade dessas organizações de prostitutas e, também o setor do Estado, que pelo menos, mostra-se disposto a dialogar com o movimento de prostitutas, apesar do embate de interesses nesta relação, as mulheres que fazem parte do movimento social organizado de prostitutas constroem estratégias de promoção de suas demandas e agenciam ações políticas a partir desse espaço.

2.1.2 Movimentos sociais, ONGs e Redes no Brasil: o que as políticas públicas têm a ver com isso?

Outros estudos também relevantes para esta investigação, dizem respeito ao lugar histórico da participação política dos movimentos sociais no Brasil. A intenção aqui é

justificar a relevância do universo de pesquisa para compreender a relação deste movimento social com a construção das políticas públicas no Brasil, visto que me interessa pensar nesta investigação, especificamente, sobre as políticas públicas dirigidas às prostitutas, que surgiram vinculadas à AIDS, tema que pautou o movimento social desde seu surgimento.

O Núcleo de Estudos da Prostituição (NEP), onde foi realizada esta pesquisa, surgiu como movimento social de prostitutas e chegou a sua institucionalização e legalização como uma organização da sociedade civil (OSC), ou seja, uma organização não governamental, da sociedade civil, que faz parte da Rede Brasileira de Prostitutas.

Apesar da distinção conceitual entre movimento social e organização não governamental, é sabido que no Brasil uma coisa levou a outra. Para Maria da Glória Gohn (2000), as “organizações são institucionalizadas, os movimentos não” (GOHN, 2000, p.49). Segundo esta autora, as organizações não governamentais podem ter sistemas de relações internas formais, pouco burocratizadas, mas precisam ser no mínimo eficientes. De forma clara, o movimento social representa os interesses de determinadas populações e as ONGs atuam, derivam do que fazem, não do que representam. A autora explica que as ONGs têm que se preocupar com a perenidade para sobreviver e ser no mínimo eficientes, já os movimentos sociais não. Para ela, os movimentos sociais “têm fluxos e refluxos, não são exatamente estruturas funcionais. São aglomerados polivalentes, multiformes, descontínuos, pouco adensados, não necessitam compromisso com a eficácia operacional e não ser em algum tipo de resultado para suas bases (GOHN, 2000, p.49). Vale considerar que o surgimento das ONGs e das OSCs está ligado ao contexto político institucional da década de 80, principalmente na América Latina (FERNANDES, 1994). Para Boaventura de Souza Santos (1996), há uma continuidade entre as ONGs e os movimentos sociais nos países periféricos e semiperiféricos do sistema capitalista, pois, segundo ele, as ONGs surgem como resultado da consolidação, ou mesmo, declínio dos movimentos sociais. Nesse sentido, Santos, identifica o surgimento das ONGs com a institucionalização dos movimentos sociais. Com base nisso, ressalto que foi dessa forma que o NEP surgiu, primeiro como um movimento social de prostitutas que buscavam o fim das violências cometidas contra elas e após se institucionalizou como uma organização da sociedade civil.

Para Dulesko (2004), que desenvolveu uma investigação com uma organização não governamental de Porto Alegre, um exemplo disso, são as organizações de homossexuais. O fato de que a epidemia da AIDS no início atingia os homossexuais, fez com que o olhar

dessas organizações da sociedade civil se voltasse para a questão da prevenção e conscientização para esta população, neste momento foi também quando emergiu a exigência dos movimentos sociais em relação a políticas públicas de saúde, inclusive para os portadores do vírus HIV. Assim, se não fosse o olhar destas organizações, o Estado brasileiro não teria hoje uma política que é reconhecida como uma das melhores do mundo em relação ao combate à AIDS, amplamente divulgada pela imprensa e reconhecida internacionalmente (DULESKO, 2004, p.90). E assim como o movimento de homossexuais, o movimento de prostitutas também participou ativamente deste processo. Lenz (2011, p.57), todavia chama atenção para o risco dessa parceria entre o Estado e os movimentos sociais, ou de “trazer para si a responsabilidade com a questão social”. Segundo Lenz, “embora seja o papel do Estado garantir direitos, ele não tomará a iniciativa de propor debates ou ações em torno de temas que percebe como distantes de um mínimo consenso social ou que não estejam sendo visibilizados por um grupo social” (LENZ, 2011, p.57). Assim, o autor afirma que cabe aos movimentos sociais a responsabilidade de provocar o Estado a assumir a “responsabilidade com a questão social, ou pelo menos percebê-la e, no mínimo, atuar na busca de soluções e redução de prejuízos” (LENZ, 2011, p.58).

Além disso, é importante destacar como observam, Gomes, Natividade et al (2009), que pesquisaram sobre projetos de leis que envolvem valores religiosos, a importância dos movimentos sociais na defesa dos direitos humanos no Brasil e na luta pela reconquista dos direitos a participação política na década de 1980. Segundo os autores, estes constituíram processos que influenciaram decisivamente a formulação da Constituição Brasileira de 1988. Teria sido a partir desse período que “os segmentos organizados da sociedade civil passaram a intervir no processo legislativo”. Para os autores, “em termos de um panorama cultural amplo, a Constituição Federal representa um marco de afirmação dos direitos humanos no país, tendo como alguns de seus princípios fundamentais a cidadania e o pluralismo político” (GOMES et al, 2009, p.16).

Seffner et al (2009), a partir de pesquisa sobre as respostas religiosas à AIDS, observam ser “consenso na literatura que analisa a epidemia de AIDS no Brasil que a resposta nacional contou desde o início com a participação da sociedade civil organizada, em particular na forma de organizações não governamentais”(SEFFNER et al, 2009, p.155). Gomes (2009), em seu estudo sobre a retórica parlamentar sobre o aborto, afirma que “a abertura política pelo processo de democratização no país, que teve seu ápice com a

Constituição de 1988, trouxe à cena atores significativos que influenciaram o processo decisório” (GOMES et al, 2009, p.45). Mas, além disso, também alerta que outra conquista desta Constituição é que “a preeminência na política da lógica pluralista possibilita e legitima a diversificação de posicionamento contrastivo na esfera pública”. Um exemplo disto, como veremos mais adiante, foi o peso do posicionamento da bancada evangélica sobre a campanha de prevenção e enfrentamento à AIDS construída pelas prostitutas que fazem parte do movimento social em conjunto com os técnicos do departamento de DSTs, AIDS e Hepatites Virais do Ministério da Saúde, cuja veiculação foi vetada.

A questão que me interessa retomar aqui é que as organizações não governamentais e organizações da sociedade civil adquiriram um papel importante na sociedade tanto na mobilização social, na participação política como na prestação de serviços no Brasil, tais como nos projetos de intervenção realizados com o objetivo de conscientizar a população sobre a prevenção da AIDS.

Dado esse cenário, entendo o NEP como um universo importante e representativo para problematizar as experiências das mulheres que participam do movimento social organizado de prostitutas e suas dinâmicas e interações com as políticas públicas e seus agentes. O NEP surgiu no final da década de 1980, em meio a uma conjuntura histórica onde os movimentos sociais exerciam uma posição importante na construção da democracia no país, reivindicando uma maior participação popular na construção das políticas públicas e seguindo a conjuntura histórica se institucionaliza como organização não governamental, sem perder a base da articulação de seu surgimento, como movimento social.

Para poderem atuar, as ONGs buscam parcerias, formam redes de ONGs, que articulam grupos e movimentos sociais (SANTOS, 1996). Castells (1999), afirma que as atividades humanas estão cada vez mais organizadas em redes, e define: “Redes constituem a nova morfologia social de nossas sociedades, e a difusão da lógica de redes modifica de forma substancial a operação e os resultados dos processos produtivos e de experiência, poder e cultura” (CASTELLS, 1999, p. 497). Assim, a Rede Brasileira de Prostitutas, surge paralelamente a estruturação do movimento social de prostitutas no Brasil, antes mesmo da institucionalização dessas organizações. Cabem as representantes da Rede Brasileira de Prostitutas, desde o surgimento, frequentar os espaços de articulação com o Estado na condição de representantes deste grupo social, legitimadas por outras prostitutas.

Para concluir esta parte conceitual, nesta revisão bibliográfica, acredito que também faz-se relevante situar o escopo das políticas públicas nesta investigação e justificar o foco nas relações com as políticas de prevenção e enfrentamento a AIDS.

Para Celina Souza (2006) definições de políticas públicas, mesmo as minimalistas, guiam o nosso olhar para o *locus* onde os embates em torno de interesses, preferências e ideias se desenvolvem, isto é, os governos. Políticas públicas, em um sentido amplo, podem ser explicadas como “o Estado em ação” (GOBERT, MULLER apud LENZ, 2011, p.63). Ou seja, políticas públicas são “a responsabilidades do Estado quanto a implementação e manutenção a partir de um processo de tomada de decisões que envolvem os órgãos públicos e diferentes organismos e agentes da sociedade relacionados a política implementada” (idem). Para a cientista política Celina Souza (2006), apesar de optar por abordagens diferentes, as definições de políticas públicas assumem, em geral, uma visão holística do tema, “uma perspectiva de que o todo é mais importante do que a soma das partes e que indivíduos, instituições, interações, ideologia e interesses contam, mesmo que existam diferenças sobre a importância relativa destes fatores” (SOUZA, 2006, p.17). A autora afirma que as políticas públicas repercutem na economia e nas sociedades, daí por que qualquer teoria da política pública precisa também explicar as inter-relações entre Estado, política, economia e sociedade.

Pode-se, então, resumir política pública, segundo a autora, como “o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente)” (SOUZA, 2006, p.18). A formulação de políticas públicas constitui-se assim, no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real.

Das diversas definições e modelos sobre políticas públicas, podemos extrair e sintetizar seus elementos principais: permite distinguir entre o que o governo pretende fazer e o que, de fato, faz; envolve vários atores e níveis de decisão, embora seja materializada através dos governos, e não necessariamente se restringe a participantes formais, já que os informais são também importantes; é abrangente e não se limita a leis e regras; é uma ação intencional, com objetivos a serem alcançados; embora tenha impactos no curto prazo, é uma política de longo prazo e, envolve processos subsequentes após sua decisão e proposição, ou

seja, implica também implementação, execução e avaliação. É nesse campo que nascem as políticas públicas, permeado por questões políticas que transcendem as questões puramente técnicas (LENZ, 2011, p.64-65).

É fato, que no Brasil décadas de lutas políticas dos movimentos sociais, dos sindicatos, dos trabalhadores e trabalhadoras da saúde possibilitaram a inserção da saúde na Constituição Federal de 1988 como um direito de todos e todas e dever do Estado. Outra grande conquista social no tocante às políticas de saúde pública foi a promulgação da Lei 8080/88, que criou o Sistema Único de Saúde (SUS), o qual abriga princípios básicos de universalidade, integralidade e equidade, oportunizar o atendimento a saúde da população com dignidade e igualdade. Historicamente existe uma parceria entre o Ministério da Saúde e a Rede Brasileira de Prostitutas como será exposto no decorrer deste trabalho. Por compreender que a construção da política pública envolve vários atores e níveis de decisão, com objetivos a serem alcançados, sendo uma política de longo prazo, a investigação proposta neste estudo busca compreender a relação do movimento social organizado de prostitutas, que exige para si o direito de participar, na construção das políticas públicas para esta categoria no Brasil, especificamente sobre a sua participação na construção das políticas de prevenção e enfrentamento à AIDS. De tal modo, procurei realizar nesta seção uma revisão bibliográfica de estudos das áreas das ciências sociais que entendo como importantes para a compreensão desta temática.

Desde o surgimento da RBP, a AIDS pauta a agenda do movimento e este participa da articulação as políticas públicas no campo da saúde. Tal passo, dado com relutância, particularmente no que se refere a essa epidemia, contribuiu para a organização política de um movimento que buscava e busca resignificar a prostituição como profissão (LENZ, 2011, p.15). Baseada nos argumentos de Das e Poole (2008) de que “as comunidades não são apenas objetos do controle do estado, mas também estão ativamente envolvidas em delinear seus futuros em relação ao estado” e que “populações administradas desenvolvem suas próprias estratégias em relação às, e determinadas pelas políticas do Estado para requerer sua cidadania” (DAS, POOLE, 2008, p.31) retomo aqui minha hipótese de que apesar do embate de interesses na relação entre o Estado, através das políticas de saúde pública e o movimento social organizado de prostitutas, as mulheres que fazem parte deste movimento social constroem estratégias de promoção de suas demandas através deste espaço.

2.2 Metodologia

Uma marca forte da antropologia é a prática do trabalho de campo. O que significa que o antropólogo vive durante um tempo com a sociedade, comunidade ou grupo estudado e esta experiência tem grande impacto na sua percepção da realidade e de sua própria cultura (OLIVEIRA, 2007). A minha experiência de trabalho de campo me levou a uma grande proximidade com o grupo escolhido para pesquisar. Não só como simpatizante, amiga ou como pesquisadora da área da antropologia que realiza trabalhos que podem ser utilizados pelo grupo, mas também como trabalhadora nas intervenções realizadas pela organização.

A participação de antropólogos e antropólogas em organizações não governamentais (ONGs), organizações da sociedade civil (OSCs), e/ou movimentos sociais de variados tipos, não é algo novo. Muitos se engajam a partir de uma trajetória pessoal de militância política ou prestando consultorias em pesquisas. Algumas publicações da área como *Entre saias justas e jogos de cinturas* (BONETTI et al, 2007) e *Experiências, Dilemas e Desafios do Fazer Etnográfico Contemporâneo* (SHUCH et al, 2010) tratam desta questão.

A minha experiência no NEP se deu de forma que acredito ter um significado simbólico relevante e elucidativo do tipo de relações construídas pelas mulheres interlocutoras desta pesquisa em diferenças outras situações, com pessoas ou instituições. Por isso, pretendo refletir sobre essa trajetória aqui.

Há no texto a seguir, um tom pessoal e reflexivo, um tipo de escrita que me ajudou a compreender a intensidade e a especificidade da minha experiência vivida no campo de pesquisa e junto ao grupo pesquisado. Foi um exercício importante para mim enquanto pesquisadora, porque me fez parar para refletir sobre essa experiência, e na ordenação dos fragmentos da minha trajetória no NEP, mesmo que muitas vezes com uma sensação de estar apenas sendo levada pelas circunstâncias, sem ter muita clareza dos caminhos seguidos, pude vislumbrar um percurso e a importância deste para a realização desta pesquisa. Pude perceber, nesta intensa trajetória, alguns pontos fundamentais que marcam o movimento social organizado de prostitutas e suas inserções pessoais e profissionais neste movimento. Este exercício me possibilitou sistematizar as características do fazer antropológico num contexto de atuação, e refletir sobre suas possibilidades.

Segundo Oliveira (2007), o antropólogo faz um esforço de inserir-se no campo porque “precisa estabelecer uma conexão com o grupo estudado ou com o ponto de vista do nativo, produzindo assim uma fusão de horizontes, para conseguir dar sentido ao que está sendo

observado” (OLIVEIRA, 2007, p.8). Foi assim que apesar das dificuldades iniciais, eu insisti na tentativa de me inserir no cotidiano das mulheres que atuam no NEP. Para Oliveira, essa conexão dos antropólogos (as) com o grupo estudado “é vivido como um problema existencial, em vista das contingências do trabalho de campo, o qual impõe uma experiência de convivência cotidiana com a comunidade” (OLIVEIRA, 2007, p.8).

Compreendi mais tarde, já durante a escrita deste texto, a partir do referencial teórico da antropologia do corpo e da saúde, que esta pesquisa toma como metodologia aquilo que vem sendo reconhecido como “etnografia da experiência”. Segundo Victora (2011), “essa modalidade de pesquisa, requer, além do convívio prolongado com o contexto, o estabelecimento de relações próximas com os sujeitos de investigação e uma série de aproximações e distanciamentos (físico, afetivo e intelectual)” (VICTORA, 2011, p.41).

O que proponho aqui é uma investigação de perto e de dentro, partindo da experiência e dos arranjos dos atores sociais, ou seja, do grupo que está sendo investigado, das formas pelas quais essas mulheres que fazem parte do movimento social de prostitutas se relacionam também comigo como mulher engajada nesse movimento social e pesquisadora, sendo essa relação parte constitutiva da análise.

Para Victora, a “eticidade de um trabalho de pesquisa, nesse caso, está vinculada ao expressar o que é importante para os participantes e trazê-los para dentro do processo de pesquisa” (VICTORA, 2011, p.42). Dessa forma, não só falo sobre as prostitutas que fazem parte do movimento social organizado no Brasil, mas falo em conjunto com elas. Este trabalho foi lido e discutido pelas mulheres que fazem parte do NEP em diversos momentos da escrita e da análise, por isso mais do que informantes, considero que as mulheres que atuam no NEP foram interlocutoras desta pesquisa. Sendo assim, também é nesta seção que apresento um perfil das mulheres que atuam no Núcleo de Estudos da Prostituição (NEP).

2.2.1 Eu no NEP: “qual é o dessa guria?”

Eu cheguei ao NEP no final do ano de 2007, levada por um pesquisador que realizava uma investigação para sua tese de doutorado com a OSC. Já naquele dia ele me disse que “a instituição era bastante séria” e que eu deveria conversar com as coordenadoras, pedir para

participar das oficinas, me colocar a disposição para o trabalho voluntário, além de explicar meu interesse em estudar o tema da prostituição.

Minha trajetória no NEP foi se construindo a partir dos espaços que as mulheres iam me permitindo ocupar. Por dois anos circulei pela sede da OSC como voluntária pelo menos uma vez por semana, apenas atendendo na mesa onde se distribui os preservativos e/ou cadastrando as mulheres que chegam pela primeira vez na sede e conversando com as mulheres que passavam por lá. Em 2010 fui convidada para participar da organização do encontro nacional de prostitutas em Porto Alegre e contratada para trabalhar na produção executiva do evento. Em 2011, após alguns meses afastada por motivos pessoais, fui novamente contratada para trabalhar, recebendo um salário pelo meu trabalho, na execução dos projetos de intervenção que foram desenvolvidos naquele ano. Atualmente, frequento menos a sede, ainda acompanho alguns encontros e atividades externas, desta vez como amiga, parceira do movimento social e pesquisadora.

Desde o início da pesquisa, a minha proximidade com o NEP e com o movimento social de prostitutas no Brasil foi um tensionador para a reflexão sobre proximidade e interferência na qualidade do meu trabalho acadêmico e científico. João Biehl (2011) que realizou pesquisas com os pacientes de AIDS em Salvador, afirma que “ajustando-se continuamente à realidade de vidas e mundos contemporâneos, o trabalho antropológico tem o potencial da arte: invocar potenciais humanos negligenciados e expandir os limites de compreensão e imaginação – um povo ainda por vir. Também está em jogo o nosso poder formativo de gerar um “nós”, uma audiência e comunidade política engajada, que não existiu anteriormente – assinalando o potencial de o nosso ofício tornar-se uma força mobilizadora neste mundo” (BIEHL, 2011, p.290). Através deste trabalho, pude compreender que o meu engajamento no movimento coloca-me em um lugar importante para a realização de uma pesquisa científica, tendo acesso a diversas informações que talvez outro pesquisador ou pesquisadora que não fizesse parte do movimento social não teria ou entenderia. Conclui que esse estudo deve ser compreendido como uma etnografia da experiência.

Apoio-me também em Merleau- Ponty (1984) que afirma, “claro que não é possível, nem necessário, que o mesmo homem conheça por experiência todas as verdades de que fala. Basta que tenha, algumas vezes e bem longamente, aprendido a deixar-se ensinar por uma outra cultura pois, doravante, possui um novo órgão de conhecimento, voltou a se apoderar da região selvagem de si mesmo, que não é investida por sua própria cultura e por onde se comunica com as outras” (MERLEAU-PONTY, 1984, p.199-200).

Minha aceitação no NEP não foi fácil. Por diversas vezes eu fui testada pelas mulheres que lá trabalhavam ou que frequentavam o local. Mendonça (2013), ao tentar inserir-se no NEP para realização de uma pesquisa para sua dissertação de mestrado, tendo vivenciado situações distintas entre procurar a instituição sozinha e em outros momentos indicada por pessoas conhecidas do NEP, reflete sobre a dificuldade de inserção nesta instituição:

Fiquei impressionada ao perceber que a negativa que recebi da organização não era uma negativa devido a “muitos pesquisadores aqui” era uma negativa a minha pessoa ou a algo que eu representava para ela que a minha colega talvez não representasse. Percebi o quanto a minha identidade social (minha idade, cor, escolha profissional, universidade), poderia dificultar, qualquer identificação entre eu e as profissionais do sexo (MENDONÇA, 2013, p.36).

Basicamente, a experiência de aproximação de Mendonça com o NEP não é diferente de tantos outros pesquisadores e pesquisadoras que passam pela instituição diariamente buscando um espaço para “realizarem suas pesquisas com prostitutas”. Muitas vezes ouvi das mulheres que fazem parte do NEP coisas como: “se a gente for atender todo o estudante que vem aqui não faríamos outra coisa”, “ai, o que querem agora? Eu tenho que trabalhar, não posso ficar atendendo estudante. Tenho mais o que fazer”. Mas também, já ouvi o quanto elas acham importante as parcerias com as universidades, e nos anos que estive no NEP conheci pelo menos cinco universitários e universitárias que realizaram suas pesquisas com total apoio das mulheres do NEP. Dizer que as dificuldades enfrentadas de inserir-se no NEP explicam-se através das identidades sociais me parece insuficiente neste contexto.

É sabido que a relação do programa de pós-graduação em antropologia social (PPGAS) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) com o NEP é antiga. Iniciou nos anos 90, através da Professora Claudia Fonseca, que realizou um mapeamento da prostituição em Porto Alegre, sendo continuada por estudos realizados por bolsistas do mesmo núcleo de pesquisa, como Alinne Bonetti, Elisiane Pasini e Letícia Tedesco. Desde então, a relação do PPGAS/UFRGS com o NEP se deu também através do núcleo de Antropologia do Corpo e da Saúde (NUPACS), sob orientação da professora Ceres Victora, no desenvolvimento da pesquisa que foi realizada por José Miguel Nieto Olivar, e que me levou a realizar o trabalho voluntário, semanalmente na ONG. Entretanto, constatei que universitários e universitárias de diferentes instituições educacionais e núcleos de pesquisa também são presentes na OSC. O NEP chegou a manter por alguns anos uma parceria com a Faculdade Metodista IPA que disponibilizava bolsas de estudos para as mulheres que participavam da OSC, até hoje sendo rotina a visita de universitários e universitárias dessa instituição no NEP por orientação de um docente. Em função desta presença de universitários

e universitárias no NEP, penso que as dificuldades de inserção não se devem, sobretudo a traços identitários e é sobre isto que pretendo discutir aqui.

Nos dois primeiros anos de trabalho voluntário na OSC, eu apenas tinha acesso ao atendimento das prostitutas que chegavam a sede em busca de preservativos e participava de algumas oficinas como convidada. Algumas das prostitutas que também trabalhavam na OSC como voluntárias, não falavam comigo mais do que o necessário para a realização dos trabalhos internos. Eu sentia uma **desconfiança** e/ou um desinteresse por mim. Na época eu entendia que esse desinteresse era por causa do tema de pesquisa da minha monografia: as construções de masculinidades dos clientes de prostitutas, aos quais se referiam como “os trouxas” e pouco lhes interessava o que eles pensavam. Sem saber bem por que, continuei insistindo. Eu realmente gostava daquele trabalho e das conversas com as prostitutas que frequentavam a OSC. Hoje entendo que não era o fato da minha pesquisa não interessa-las que fazia com que as mulheres militantes do movimento social organizado de prostitutas pouco falassem comigo. Acho é que elas queriam mesmo era saber **“qual é o dessa guria?”**. Porque eu insistia em continuar trabalhando como voluntária da OSC apesar das dificuldades que elas me impunham? O que eu queria trabalhando lá? Como me contou recentemente a Soila⁵, uma das mulheres prostitutas que faz parte da OSC. Tina, uma das fundadoras do NEP, que nunca trabalhou como prostituta, frequentemente, relembra o quanto foi difícil para ela aproximar-se, ou melhor, dizendo, obter a atenção das prostitutas quando iniciou o trabalho com elas nos anos de 1980. Chamo atenção para a frequência com que a história sobre a dificuldade de aproximação de Tina com as prostitutas é contada e recontada por ela e por outras mulheres prostitutas que fazem parte do NEP desde o início, e não só a história de Tina, mas também de tantas outras pessoas que passaram pela OSC. Compreendo dessa forma, que contar e recontar essas histórias compõem aquilo que Fonseca (2000, p.60) chama de uma espécie de *folclore feminino*, “histórias estilizadas que vão adquirindo cor a cada repetição”, uma arte criada principalmente pelas mulheres mais velhas para “instruir e entreter”.

⁵ Neste trabalho serão referenciados os nomes verdadeiros das pessoas que fazem parte do movimento social. Isto além de ter sido autorizado por elas, foi uma decisão desta autora por compreender que não faria nenhum sentido o anonimato, já que trata-se mulheres que fizeram de suas vidas uma luta política e têm seus nomes e seus trabalhos no movimento social reconhecidos. Para a antropóloga Cláudia Fonseca, não deve haver postura única frente à questão do anonimato nos textos antropológicos, todavia alerta que a reflexividade sobre a decisão de utilizar os nomes verdadeiros dos interlocutores da pesquisa esta sim é o *sine qua non* de um texto etnográfico que faça sentido (FONSECA, 2010, p. 214).

Victora (2011), pesquisando com os Charruas em Porto Alegre, tendo encontrado também uma permanente desconfiança e total descontentamento com as interpretações feitas por profissionais sobre o grupo, compreende esse fenômeno como resultado de um incômodo que o grupo pesquisado sente com a apropriação e a transformação profissional da sua experiência (VICTORA, 2011, p.42).

Aos poucos e pacientemente, fui ganhando a **confiança** das mulheres do NEP. Primeiro, cumprindo meus horários nos trabalhos na sede, depois realizando pequenas tarefas externas para a Tina, ajudando na digitação de alguns documentos, resolvendo um problema ou outro nos computadores. Chegou um momento em que eu já podia fechar a sede e entregar a chave na Praça da Alfândega para as prostitutas que atuam no NEP, que lá estavam trabalhando. Por diversas vezes eu tive que esperar na praça que alguma delas voltasse de um “programa”, e às vezes voltavam sorrindo e me perguntavam: “e aí, arrastou algum cliente?”. Muito mais do que saber se eu tinha “conquistado algum cliente na praça”, elas me testavam para saber se eu permaneceria ali esperando, como e junto com qualquer outra prostituta que estivesse ali trabalhando.

Já no ano do V Encontro Nacional de Prostitutas eu trabalhava como voluntária no NEP e pude acompanhar a organização deste evento desde a primeira visita de Gabriela Leite a Porto Alegre para tratar dos detalhes de sua realização com as mulheres do NEP. Quando da visita de Gabriela Leite, eu fui chamada pela Tina para participar de uma reunião com a equipe da Casa de Cultura Mário Quintana, que sediaria o evento, para definirmos as datas e os locais de uso do espaço. Após a reunião, Gabriela, que me recebeu de forma simpática, mas desconfiada, convidou-me para beber um chopp no café da Casa de Cultura Mário Quintana. Juntaram-se a nós, logo em seguida, a Tina, seu marido e outras mulheres do NEP.

Ali aconteceu meu primeiro teste. Após alguns chopps, a discussão, sobre diversos temas relativos as atividades da prostituição, ficou tensa. Gabriela me enchia de perguntas sobre o meu interesse no tema, as quais eu precisava responder rapidamente. Tina e o marido, percebendo o “teste informal” e preocupados com a discussão nos sugeriram que fossemos jantar. O jantar foi mais tranquilo, eu acompanhava Gabriela quando esta saía do restaurante para fumar um cigarro e continuávamos conversando sobre as atividades na prostituição, sobre a *grife* DASPU, sobre as diferenças e semelhanças da vida no Rio Grande do Sul e no Rio de Janeiro, entre outros assuntos e cigarros. No dia seguinte, recebi uma ligação da Tina para que eu passasse no NEP porque a Gabriela gostaria que eu a acompanhasse em um passeio pelo centro de Porto Alegre. Após esse passeio com Gabriela, nos reunimos na OSC e

eu fui designada para trabalhar na produção executiva do desfile da DASPU no “V Encontro Nacional de Prostitutas” em Porto Alegre, para o qual eu receberia um pagamento em dinheiro. Pela primeira vez eu trabalhava para o NEP, com tarefas definidas e sendo paga para isso.

Após o sucesso do evento, onde assessoriei a equipe do NEP em tudo o que me solicitavam e as tarefas não eram tão definidas como eu pensava, ajudei a montar o cenário do desfile, desfilei, desmontei cenário, acompanhei pessoas a bares e restaurantes, acordei cedo e fui para o hotel onde se realizava o evento ajudar a Tina a fazer os pagamentos das diárias as participantes, distribui material, busquei café, tirei fotos e tantas outras coisas que me foram solicitadas, voltei ao trabalho na sede na semana seguinte e por lá fiquei mais um tempo até me afastar para estudar em outra cidade. Após esse trabalho, eu já não sentia mais a **desconfiança** das mulheres do NEP em relação a mim, eu me sentia como parte da equipe da OSC.

Olivar (2013), em seu livro *Devir Puta: políticas de prostituição de rua na experiência de quatro mulheres militantes*, sugere em nota de rodapé (OLIVAR, 2013, p.304), que facilmente “a desconfiança poderia ser entendida como substancial à vida na prostituição e um discurso moral sobre a união e a solidariedade se ativaria e destruiria a experiência insurgente”. Segundo o antropólogo, não é essa a questão. O autor relata que conversando com Gabriela Leite, esta lhe explicou que a RBP não quer se orientar pela “lógica cristã da união”. Assim sendo, “a prostituição, nesse marco todo de relações, ensina não uma desconfiança, mas uma confiança contingente”. Nesse marco de relações, precisa-se “*confiar desconfiando*”, explica Olivar, “porque sempre aquele que quer ajudar, que se configura aliado (seja cliente, colega, pesquisador ou organização parceira), quererá tirar alguma vantagem de seu trabalho”. E essa contingência a qual Gabriela fez menção vem marcando não tanto a temporalidade da aliança, mas seu fundamento, “o limite sensível da aliança”. A partir deste argumento, entendi que a relação com as mulheres prostitutas é de trocas efetivas e claras. Elas desconfiam de quem se aproxima demais, é preciso deixar claro o que se quer e o que se tem a oferecer. No meu caso, eu mostrei a elas que além de realizar pesquisas sobre o tema, elas podiam contar comigo como antropóloga, pesquisadora e parceira do movimento social nas suas demandas. O que eu tinha a oferecer era minha força e dedicação no exaustivo trabalho realizado pela OSC.

Retornei ao NEP em março de 2011 e fui então contratada para trabalhar nos projetos de intervenção financiados pela Secretaria Estadual de Saúde do Rio Grande do Sul que

seriam executados naquele ano. Esses projetos de intervenção nos locais de prostituição são basicamente visitas aos bares, “boates”, “drinks”, “drives”, “saunas” e ruas onde se exercem as atividades da prostituição para conversar e realizar oficinas de divulgação do trabalho da OSC, falando sobre temas como prevenção de DSTs e AIDS, redução de danos, cidadania das mulheres prostitutas e o exercício seguro da profissão. Essas intervenções eram sempre realizadas por uma equipe de três ou mais mulheres, com parcerias de instituições governamentais ou não governamentais de Porto Alegre e de outras regiões do estado. Realizávamos esse trabalho duas vezes por semana, às vezes a tarde, outras a noite e às vezes à tarde e a noite. Locomovíamos a pé ou de transporte público, sendo sempre bem recebidas nos locais de prostituição, mesmo que algumas vezes com **desconfiança** em locais que não conheciam o trabalho. Mas isso mudava rapidamente quando as mulheres do NEP contavam que também eram prostitutas, falavam sobre o movimento social, sobre o trabalho na prostituição, encontravam alguma mulher que já as conhecia de outro local de trabalho. Apesar da surpresa de algumas por não acreditarem que as mulheres do NEP fossem prostitutas, todas sorriam quando alguma dizia “e prostituta é diferente das outras mulheres?” “tem cara de prostituta?”, e apontavam para mim perguntando: “e essa aí, vocês acham que é prostituta?”.

Foram nessas intervenções que aconteceram meus segundo, terceiro, quarto e não sei quantos mais “testes informais”. Eu fui aprendendo os discursos do movimento social, fui construindo as minhas próprias falas relativas aos temas tratados nas intervenções, fui colaborando com as falas das colegas de equipe, fui sendo aceita pelas mulheres, aprendi a respeitá-las não só em seus trabalhos (na prostituição ou nos projetos de intervenções), mas também em suas vidas fora deles. Mesmo não sendo prostituta, eu também “assumi a prostituição”⁶.

Se no início eu quase não falava em uma intervenção, ao fim dos projetos eu já visitava alguns locais com apenas outra voluntária (estudante de Ciências Sociais) e cheguei a ir sozinha a um local de prostituição para levar cartazes divulgando uma oficina.

Mas também senti medo, quando percebi o risco eminente de um assalto ao nosso grupo durante uma intervenção à noite em uma conhecida rua de prostituição em Porto Alegre. Pedi para interromper o trabalho e fui prontamente compreendida e apoiada pela equipe que estava comigo: “todas temos os nossos limites e devemos ser respeitadas” (Nilce),

⁶Segundo Olivar (2013) resta insistir que afirmar a adoção da palavra “prostituição é afirmar o trabalho de uma certa militância” (OLIVAR, 2013, p.36).

“em primeiro lugar a nossa segurança” (Tina). Mesmo assim tive que aguentar as brincadeiras das mulheres do NEP no dia seguinte, elas diziam coisas como: “até que enfim, ela arregou”, “ah viu, lá não é fácil para ninguém”, “aqueles caras não fazem nada, mas vocês que não são prostitutas não têm como saber disso”.

Fui sendo reconhecida, sobretudo como aquela que questiona, que pondera, que é sincera, que entende e problematiza. E me perguntava, mas isso não é basicamente o que eu aprendi na universidade sobre o “o fazer antropológico”? Muitos foram os testes, as tarefas, as conversas, as perguntas e respostas, para que eu fosse aceita no NEP e no movimento social de prostitutas até que um dia me vi perguntando para as mulheres do NEP, sobre uma nova voluntária da OSC: **“qual é o dessa guria?”**.

Dessa forma, entendo que o reconhecido *anthropological blues* de Roberto DaMatta, que nos remete as experiências de tristeza e sofrimento tematizadas na tradição musical norte-americana do blues, é uma experiência constitutiva do trabalho de campo (DAMATTA, 1981, p.156). DaMatta, referia-se às dificuldades iniciais e existências do antropólogo no campo, ao interagir com as sociedades culturalmente distantes e onde tudo parece estranho ou exótico. Se Roberto DaMatta, propunha que o antropólogo deve em um primeiro momento transformar o exótico em familiar, para assim dar um sentido lógico e coerente às práticas que está observando, no meu caso, essa orientação serviu no primeiro momento de inserção no campo, mas após me sentir aceita pelo movimento social de prostitutas como parte do mesmo, a maior dificuldade foi retornar “à minha própria sociedade”, porque neste caso, após a experiência no campo de pesquisa, me parecia que as angústias e lutas das prostitutas não eram tão diferente da realidade enfrentada por tantas outras mulheres, que não são reconhecidas em nossa sociedade por apresentarem um comportamento desviante daquilo que se espera de uma mulher. Considero que fui “afetada”, como explica a antropóloga Favret-Saada, e busquei uma escolha metodológica que pudesse “fazer da participação um instrumento de conhecimento” (FAVRET-SAADA, 2005, p.157). A autora, todavia orienta que “as operações de conhecimento acham-se estendidas no tempo e separadas umas das outras: no momento em que somos mais afetados, não podemos narrar a experiência; no momento em que a narramos não podemos compreendê-la. O tempo da análise virá mais tarde” (FAVRET-SAADA, 2005, p.160).

Soraya Fleischer (2007), afirma que “os antropólogos brasileiros sempre estiveram, desde seus primeiros passos, envolvidos direta ou indiretamente com os grupos que estudaram, na forma de testemunhas, mediadores e tradutores, denunciando e divulgando os

diferentes tipos de violências vivenciados por estes grupos. E, com isso, seus dados de pesquisa repercutiram na formulação e avaliação de políticas públicas e projetos de intervenção, na promoção de desenvolvimento e, mais recentemente, na democratização de direitos humanos” (FLEISCHER, 2007, p.65). Ou seja, para ela, a antropologia brasileira sempre foi ‘anfíbia’, porém – e aqui talvez repouse a fonte de ruídos e prejuízos – implícita. Segundo a autora, se a alteridade é condição básica para o empreendimento antropológico, talvez a ideia de ‘diferença’ que existe na alteridade mínima (nas pesquisas realizadas “em casa”) seja um pouco tênue ou encontrada com muito esforço relativizador. Por isso, a aplicação da antropologia continue tão implícita (até silenciada) em termos de mote para a produção de conhecimento antropológico e em termos de divulgação e publicação destas reflexões. Refletir sobre a proximidade do pesquisador com o campo estudado talvez seja a possibilidade, como sugere Fleischer, para que “tenhamos um quadro mais claro dessa singularidade que tem grande potencial, dado o legado bastante maduro de nossa disciplina, para não só aprofundar as discussões sobre estas tantas ‘aplicações’ como para dar um passo mais ousado no sentido de pensar nas repercussões estratégicas de fundar uma área teórica e metodologicamente sólida e social e eticamente relevante” (FLEISCHER, 2007, p.65).

A ideia de discutir minha aproximação pessoal e profissional com o NEP e com o movimento de prostitutas francamente neste trabalho se justifica porque acredito que carecemos de mais reflexão neste sentido. Já sabemos que o engajamento político dos(as) antropólogos(as), sempre esteve e parece estar cada vez mais presente em nossa prática profissional. Sugiro também, como se pode verificar, através dos estudos que são realizados a partir da etnografia da experiência, as vantagens de uma pesquisa realizada de perto e de dentro, não só falando sobre eles, mas falando em conjunto com o grupo pesquisado (VÍCTORA, 2011). Um dos pontos principais da etnografia da experiência como observa Víctora (2011, p.42), citando Kleinman & Kleinman (1991), está em atentar ao que “está em jogo” no contexto etnográfico: “o que tem de mais relevante para as pessoas envolvidas em situações específicas; compreender e trabalhar com as categorias da experiência-próxima que advêm de concepções nativas, sem nunca deixar de lado o que as orienta e as produz”.

No caso do movimento social organizado de prostitutas esse *confiar desconfiando*, a **desconfiança** e a **confiança** construídas através do *trabalho do tempo* (DAS, 2008) tangencia as relações dessas mulheres não só comigo como pude perceber na minha trajetória, mas também com outras pessoas, clientes ou organizações governamentais e não governamentais.

Nestas condições, como explica DAS (1999, p.37) *tempo* não é algo meramente representado, mas um agente que “trabalha” nas relações, permitindo que sejam reinterpretadas, reescritas, modificadas. Soila quando questionada por mim sobre essa desconfiança/confiança me explicou que isso decorre porque elas estão “acostumadas a tratarem as coisas claramente”. Sempre há uma desconfiança com pesquisadores ou instituições que querem formar parceria com o NEP até que fique clara a relação. Muitos pesquisadores (as) passam cotidianamente na OSC, realizam entrevistas com as mulheres do NEP, publicam ou não o material coletado, e segundo elas, poucos retornam. É o tempo da relação, os laços e os afetos que segundo Soila, determinam a confiança. Além disso, segundo ela, prostituta trabalha com o tempo, “é o nosso tempo que vocês estão pedindo, Leina”, “nosso tempo tem um preço”. E para qualquer pessoa que se aproxime do movimento social de prostitutas, o preço delas, é o respeito a profissão prostituta.

2.2.2 O local de pesquisa e o perfil das interlocutoras da investigação

Esta investigação foi realizada no Núcleo de Estudos da Prostituição (NEP). A sede fica localizada em um prédio no centro do NEP, em salas cedidas pela prefeitura. No dia a dia, o NEP funciona basicamente três dias por semana das 9h às 16h para atendimento externo, havendo demanda os demais dias da semana são utilizados para resolver outras questões. E nesta rotina quem abre e fecha a sede é decidido conforme a disponibilidade da equipe nesses dias. As únicas regras dizem respeito a ninguém ficar sozinho no local e cumprir com o compromisso de estar no dia determinado lá. Geralmente, é a Tina que nunca foi prostituta e é uma das fundadoras da OSC, ou uma das prostitutas voluntárias que abre a sede, quando a Tina tem algum compromisso cedo ou alguma das prostitutas voluntárias tem qualquer compromisso naquele horário, inclusive tiver um “programa” marcado com um cliente, porque a prioridade para elas é o trabalho na prostituição. Então, solicita-se aos (as) voluntários (as) “de confiança” que abram a sede, mas isso acontece muito eventualmente.

As prostitutas que ocupam esta função este ano são: Nilce, Dete, Soila e Rô com a ajuda de um voluntário e uma voluntária. O atendimento externo se resume à distribuição de

preservativos as prostitutas, esclarecimentos e encaminhamentos de assuntos relacionados ao exercício da prostituição e apoio a estudantes universitários(as) e pesquisadores(as) de diversas áreas, que quase todos os dias aparecem na OSC buscando informações sobre o tema.

Há uma sala grande, separada da sala de convivência na qual se faz o atendimento na sede, onde trabalham a Tina e mais uma prostituta que também é cientista social de formação, que se ocupam de resolver os assuntos concernentes às relações com as diversas organizações governamentais e não governamentais. Também é a Tina a responsável pelo setor financeiro e conta com a colaboração de uma empresa contratada de contabilidade.

Qualquer pessoa pode participar do NEP desde que se identifique com os objetivos da Rede Brasileira de Prostitutas. Assim, é possível compreender (como hoje percebo o que aconteceu comigo nos primeiros anos de trabalho na OSC) porque não só eu, mas também outros (as) estudantes, voluntários (as) e pesquisadores (as) que trabalham ou trabalharam lá precisaram passar por uma série de “testes informais”, até serem admitidos (as) completamente à equipe. O NEP exige de todos os membros um comprometimento pessoal com o movimento social organizado de prostitutas e um comprometimento profissional com as tarefas que precisam ser realizadas diariamente, é preciso ser de “confiança”. E essa confiança só se conquista no cotidiano de trabalho, muitas vezes voluntário.

Por muitas vezes eu presenciei algumas prostitutas manifestando o desejo de trabalhar no NEP ou sendo convidadas pelas mulheres que fazem parte para participar como voluntárias, sendo que a única exigência é a de que determinassem um dia de trabalho por semana dedicado ao NEP e se comprometessem a não faltar, o que representa um “teste informal”. Para muitas prostitutas dedicar um dia da semana para um trabalho voluntário e não faltar pode ser uma tarefa bastante complexa de cumprir. Por outras vezes, nas intervenções na rua, ouvi algumas mulheres prostitutas acusando as mulheres que trabalham no NEP como multiplicadoras de prevenção nos projetos sociais de interessarem-se no dinheiro que esse trabalho lhes rende, o que não se verifica como verdade, já que a maioria do tempo elas trabalham como voluntárias.

Para Lenz (2011, p.106) é preciso pensar “até que ponto a prostituta multiplicadora de informação tem mesmo a credibilidade que (se) supõe”. Para o autor a prostituta que exerce o papel de multiplicadora de saúde nos projetos de intervenção, “certamente é vista como colega de profissão, mas em outro e superior patamar, tanto por ocupar essa nova e valorizada identidade social, como por ser remunerada por isso. Este patamar superior também pode

trazer a visão de que essa mulher está um tanto distanciada do exercício profissional de prostituta, situação que algumas multiplicadoras tendem mesmo a afirmar, reforçando a importância da conquista do novo lugar e até mesmo se dizendo afastadas da prostituição”. Segundo este autor, ao assumir a luta contra a AIDS como uma das bandeiras de seu movimento, as prostitutas passaram a produzir, como examinou, “novos – e às vezes contraditórios – sentidos”. Se, por um lado, confrontam a representação de serem a ela associadas, buscando colocarem-se como atores da prevenção, em outro aspecto demonstram a forte presença do estigma de sua profissão, ao tentarem dela se distanciar (LENZ, 2011, p.75). No caso das mulheres prostitutas que trabalham nos projetos de intervenção do NEP não presenciei nenhuma situação explícita de diferenciação entre a prostituta e a multiplicadora, todavia me chamava a atenção a ética das prostitutas quando trabalhando como multiplicadora nos projetos: “ não se faz programa quando se está trabalhando nos projetos”, caso algum cliente se aproxime com interesse em realizar algum programa com qualquer mulher presente, as multiplicadoras devem se afastar ou no mínimo realizar o trabalho de promoção e prevenção com o cliente, deixando bem claro para as outras prostitutas que não estão ali para tirarem seus clientes.

Essas mulheres que trabalham no NEP são as interlocutoras desta pesquisa. Prefiro chamá-las de interlocutoras por que nesta investigação elas não somente responderam as minhas perguntas como também leram e discutiram comigo os textos produzidos para esta pesquisa. Sobre as interlocutoras desta pesquisa podemos dizer que se distribuem da seguinte forma: mulheres, em sua maioria oriundas de classes populares, nascidas no interior do estado do Rio Grande do Sul chegaram a Porto Alegre de forma autônoma por volta dos vinte e poucos anos, têm entre 45 e 55 anos e participam do movimento social organizado de prostitutas. Exceto uma, todas as demais já trabalharam ou ainda trabalham na prostituição.

Importante destacar que apesar de hoje algumas se encontrarem em uma condição socioeconômica melhor, todas elas são oriundas de classes populares.

A seguir apresento um quadro com alguns dados que considero importantes para a compreensão do perfil destas:

Quadro 1:

Nome	Ano que começou a trabalhar no NEP	Cargo que ocupa na OSC	Situação conjugal	Filhos	Fonte de renda
Tina	1989 (fundadora)	Conselho Fiscal	Casada	1 filha	Empresa familiar
Nilce	2002	Coordenadora	Solteira	2 filhas	Prostituição e projetos
Soila	2004	Voluntária e monitora de projetos	Solteira	Sem filhos	Prostituição e projetos
Dete	1996	Tesoureira e monitora de projetos	Solteira	1 filha	Prostituição, aposentadoria e faxinas.

O quadro acima apresenta o conjunto de quatro mulheres interlocutoras desta investigação que classifico como mulheres militantes do movimento social organizado de prostitutas. Mais do que fazer uma análise sobre o tempo de trabalho no NEP, os cargos ocupados ou a situação familiar destas mulheres, interessa perguntar como elas assumem a identidade de militante do movimento social organizado de prostitutas.

A pergunta que foi feita sobre o vínculo com a OSC foi: quando iniciou a trabalhar no NEP? Interessante porque todas, exceto Tina que respondeu que fundou o NEP, responderam de duas formas: primeiramente responderam o ano que oficialmente se vincularam a OSC, depois explicaram que participaram das primeiras reuniões realizadas pela Tina no final dos anos de 1980. Oficialmente para elas significa quando assumiram um cargo documentado.

Mais curioso ainda, foi então ter encontrado o nome da Soila na ata de fundação do NEP, datada do dia 24 de março de 1993, documento este que tive acesso para realização desta pesquisa. Na ata consta ainda que neste dia Soila foi eleita para o conselho administrativo da OSC nesta data. Quando questionei Soila sobre o fato, ela me explicou que no início ela frequentava as reuniões promovidas pela Tina como prostituta, com o

consentimento de seu “cafetão”⁷, de certa forma explicou que ia “obrigada” e que naquela época “não pensava nela”, mas sim em “se livrar da polícia”. Assim, Soila explica que foi só no ano de 2004, após o rompimento com seu “cafetão” que ela passa a integrar a equipe do NEP como voluntária no cotidiano da OSC e monitora nos projetos de intervenção. As respostas de Nilce e Dete sobre o início no NEP foram muito parecidas, as duas explicaram que também participavam das reuniões para prostitutas promovidas pela Tina desde o início, mas começaram a fazer parte da OSC “direto” mais tarde, por motivos e em momentos diferentes. Dete contou que passou a trabalhar no NEP como voluntária, logo após saber que era portadora do vírus HIV, precisava de um lugar para “se ocupar”. Todavia, foi só no ano de 2005 que encontrei um documento oficial assinado por Dete. Trata-se do estatuto do NEP, datado de 29 de abril de 2005, o qual ela assinou como coordenadora da OSC. Já Nilce, frequentava as reuniões como prostituta, visitava a Dete na sede, sua filha trabalhou nos projetos de intervenção, antes dela vincular-se a OSC. Nilce também iniciou na OSC realizando trabalho voluntário, logo após sendo inserida a equipe dos projetos de intervenção, atualmente ela é coordenadora da instituição. Dessa forma, compreendi que existem dois momentos distintos da participação delas no NEP, um primeiro como prostituta usuária do que pode se chamar de “serviços” disponibilizados pelo NEP, seja participando de reuniões temáticas, organizando-se para fazer denúncias públicas das violências policiais contra elas, e outro de trabalho voluntário, de participação efetiva no cotidiano da OSC. E é neste momento de trabalho voluntário, que elas passam a se entenderem como militantes do movimento organizado de prostitutas deixam de ser usuárias e passam a ser monitora de projetos, coordenadoras, tesoureiras e multiplicadoras dos direitos das mulheres prostitutas, entram na “luta” e se assumem como prostituta cidadã.

Outro dado que chama atenção diz respeito a formação familiar das mulheres do NEP, todas as prostitutas se afirmam solteiras, apesar de terem alguns relacionamentos afetivos sexuais com homens atualmente ou já terem sido casadas em alguns momentos, sendo que apenas uma não tem filhos ou filhas. Não nos interessa nesta investigação as relações afetivas destas mulheres, porém é necessário refletir que o fato de não serem casadas faz com que elas se entendam como independentes e livres para administrarem seu tempo como quiserem, visto que as filhas já são adultas. Porque a militância no movimento social lhes exige tempo, não só o tempo do trabalho voluntário na sede da OSC ou no trabalho nos projetos de intervenção,

⁷“Cafetão” é como era chamado o homem que vivia da exploração sexual de mulheres. Para saber mais ver OLIVAR (2013).

mas também muitas são as viagens para participação em congressos, oficinas, fóruns de discussão, entre outros espaços de diálogos sobre temas que interessam ao trabalho da organização.

Assim entendo que elas não apenas assumem a identidade de militantes do movimento social organizado de prostitutas, como é essa identidade que as constitui. O que quero dizer é que os mais de vinte anos de aproximação com o movimento social, sendo conclamando as prostitutas para se organizarem pelo fim das violências cometidas contra elas, sendo trabalhando de forma voluntária na organização ou em projetos de intervenção de promoção de autoestima e prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, sendo participando dos espaços de construção e debates de políticas públicas para esta a categoria de profissionais do sexo, é o que fez delas as mulheres que são hoje: militantes, prostitutas ou não, todas assumiram a prostituição. E principalmente, são companheiras de lutas. A categoria êmica “luta”, forjada na experiência de ser prostituta militante pelo reconhecimento da profissão, é sem dúvida, uma das questões mais relevantes para elas. O movimento social organizado de prostitutas, representado de forma concreta pelo NEP, é sentido por elas como um lugar de coletivização de sociabilidades alternativas e femininas, de nomeação do seu trabalho, uma rede de amigas e porque não dizer, de parentesco⁸, um espaço de união de forças para suas “lutas” cotidianas, é onde elas se enxergam como cidadãs.

⁸ Para mais sobre essas redes de parentesco das mulheres do NEP ver OLIVAR, 2013.

3 TECENDO REDES: A REDE BRASILEIRA DE PROSTITUTAS E O NEP

O movimento social organizado de prostitutas no Brasil surgiu em tempos de epidemia de AIDS no país. No final dos anos de 1980, Tina, esposa de um sacerdote anglicano que fazia parte da Missão Urbana Rural (MUR) e que já conhecia Gabriela Leite, uma prostituta articulada com diversas organizações governamentais e não governamentais com o intuito de garantir o direito do trabalho digno na prostituição, foi convidada por ela para o “I Encontro Nacional de Prostitutas” no Rio de Janeiro. Tina tinha um desejo de realizar um trabalho social de prevenção ao HIV e AIDS com mulheres prostitutas em Porto Alegre. Nesse encontro, Tina conheceu, além de Gabriela Leite que já havia fundado a ONG Davida, a Lourdes Barreto de Belém, que estava em processo de fundação do GEMPAC, e outras importantes prostitutas lideranças de vários lugares do país, que há alguns anos sonhavam com um movimento social organizado de prostitutas.

Assim, a Rede Brasileira de Prostitutas (RBP) é formada no primeiro Encontro Nacional de Prostitutas, em 1987, como resultado de um esforço inicial, principalmente dessas três mulheres, para a mobilização da categoria das profissionais do sexo. Reunindo representantes de oito capitais brasileiras, sendo o eixo temático do encontro a criação de associações que representassem efetivamente as profissionais do sexo e a definição de estratégias conjuntas de maior eficiência para combater a violência policial, que afligia as prostitutas dos grandes centros, como São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre. Como consequência das discussões, o principal compromisso assumido foi o de dar início à legalização de associações em diferentes estados do Brasil.

Nesse evento, Tina conheceu Gerson, um dos fundadores do GAPA- RS (Grupo de Apoio e Prevenção a AIDS). De volta a Porto Alegre, ela iniciou um trabalho social junto a essa instituição a fim de mapear as zonas de prostituição da cidade de Porto Alegre, conforme o compromisso assumido no encontro nacional de prostitutas. Tratava-se inicialmente da tentativa de organizar as mulheres prostitutas para o enfrentamento à epidemia de AIDS. Tina esforçava-se “religiosamente” neste trabalho, mas é bem verdade, como me contou Soila, uma das prostitutas que trabalhava nas ruas da cidade nestes anos e que hoje faz parte do NEP, que nenhuma delas tinha interesse pelo que a Tina falava. Segundo Soila, elas tinham até “pena”

daquela mulher que todo o fim de tarde andava pela cidade, muito bem vestida, entregando preservativos masculinos, nos quais grampeava seu cartão de apresentação pessoal com seu número de telefone, dizendo que elas podiam procurá-la, caso precisassem de alguma coisa. Soila lembra, “nosso problema não era a AIDS, nosso problema era a violência policial”. Foi assim que, um dia, Tina recebeu uma ligação de pedido de “socorro” de uma prostituta em 1989. E dá-se início a associação gaúcha de prostitutas que, por razões burocráticas, seria institucionalizado como Núcleo de Estudos da Prostituição (NEP). Como Tina, Gabriela e Lourdes sonhavam desde o “I Encontro Nacional de Prostitutas” em 1987.

Estruturalmente, a RBP, é um agrupamento de associações, organizações não governamentais e representantes da sociedade civil de prostitutas, que realizam trabalho com prostitutas, ou simpatizantes da prostituição que reconheçam os princípios da RBP.

A seguir apresento a Rede Brasileira de Prostitutas, sua constituição, modos de ação e seus princípios, assim como um histórico da relação desse movimento social organizado com as políticas públicas para essa categoria no Brasil. Também neste capítulo, descrevo o “V Encontro Nacional de Prostitutas” realizado em Porto Alegre buscando contextualizar o NEP, local onde se desenvolveu essa pesquisa, dentro da Rede Brasileira de Prostitutas. Finalmente, apresento o Núcleo de Estudos da Prostituição. Transversalmente, pretendo demonstrar que o setor saúde foi a porta de entrada encontrada pelo movimento social organizado de prostitutas para se relacionar com o Estado e, a partir disso, construíram estratégias de promoção de suas demandas e agenciam ações políticas.

3.1 A articulação da RBP e as políticas públicas

Desde o seu surgimento, a Rede Brasileira de Prostitutas assumiu em seu discurso a missão de promover a articulação política do movimento social organizado de prostitutas e o fortalecimento da identidade profissional da categoria, visando o pleno exercício da cidadania, a redução do estigma e da discriminação. Para isso, assessora a formação e a capacitação de associações de prostitutas, apoia e promove eventos e encontros da categoria, formula

políticas públicas em parceria com órgãos governamentais e luta para obter o reconhecimento legal da profissão.

A RBP não é uma rede institucionalizada, ou seja, não possui personalidade jurídica, nem possui cargos. Assim, qualquer grupo pode fazer parte da RBP, seja de prostitutas ou de simpatizantes das causas da prostituição, contanto que assuma a missão da RBP (SKACKAUSKAS, 2007).

Segundo o sociólogo Castells (1999), as “redes constituem a nova morfologia social de nossas sociedades, e a difusão da lógica de redes modifica de forma substancial a operação e os resultados dos processos produtivos e de experiência, poder e cultura” (CASTELLS, 1999, p.497).

Conforme o sociólogo:

Rede é um conjunto de nós interconectados. Nó é um ponto no qual uma curva se entrecorta. Concretamente, o que um nó é depende do tipo de redes concretas de que falamos. São mercados de bolsas de valores e suas centrais de serviços auxiliares avançados na rede dos fluxos financeiros globais. São conselhos nacionais de ministros e comissários europeus da rede política que governa a União Européia. São campos de coca e papoula, laboratórios clandestinos, pistas de aterrissagem secretas, gangues de rua e instituições financeiras para lavagem de dinheiro, na rede de tráfico de drogas que invade as economias, sociedades e Estados do mundo inteiro. São sistemas de televisão, estúdios de entretenimento, meios de computação gráfica, equipes para cobertura jornalística e equipamentos móveis gerando, transmitindo e recebendo sinais na rede global da nova mídia no âmbito da expressão cultural e da opinião pública, na era da informação. (CASTELLS, 1999, p.498).

Do exposto por Manuel Castells, verifica-se que o objeto criador dos fluxos da rede não é o importante. O essencial é o mecanismo de conexão, justamente o fluxo, entre os nós e entre os entes externos àquela rede. No caso da RBP, o mecanismo de conexão me parece ser representado pela Gabriela Leite e por algumas mulheres que estiveram com ela desde o “I Encontro Nacional de Prostitutas”, inclusive a Tina. Gabriela faleceu durante a realização desta pesquisa, e um dos comentários que ouvi das mulheres que fazem parte do NEP, dias depois do ocorrido, foi: “Tem um furo na rede agora” (Soila, novembro de 2013).

Castells afirma que, a rede opera de uma forma democrática, difusora de poder, repartidora de conteúdos e de *Know-how*, e assim é a RBP. Essa rede foi construída como um espaço de trocas de experiências entre as associações e/ou organizações de prostitutas no país e de integração de forças para terem seus direitos reconhecidos na sociedade.

A RBP surgiu em meio à epidemia de AIDS no Brasil que pauta a agenda do movimento de prostitutas no Brasil desde o seu princípio, como consequência de um trabalho pioneiro de elaboração de projetos de prevenção à AIDS para a categoria. A relação da RBP com o Ministério da Saúde é histórica. A cooperação entre estas duas organizações existe desde o surgimento desse movimento social. Os projetos nacionais de prevenção à AIDS e cidadania para essa categoria, financiados pela Coordenação Nacional de DSTs e AIDS do Ministério da Saúde são quase sempre coordenados e executados pela RBP e outras organizações que dela fazem parte. Isto é, as associações, organizações não governamentais e grupos alinhados à RBP trabalham com projetos semelhantes, que, apesar das especificidades locais, muitos são planejados coletivamente, como por exemplo: o primeiro projeto “Previna” (1989), “Esquina na Noite” (2002), e “Sem vergonha” (2006). Além da campanha nacional: “Sem vergonha, garota. Você tem profissão”, executada pelo Programa Nacional de DSTs e AIDS, em 2002, em parceria com a RBP.

Gohn (2000, p.50), afirma que as ONGs se apresentam atualmente no Brasil como executoras de atividades de interesse público fora da máquina governamental, com custos menores e maior eficiência, potencializam as forças organizadas da sociedade e criam um novo campo de trabalho, o trabalho social voltado para as populações mais pobres, em especial os pobres urbanos, que estão à margem do sistema capitalista. Para além da mobilização social, na execução dos projetos de intervenção com prostitutas, é dessa forma que as organizações que fazem parte da RBP vêm trabalhando.

Segundo Skackauskas (2007), o trabalho de prevenção realizado pela RBP pôde ser avaliado na primeira pesquisa nacional sobre profissionais do sexo encomendada pela Coordenação Nacional de DSTs e AIDS, realizada pela Universidade de Brasília (UNB)⁹ e divulgada em 2002. Prostitutas e técnicos da RBP acompanharam todo o processo de pesquisa a fim de garantir os direitos das pesquisadas. O principal objetivo do estudo foi o de medir a efetividade das ações educativas sobre as DSTs e AIDS voltadas para as profissionais do sexo. A pesquisa comprovou que as prostitutas que já foram abordadas por projetos de

⁹ A pesquisa constava de uma parte qualitativa, através da aplicação de técnicas de grupo focal e entrevistas individuais em profundidade, além de um inquérito sorológico incluindo grupos de mulheres que receberam a intervenção e grupos que não receberam a intervenção. In: *Jornal Beijo da Rua*, edição abril de 2002, e Ministério da Saúde, Programa nacional de DST e AIDS. Série estudos pesquisas e avaliação, n.07, Brasília/DF, 2004.

prevenção são as que mais usam preservativos e fazem exames de AIDS e o preventivo de câncer de colo de útero (SKACKAUSKAS, 2007, p.66).

Essa organização social das prostitutas nasceu no contexto das lutas pela redemocratização do país, e elas reuniram-se pela primeira vez em 1987. Inicialmente, tratou-se, sobretudo, de denunciar a violência policial, mas também a histórica associação de prostituição com doença que, no momento de seu surgimento, atualizava-se pela epidemia de AIDS, que possibilitou uma série de recursos públicos para a organização e fortalecimento dessas associações de prostitutas. Em entrevista realizada com Tina pedi que ela me falasse sobre a relação do movimento social organizado de prostitutas com o Estado brasileiro, principalmente no que se refere às políticas públicas de prevenção e enfrentamento a AIDS. Tina e uma prostituta que também faz parte do NEP que não participou desta pesquisa são a memória da OSC, pois estão lá desde o início. Tina é uma mulher elegante, sempre bem vestida e maquiada, de fala clara e que gosta muito de contar sua trajetória junto às prostitutas em todos os locais por onde passa: de bares a congressos.

Segundo Tina, foram os desafios criados pela epidemia de AIDS que levaram as organizações de prostitutas (grande parte delas já vinculadas à Rede Brasileira de Prostitutas) aos espaços de articulação de políticas públicas a nível nacional, principalmente sob a forma de projetos e ações de prevenção em parceria com o Ministério da Saúde e outras organizações.

Tina conta que a primeira intervenção para prevenção do HIV entre prostitutas (mas também junto a travestis, profissionais do sexo e michês, homossexuais masculinos, presidiários e usuários de drogas injetáveis) foi o projeto “Previna”, executado entre os anos de 1988 a 1990. Esse projeto deu início à parceria formal entre o antigo Programa Nacional de DST/ AIDS do Ministério da Saúde e as ONGs. Segundo Tina, isto contribuiu para que o projeto incorporasse em suas ações a participação de lideranças e representantes das populações a quem se dirigia. Além disso, inaugurava o uso da metodologia de educação pelos pares nas ações de prevenção das DST/AIDS para grupos específicos.

Em 1989, a Rede Brasileira de Prostitutas, promoveu o II Encontro Nacional, também no Rio de Janeiro, para tratar especificamente do tema prostituição e AIDS, enfocando o engajamento das prostitutas em ações de prevenção das DST/AIDS, em parceria com o governo. Neste evento, que contou com a participação das prostitutas vinculadas à RBP, além

de representantes de ONGs/AIDS e de governos municipais, estaduais e federal, foi apresentado e discutido o material elaborado para o projeto “Previna”. O evento representou, como conta Tina, “a consolidação de uma parceria em que sustentabilidade e descentralização das ações, protagonismo e, principalmente, a noção de estigma foram discutidas e entendidas como fundamentais para um trabalho realmente sério com as prostitutas”. Em função dessa mobilização de prostitutas, neste encontro, outros temas como direitos humanos, estigma e discriminação, profissão, regulamentação e acesso aos serviços de saúde foram sendo incorporados na agenda de interlocução entre prostitutas e agentes governamentais para construção de políticas públicas. Segundo Lenz e Leite (2013, p.46), “esta ampliação da agenda também respondeu ao questionamento do viés higienista subjacente a uma abordagem da prostituição restrita à vertente da transmissão de doenças e, além disso, passou a adotar o conceito de vulnerabilidade como marco orientador das ações do Programa Nacional de DST/AIDS”.

A partir de 1994, o projeto “Previna II”, viabilizado com recursos provenientes dos acordos de empréstimo do Banco Mundial, garantiu a manutenção de atividades junto a profissionais do sexo, por meio do apoio a projetos desenvolvidos por associações de prostitutas e ONGs/AIDS atuando com prostitutas. Reforçou-se a metodologia da educação pelos pares, com o treinamento de prostitutas como “multiplicadoras de informação” junto a suas colegas. Do trabalho em campo, ou “intervenções”, fazia parte a distribuição de preservativos masculinos e de materiais educativos concebidos pelas ONGs e produzidos com recursos repassados pelo Programa Nacional de DST/AIDS. Algumas associações, que faziam parte da Rede Brasileira de Prostitutas, também introduziram oficinas de direitos humanos e cidadania.

Para Lenz e Leite (2013, p.46), cabe ressaltar o aumento, durante todo esse período, de organizações de prostitutas, que passaram a acessar fundos públicos na perspectiva de trabalhar com a prevenção da epidemia. Houve também um expressivo volume de propostas de trabalho de prevenção das DST/AIDS por organizações não formadas, nem lideradas pelas profissionais. Os autores destacam, entretanto, “alguns pontos críticos, em especial a falta de continuidade de parte dos projetos, bem como a dificuldade de capilarização das ações, a falta de uma cultura de avaliação que possibilitasse a análise da efetividade das diversas estratégias de prevenção implementadas e ainda a carência de uma melhor sistematização das boas práticas desenvolvidas”. Outra fragilidade segundo eles foi “a junção, num mesmo conjunto

de iniciativas, de diferentes tipos de trabalhadores sexuais, como as travestis ou os meninos de programa e as mulheres prostitutas, o que foi corrigido ao longo do tempo”. Para os autores, “no seu conjunto, esses percalços contribuíram para reduzir o aprofundamento das ações de controle social das políticas voltadas para garantia dos direitos das prostitutas e a visibilidade da sua pauta de reivindicações específicas” (LENZ, LEITE, 2013, p.46).

O processo de descentralização do SUS, ao lado da consolidação e ampliação da Rede Brasileira de Prostitutas a partir do terceiro encontro nacional, dessa vez chamado “III Encontro Nacional das Trabalhadoras do Sexo”, em 1994, novamente realizado no Rio de Janeiro, contribuiu para a introdução de projetos em consórcio, como forma de facilitar o recebimento dos recursos federais por organizações menores. Em 2002, o projeto “Esquina da Noite” mobilizou mais de 50 associações das cinco regiões do país, com um líder de consórcio por região, ou seja, uma associação de cada região administrava financeiramente os projetos ali executados.

Nesse mesmo ano, três ações inéditas marcaram a parceria entre o setor da saúde e o movimento social de prostitutas: o “Seminário Nacional AIDS e Prostituição”; a campanha nacional “Sem vergonha, garota. Você tem profissão”; e a execução da pesquisa “Avaliação da efetividade de ações de prevenção dirigidas às profissionais do sexo, em três regiões brasileiras”.

Nas políticas públicas para além da saúde, a RBP também conquistou avanços no que diz respeito à legislação sobre prostituição. Primeiro, com o reconhecimento da prostituição como uma atividade profissional pelo Ministério do Trabalho e Emprego, na Classificação Brasileira de Ocupações, em 2002. A iniciativa, construída com representantes da RBP, visa permitir que a mulher que se prostitui se perceba realizando um trabalho, do mesmo modo que os demais atores sociais. Garante-se também o registro formal da atividade pelo Censo, caso ela seja declarada pelo recenseado. E tornou possível o registro de trabalhador autônomo junto à Previdência Social como “profissional do sexo”, as duas últimas contribuindo para a geração de políticas públicas (LENZ e LEITE, 2013). A identificação da prostituição como um trabalho possibilita que se atinja outro patamar na discussão a respeito dos direitos das profissionais que realizam este trabalho.

Quando o então deputado federal Fernando Gabeira apresentou, em 2003, o projeto de lei que reconhecia a existência de serviços de natureza sexual, e que legalizava a profissão e

retirava o empresário do crime, a RBP apoiou e discutiu com o deputado esse projeto de lei. O projeto de lei não foi aprovado, mas ajudou a levantar discussões a respeito da prostituição na sociedade civil e, especialmente, entre as prostitutas e os grupos que trabalham com prostitutas. Segundo Lentz e Leite (2013), “a lógica da não criminalização das casas de prostituição decorre do entendimento desta atividade como um trabalho, que não deve ser realizado numa situação considerada criminosa ou ilegal. É pela compreensão de que a prostituição é um trabalho que se torna possível reivindicar as condições necessárias para que seja realizado em condições dignas (LENTZ e LEITE, 2013, p.46). No contexto atual, a RBP participou ativamente junto ao Deputado Jean Wyllys na construção do PL 4211/2012.

Entre os quatro grandes eixos de discussão sobre a prostituição no mundo - regulamentarista, proibicionista, abolicionista e autodeterminista -, a Rede Brasileira de Prostitutas assume um discurso autodeterminista. Nesse sentido, toma forma a partir da visão que a própria prostituta tem de si e de sua profissão, a fim de acabar com o estigma sobre a prostituição.

O discurso que regulamenta a prostituição pressupõe que a prostituta deva ser controlada para cumprir, da melhor forma possível, seu papel social, que consiste em controlar os instintos masculinos. Para o perfeito equilíbrio social, a prostituta não deve ser extirpada do convívio social. Assim, a regulamentação se caracteriza pela tolerância oficial do Estado, que considera a prostituição um “mal necessário”. Mediante a tentativa de controlar a prostituição, o Estado licencia bordéis, nos quais as prostitutas estão sujeitas a várias formas de regulação, tais como exames médicos forçados e a delimitação de áreas de trabalho, as conhecidas zonas de tolerância. Essa postura é assumida em países como Alemanha, Holanda, Grécia, Nova Zelândia e parte da Austrália, nos quais a prostituição é permitida e regulada pelo Estado. Países como os Estados Unidos, Arábia Saudita e Tailândia assumem uma postura proibicionista em relação à prostituição, isto é, a prostituição é crime tanto para quem vende como para quem paga por serviços sexuais. O que não acontece na concepção abolicionista, em que a ilegalidade recai sobre terceiros, como proxenetas e proprietários de bordéis. A longo prazo, o objetivo do abolicionismo é a abolição completa da prostituição através da despenalização da prostituta. Sob o controle de leis, mulheres suspeitas de prostituição eram detidas pela polícia. Em resposta a tais atos, o movimento feminista começou a alegar que as prostitutas eram vítimas que deveriam ser resgatadas ou reabilitadas e não policiadas ou punidas. Nesse discurso, o trabalho sexual é visto como forma de sujeição

da mulher ao poder do homem e ao poder do capital, pois uma mulher, por vontade própria, dificilmente exerceria o trabalho sexual. O seu ingresso nesse meio é sempre justificado por motivos socioeconômicos: a mulher necessita do dinheiro para garantir a sua subsistência e a sociedade não lhe oferece nenhuma alternativa. Dessa forma, a prostituição não é vista como um trabalho escolhido pelas mulheres, mas como um fenômeno que estigmatiza e exclui as mulheres de uma vida digna.

Como parte de uma reação a esta perspectiva feminista, onde toda prostituição é violência contra as mulheres, ativistas em defesa dos direitos das prostitutas alegam que cabe uma distinção entre prostituição “voluntária”, vista como trabalho legítimo, e prostituição “forçada”, vista como violação dos direitos humanos. Reconhece-se, contudo, que “a liberdade de escolha” também existe nesse meio e deve ser respeitada. Esse discurso é reconhecido como autodeterminista e seguido principalmente por organizações de prostitutas que defendem a prostituição como um trabalho e consideram a prostituta capaz de definir o rumo de sua própria vida e de fazer suas próprias opções. Segundo os defensores desse discurso, o que se configura como manifestação de violência contra as mulheres é a prostituição forçada: essa seria a verdadeira violação do direito de autodeterminação da pessoa adulta engajada voluntariamente na prostituição (SKACKAUSKAS, 2007, p.60).

Em 2005, a relação entre o Estado brasileiro no que se refere às políticas de saúde e o movimento social organizado de prostitutas foi fortalecida quando o governo brasileiro levou em consideração a decisão da RBP de denunciar e recusar-se a participar de edital da USAID/PACT¹⁰ que exigia a assinatura de um compromisso formal de condenação da prostituição pelas ONGs. A cláusula não existia no primeiro edital USAID/PACT, em 2004, quando organizações de prostitutas estiveram entre as contempladas. Foi denunciado que a cláusula introduzida ao PEPFAR (Plano de emergência para a AIDS da presidência dos Estados Unidos) não poderia ser aceita pelas associações, porque feria sua própria linha política, bem como a do governo. O resultado foi a recusa do executivo federal a aceitar o

¹⁰ USAID é a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (United States Agency for International Development), um órgão do governo dos Estados Unidos encarregado de distribuir a maior parte da ajuda externa de caráter civil. É um organismo independente, surgiu em 1961. Diretamente ou através de agências subsidiárias, a USAID atua como um reforço à política externa dos EUA, cooperando com os países receptores nas áreas de economia, agricultura, saúde, política e assistência humanitária. Fundada em 1971 nos Estados Unidos, a Pact, Inc. é uma organização internacional sem fins lucrativos, que trabalha para contribuir no desenvolvimento de comunidades visando prover cidadania e bem-estar. Sua presença se estende hoje por mais de 50 países por meio de 18 escritórios locais, contando com centenas de parceiros na África, Ásia, América Latina, Leste Europeu e Oriente Médio. Fonte: www.usaid.gov e www.pactworld.org.

financiamento associado à cláusula. O movimento social organizado de prostitutas e o governo articularam então o projeto “Sem Vergonha”, com recursos nacionais. Capacitação e identificação de lideranças, protagonismo político, direitos humanos, sustentabilidade e *advocacy*¹¹ foram os principais eixos desse projeto, coordenado nacionalmente pela ONG Davida, com coordenações regionais de associações da RBP.

Em 2007, as prostitutas foram incluídas no Plano Integrado de Enfrentamento da Feminização da Epidemia de AIDS e outras DSTs. O Plano foi bem recebido pelo movimento organizado, principalmente por inserir as prostitutas em políticas públicas para as mulheres em geral, antiga, porém ainda bastante atual, demanda do movimento social organizado de prostitutas, mas que efetivamente, até hoje não obteve resultados concretos.

No início do ano seguinte, o Brasil promoveu a primeira Consulta Nacional sobre DST/AIDS, Direitos Humanos e Prostituição, conforme recomendação da Consulta Regional sobre HIV e Trabalho Sexual na América Latina e Caribe, realizada em Lima, em 2007, onde a prostituição foi considerada, pela primeira vez, como “direito sexual, no marco da igualdade de gênero”. Poucos meses após a consulta nacional, representantes da Rede Brasileira de Prostitutas foram recebidas pelo então ministro da saúde José Gomes Temporão, a quem apresentaram um documento com dezessete recomendações que a categoria considerou prioritárias, dentre as mais de cem elaboradas durante a consulta. O ministro informou que levaria aos colegas da Justiça, Trabalho, Previdência, Cultura e Secretaria Especial de Direitos das Mulheres a proposta de formar uma comissão interministerial para tratar de diversos aspectos da prostituição. A comissão nunca foi criada. Até hoje algumas prostitutas que fazem parte da RBP defendem a gestão desse ministro, dizendo: “foram bons tempos”, elas se sentiam ouvidas e respeitadas nesse segmento do Estado brasileiro. Uma delas mostrou-me orgulhosa uma foto com o ministro durante o encontro.

Ao final do ano de 2008, a RBP promoveu no Rio de Janeiro, com apoio do Programa Nacional de DST/AIDS, o IV Encontro Nacional, quando elaborou coletivamente e divulgou formalmente sua Carta de Princípios, refletindo valores já adotados e que orientam as ações dos grupos e associações de dezessete estados presentes no evento. Entre esses valores estão,

¹¹ Dados etnográficos demonstram que o movimento social organizado de prostitutas compreende *advocacy* como a capacidade de argumentar e incidir politicamente visando transformações políticas-institucionais a partir de conteúdos e propostas específicas da categoria implica também na capacidade de ampliar a base social do movimento e de gerar alianças com outros movimentos sociais.

a prostituição como profissão e direito sexual, aliados ao repúdio da vitimização e da exploração e à defesa da regulamentação da atividade.

Carta de Princípios da Rede Brasileira de Prostitutas:

A rede considera a prostituição uma profissão, desde que exercida por maiores de 18 anos.

A rede é contra em consonância com a legislação brasileira, a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes.

A rede repudia a vitimização das prostitutas, o controle sanitário de prostitutas, e combate à criação e a existência de zonas delimitadas e confinadas, e combate a criminalização dos clientes, o oferecimento de exames e outros procedimentos médicos nos locais em que se exerce a prostituição, a não ser em casos que envolvam a população em geral, que se associe a prostitutas com a criminalidade, o tráfico de seres humanos.

A rede defende a regulamentação do trabalho da prostituta, e promove a auto-organização das prostitutas, e promove o acesso aos insumos de prevenção de DST/Aids, o acesso aos serviços de saúde integral, o direito de migração para o trabalho legal, que o trabalho sexual é um direito sexual, que as prostitutas se assumam como prostitutas/putas em todos os espaços.

A rede combate a discriminação, o preconceito e o estigma dirigido às prostitutas.

A rede atua Em parcerias nos cenários nacionais, regionais e internacionais com outras redes de prostitutas e aliados.

A rede vê o turismo sexual como uma forma de trabalho para maiores de 18 anos.

A rede entende que a prostituta não vende o seu corpo. Ela presta serviços sexuais.

A rede recomenda aos seus integrantes a realização de encontros municipais, estaduais e nacionais.

Critérios

Quem pode entrar na Rede:

Associações, núcleos e grupos de prostitutas, e prostitutas que respeitem os princípios desta Carta.

A Rede pode convidar pessoas que contribuam e respeitem esta Carta.

Para entrar na rede e na lista eletrônica é necessário ser indicado por grupo já integrante.

Quem não pode entrar na Rede:

Entidades ou empresas dirigidas ou controladas por cafetinas, cafetões e/ou outros exploradores da prostituição.

Associações, grupos e individuais que não respeitem os princípios desta Carta.

Com recursos e apoio do Fundo de População das Nações Unidas, a organização Davida e a Rede Brasileira de Prostitutas realizaram, entre 2008 e 2009, o estudo “Direitos humanos e prostituição feminina”, que aponta as violações de direitos das prostitutas mais recorrentes em onze cidades do país.

Em 2010, foi promovido em Porto Alegre o V Encontro da Rede Brasileira de Prostitutas, chamado por elas de “V Encontro de Putas”. Além de apoiar financeiramente o evento e ter enviado representantes para este encontro, o Departamento de DST, AIDS e Hepatites Virais solicitou a indicação de representantes da RBP para a sua Comissão Nacional de Articulação com Movimentos Sociais (CAMS). Porém no ano seguinte, a RBP decidiu deixar de participar de editais do Ministério da Saúde que oferecessem recursos apenas para o combate às DST/AIDS. A decisão foi tomada, segundo Tina, para chamar a atenção do Estado e da sociedade para a restrição de políticas públicas para a categoria apenas ao campo da saúde, enquanto uma série de demandas a outros setores são deixadas de lado.

No início de 2013, por iniciativa do Departamento Nacional de DSTs, AIDS e Hepatites Virais, buscando uma reaproximação com a RBP, prostitutas foram convidadas a elaborar uma campanha de prevenção e direitos em comemoração ao Dia Internacional das Prostitutas. Reunidas em João Pessoa, em uma oficina de comunicação, construíram peças publicitárias como adesivos virtuais e vídeos, que foram ao ar no site do departamento e em redes sociais virtuais. Ao tomar conhecimento da campanha, o Ministro da Saúde mandou retirar as peças do ar. A Rede Brasileira de Prostitutas reagiu, divulgando nota em que acusou o governo de abandonar “o enfrentamento do estigma e preconceitos como estratégia de prevenção às DSTs e AIDS” para focar-se apenas no incentivo ao uso da camisinha, tornando a campanha “higienizada e descontextualizada” (LENZ E LEITE, 2013, p.47). As prostitutas que haviam participando da campanha revogaram o direito de uso de imagem. O Ministério da Saúde convocou então uma reunião, na qual pediu desculpas formais, mas não retirou o

veto a campanha. O fato levou à demissão de integrantes de primeiro escalão do Departamento de DSTs, AIDS e Hepatites Virais.

Segundo Lenz e Leite (2013) apenas dois meses depois, durante encontro em São Luís, integrantes das regiões Norte e Nordeste da Rede Brasileira de Prostitutas anunciaram publicamente que seria retomado o diálogo e a parceria com o Departamento Nacional de DST, AIDS e Hepatites Virais - Ministério da Saúde. Em carta publicada no site do órgão citam o nome de “Gabriela Leite (*in memoriam*)” como suposta justificativa para tal. A deliberação sofreu fortes críticas de outros segmentos do movimento social organizado de prostitutas, principalmente das organizações do sul e sudeste do país, já que para estas organizações o cenário político permanecia o mesmo.

As principais organizações de prostitutas no Brasil, que fazem parte da RBP são:

Região Sudeste:

Davida - Prostituição, Direitos Civis, Saúde. Rio de Janeiro /RJ.

Vitoria Regia - Associação de Profissionais do Sexo. Ribeirão Preto /SP.

APROSMIG - Associação das Prostitutas de Minas Gerais. Belo Horizonte/MG.

Região Sul:

NEP – Núcleo de Estudos da Prostituição. Porto Alegre/RS.

Grupo Liberdade – Direitos Humanos da mulher prostituída. Curitiba/PR.

Região Centro-Oeste:

Dassc – Dignidade, Ação, Saúde, Sexualidade e Cidadania. Corumbá /MS.

Região Norte:

Ampsap – Associação de Mulheres Profissionais do Sexo do Estado do Amapá.

GEMPAC – Grupo de Mulheres Prostitutas da Área Central - Belém/PA.

As Amazonas – Associação das Prostitutas do Amazonas. Manaus/AM.

Núcleo Rosa Vermelha - Manaus/AM.

Região Nordeste:

APROSBA – Associação de Prostitutas da Bahia. Salvador/BA.

APROSMA – Associação das Prostitutas do Maranhão. São Luiz/MA.

APPS – Associação Pernambucana das Profissionais do Sexo. Recife /PE.

APROS-PB - Campina Grande/PB.

APROSPI - Associação de Prostitutas de Piauí. Teresinha e Altos/PI.

Uma das organizações mais representativas e atuantes que fazem parte da Rede Brasileira de Prostitutas é o Núcleo de Estudos da Prostituição, conhecido como NEP, que surgiu em Porto Alegre nos anos de 1980, como movimento social de prostitutas, buscando

atender as demandas desta categoria. É fato que no “I Encontro Nacional de Prostitutas” em 1987, uma das fundadoras do NEP, já estava presente. Fundado oficialmente em 1989, hoje o NEP é referência no trabalho com prostitutas em todo o estado do Rio Grande do Sul.

Os valores centrais do NEP são os mesmos da Rede Brasileira de Prostitutas, tais como: assumir a identidade profissional e buscar o reconhecimento da atividade de prostituta, manter o movimento social de prostitutas organizado, igualdade social, liberdade, dignidade, solidariedade e respeito às diferenças.

Segundo Olivar (2011), na base dessa articulação, estava uma rede de amigas e de coalizões principalmente femininas que visava transformar a vida das prostitutas na cidade:

Prostitutas aliadas com esposas de pastores, com jovens feministas e com advogadas de direitos humanos, quebrando a aliança sagrada prostituição/violência. Prostitutas reivindicando-se mães, esposas “decentes”, trabalhadoras respeitadas – cidadãs - para deslocar o foco da intolerância social: intolerância já não contra elas, mas contra as violências contra elas exercidas. No cotidiano, o NEP se produzia a partir de alianças táticas, de (des) confianças e da apropriação das potencialidades do outro ao tempo que a diferença se reafirmava (OLIVAR, 2011, p.8).

Gradualmente o NEP foi ocupando um papel importante na prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, promoção de cidadania das profissionais do sexo e de luta por ter reconhecidos os direitos dessas mulheres no estado. Tedesco (2005) ressalta que, é importante dizer que o NEP é um nome nacionalmente conhecido na defesa de direitos de cidadania das prostitutas, espaço construído ao longo de mais de 20 anos de muito trabalho.

Todos os dados desta investigação foram coletados através da minha inserção no NEP, como procurarei mostrar na seção a seguir, essa organização representa um espaço importante de militância do movimento social organizado de prostitutas no Brasil.

3.1.2 “As putas voaram leves na casa do passarinho”: O “V Encontro Nacional de Prostitutas” em Porto Alegre

Entre os dias 8 e 10 de julho de 2010 realizou-se o quinto Encontro Nacional de Prostitutas em Porto Alegre, promovido pela RBP, com financiamento do Ministério da Saúde - Departamento Nacional de DST, AIDS e Hepatites Virais, com o apoio do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, Secretaria de Turismo - Prefeitura de Porto Alegre e Secretaria Municipal de Saúde, Coordenação de DSTs e AIDS. O evento contou com a presença de prostitutas de todas as regiões do país, além de intelectuais engajados e diversos representantes do governo federal, estadual e municipal.

A invernada Porto Alegre foi o local do V Encontro Nacional da Rede Brasileira de Prostitutas, organizado dessa vez pelo Núcleo de Estudos da Prostituição, o NEP. Realizado desde 1987, foi a primeira vez que esse encontro teve lugar fora do Rio de Janeiro. Porto Alegre tem sido, através do trabalho realizado pelo NEP, nos últimos 20 anos um importante bastião do movimento de prostitutas na luta contra a violência, a AIDS, o estigma e a discriminação.

Nessa ocasião, mais de duzentas mulheres prostitutas, travestis e michês das cinco regiões do Brasil chegaram à capital gaúcha com o objetivo de avaliar, ampliar e qualificar as ações desenvolvidas pela RBP em sua “luta” pelo reconhecimento de direitos laborais, direitos sexuais e melhores condições de vida e segurança para a categoria de profissionais do sexo.

Para aquecer a noite gaúcha e dar as boas-vindas à cidade que sediou o Encontro, foi preparado um sensual e divertido desfile da *grife* DASPU. Realizado na Casa de Cultura Mario Quintana. Às 18 horas do dia 8 de julho de 2010, mais de quinze homens e mulheres que trabalham na prostituição, juntamente com simpatizantes do movimento de prostitutas, inclusive eu, provenientes de várias regiões do Brasil, vestiram as roupas da DASPU e desfilaram para promover a mensagem da segurança dos direitos fundamentais de ir-e-vir, trabalhar, lutar, sorrir e gozar.

Um *showroom* móvel foi instalado na Casa de Cultura para venda dos produtos da DASPU. A organização do evento contabilizou a presença de mais de quinhentas pessoas

circulando pela Casa de Cultura Mário Quintana para assistir ao desfile. Gabriela Leite comentou durante o Encontro que as vendas da DASPU nesse evento foram uma das maiores já ocorridas nesses espaços: “As putas voaram leves na casa do passarinho!”¹².

O V Encontro Nacional da Rede Brasileira de Prostitutas contou também com a presença de representantes dos poderes públicos locais, estaduais e federal em áreas como saúde, trabalho e direitos humanos. Do mesmo modo, estavam presentes ativistas, pesquisadores, acadêmicos e intelectuais nacionais e estrangeiros que são aliados da RBP. Nesse encontro, pretendíamos também manter, ampliar e qualificar as ações desenvolvidas junto às prostitutas nas cinco regiões do Brasil envolvendo prostitutas e parcerias governamentais e não governamentais fortalecendo a categoria que trabalha na prostituição.

Para o NEP, este Encontro teve um significado especial, pois foi o primeiro evento a nível nacional realizado pela organização. Além disso, representou um grande desafio para todas as organizações envolvidas na Rede, o de enfrentar as desigualdades que estão postos ainda hoje no cotidiano da prostituição, tais como: a conquista do reconhecimento legal da profissão; as violações de direitos humanos; os contextos de vulnerabilidades frente às DSTs, HIV, AIDS e Hepatites Virais, como também o fortalecimento da auto-organização para o exercício da cidadania.

Além do desfile na Casa de Cultura Mário Quintana, foi realizada uma mesa de abertura com o tema “Cenário de atuação Política da Rede Brasileira de Prostitutas nas cinco regiões do Brasil”, contou com a presença de várias autoridades e parceiros, além das representantes da RBP: Gabriela Leite (Davida), Tina Rovira (NEP), Lourdes Barreto (GEMPAC)¹³, Representantes dos programas nacionais, estaduais e municipais de DSTs, AIDS e Hepatites Virais, Secretaria de Cultura do Rio Grande do Sul, Casa de Cultura Mário Quintana e Centro de Operacional de Direitos Humanos do Ministério Público do Rio Grande do Sul. Nos dois dias seguintes do evento, foram realizadas atividades no City Hotel, onde aconteceram diversas mesas de discussões sobre temas variados relacionados às atividades da prostituição, tais como: contexto de vulnerabilidades, saúde integral e promoção das ações de DSTs, AIDS e Hepatites Virais; vulnerabilidades individuais, institucionais e sociais e o papel das lideranças; promoção e garantia dos direitos humanos; organização social das prostitutas no Brasil, ontem, hoje e amanhã; organização social, legislação e reconhecimento legal da

¹² Expressão êmica para se referir ao sucesso do Encontro, utilizada metaforicamente pelas mulheres do NEP, fazendo referência a um texto do poeta que dá nome a casa de cultura.

¹³ Grupo de Mulheres da Área Central (GEMPAC) é o nome da associação de mulheres prostitutas de Belém/PA.

profissão. Também foram apresentados trabalhos universitários sobre o tema da prostituição e realizada uma plenária para a construção do plano de ações para 2010-2012 onde foi rediscutida e reafirmada a “Carta de Princípios” construída e divulgada pela RBP no IV Encontro Nacional de Prostitutas.

A RBP nunca teve uma coordenação formalizada. Na prática, esse papel era exercido pela Davida. Nesse Encontro, decidiu-se pela formação de um colegiado de coordenação, formado por uma representante do NEP, uma da DASSC (Dignidade, Ação, Sexualidade, Saúde e Cidadania – Corumbá), uma da APROSMA (Associação de Mulheres Prostitutas do Maranhão), e uma do GEMPAC (Grupo de Mulheres da Área Central - Belém/PA).

Esse Encontro de Prostitutas foi fundamental para definir a importância do NEP na RBP. O evento foi um sucesso desde a estrutura, passando pela programação e organização até a prestação de contas, além da visibilidade promovida pela ampla divulgação na mídia local e nacional. No final do mesmo decidiu-se que o próximo seria organizado pelo GEMPAC em 2012, no entanto até esta data nenhum outro Encontro Nacional de Prostitutas da RBP, foi realizado.

O fato de não ter sido realizado outro Encontro Nacional de Prostitutas após a proposta de descentralização, e da primeira realização deste fora do Rio de Janeiro, é uma questão que precisa ser pensada no que diz respeito às relações do movimento social de prostitutas com as instituições governamentais. Para a realização desses Encontros de Prostitutas são necessárias diversas parcerias e financiamentos. Um dos maiores orgulhos das mulheres que fazem parte do NEP é o reconhecimento pela idoneidade da OSC na prestação de contas e na execução dos projetos. Tina, responsável pelo setor financeiro da entidade, faz questão de destacar que o NEP está sempre “com as contas em dia”. Esse *know-how* que o NEP possui através da experiência da Tina e da sua família (que administram diversas empresas de vários ramos há muitos anos), juntamente com a assessoria de um contador contratado é algo que não é comum a todas as organizações da RBP. A Tina, representando o NEP, faz parte também da diretoria financeira do Fórum de ONGs/AIDS do Rio Grande do Sul, um exemplo do reconhecimento desse saber em outros espaços.

Segundo Skackauskas (2007, p.100), a principal relação que uma organização não governamental estabelece com o meio externo está vinculada a captação de recursos. Nas organizações da RBP, com que a autora teve contato, não há setores de captação de recursos. No Davida, objeto de estudo de Skackauskas, além de não haver esse setor, também não há nenhum membro da equipe que tenha especialização nessa área: “o que se tem é o capital

simbólico” (SKACKAUSKAS, 2007, p.101). Entendo esse *capital simbólico*, no que se refere às prestações de contas dos financiamentos das instituições governamentais aos projetos dessas ONGs e OSCs, no caso do NEP, como sendo a experiência adquirida nos anos de trabalho desenvolvidos e a articulação com diversas instituições governamentais que tornam o trabalho do NEP possível. Essa experiência pode ser considerada como um dos fatores que possibilitou a realização e o sucesso do V Encontro Nacional de Prostitutas em Porto Alegre. Não só para a RBP como também para os demais parceiros, o NEP representa uma OSC de **confiança**. E como disse a Gabriela Leite antes e durante o encontro, somente o NEP poderia realizar um evento tão bem organizado naquele momento.

3.2 O NEP: promovendo cidadania, derrubando preconceitos.

Com quase vinte e cinco anos de história na defesa dos direitos das prostitutas em Porto Alegre e no Estado do Rio Grande do Sul, talvez as mulheres que fundaram o Núcleo de Estudos da Prostituição, mais conhecido como NEP, não tivessem no início a noção da dimensão política que tomariam ao longo dos anos de trabalho.

Em média, quinhentas mulheres prostitutas participam anualmente das atividades realizadas pelo NEP. No entanto, sabe-se que no Rio Grande do Sul, como um todo, ainda são poucas as instituições que desenvolvem ações de prevenção e cidadania junto à população de mulheres que trabalham na prostituição. Além dos projetos de intervenção do NEP, atualmente, não tenho conhecimento de outras instituições governamentais ou não governamentais que atuem nesta área de forma tão específica e com conhecimento das vulnerabilidades vividas por esta população no estado. Segundo Tina, que nunca foi prostituta, mas é uma das fundadoras e que ainda hoje trabalha na coordenação da OSC, se na origem existia uma grande necessidade de organização para o enfrentamento da AIDS, após alguns contatos com as mulheres prostitutas descobriu-se que para trabalhar a saúde seria necessário primeiro que estas estivessem amparadas no exercício seguro da profissão.

Importante destacar que a Tina iniciou o trabalho com as prostitutas em Porto Alegre através de uma parceria com o GAP/RS. Parceria esta que não durou muito tempo, após uma acirrada disputa pelo nome Núcleo de Estudos da Prostituição (inicialmente um núcleo

do GAPA), institucionalizam-se como uma organização independente. Dulesko (2004, p.43) explica que logo no início da epidemia de AIDS diferentes segmentos de homossexuais, bissexuais e heterossexuais passaram a frequentar o GAPA (gays, travestis, garotas de programa e garotos de programa), mas também começaram a perceber que, além das questões relacionadas à AIDS, existiam questões específicas concernentes a cada grupo.

Aqui retomo o argumento de que a relação com o setor saúde, através das ações de prevenção e enfrentamento à AIDS foi a porta de entrada encontrada pelo movimento social organizado de prostituta para relacionarem-se com o Estado.

Se a questão para as prostitutas não era a AIDS e sim a violência policial, foi buscando parcerias junto aos Conselhos Estaduais e Municipais dos Direitos da Mulher, Comissão de Direitos Humanos e outros que o NEP iniciou sua trajetória, orientando as mulheres prostitutas a não se calarem quando seus direitos eram violados¹⁴.

Como já demonstrado anteriormente, o NEP tem uma parceria histórica com o Ministério da Saúde para a realização de projetos de intervenção de prevenção às DSTs, HIV e AIDS, entretanto, no ano de 2011, por exemplo, o NEP, executou apenas dois projetos de intervenção, um de prevenção as DSTs, HIV e AIDS e um de Redução de Danos em Porto Alegre e outras cidades do Rio Grande do Sul, financiados pela Secretaria Estadual de Saúde/Coordenação de DSTs, HIV e AIDS/RS. Atualmente não há nenhum projeto de intervenção sendo executado.

Os recursos que garantem a sustentabilidade do NEP provem em grande parte de projetos sociais governamentais, principalmente ligados ao Ministério da Saúde e no contexto atual, basicamente através da Secretaria Estadual de Saúde. A única outra forma de captação de recursos vem da doação espontânea das prostitutas que frequentam a OSC na busca por preservativos. As pessoas que trabalham no NEP executam suas funções na maior parte do tempo como voluntárias, somente quando há projetos de intervenção em execução são pagos salários compatíveis aos cargos ocupados nos projetos. Além disso, é feito um arranjo informal para que todas recebam alguma ajuda de custo durante a realização dos projetos, participando ou não das intervenções externas, já que as pessoas que se mantêm trabalhando na sede durante a execução dos projetos são extremamente importantes para que as monitoras de rua tenham disponibilidade para as saídas sem prejudicar o atendimento na sede.

¹⁴ Para saber mais sobre a história do NEP ver OLIVAR, 2010 e TEDESCO, 2008.

Para as mulheres que atuam no NEP, os projetos são a parte mais prazerosa do trabalho. Soila me explica que quando elas iniciam um projeto de intervenção precisam estar preparadas para “o início, o meio e o fim do projeto”, porque se envolvem, aproximam-se de outras prostitutas, sentem e experienciam a importância do trabalho realizado por elas.

Para o NEP, as mulheres profissionais do sexo como o Ministério da Saúde se refere, ou prostitutas como elas preferem, não se constituem em um grupo prioritário no contexto da prevenção às DSTs, HIV e AIDS pelo simples fato de serem prostitutas, todavia, a instituição vem atuando junto a essa população tanto em Porto Alegre como em outras cidades do Estado porque entende que no contexto das vulnerabilidades vividas pelas mulheres que trabalham na prostituição, reflete-se a transformação por que tem passado a epidemia da AIDS no Brasil, observa-se cada vez mais evidente a chamada “feminização” da epidemia.

O NEP entende que embora as prostitutas não representem o grupo populacional mais atingido pela epidemia da AIDS ainda formam um grupo bastante vulnerável socialmente pelas próprias características do contexto do trabalho, destaca-se: a ameaça constante e mais visível para a infecção pelo HIV, AIDS e outras DSTs, as situações de violência, o consumo de drogas, principalmente de álcool, incentivado nos locais de trabalho, como bares, boates e casas de programas que podem facilitar a não adoção de medidas preventivas, como o uso do preservativo. Por fim, o preconceito social sofrido diariamente pelas prostitutas, que são vistas como desviantes, e até mesmo a vergonha de quem sofre o preconceito, o estigma, que muitas vezes contribuem para que essas mulheres não tenham acesso à rede pública de saúde e as organizações da sociedade civil. Para o NEP a maneira de resolver a questão do estigma que pesa sobre as mulheres prostitutas seria positivar aquilo que historicamente foi negado, o trabalho sexual. Porém, segundo Olivar, afirmar-se ou construir-se enquanto prostituta “significa posicionar-se como alguém sobre quem, recai um enorme julgamento negativo da sociedade e através de um novo sistema de relações (trabalho e família) e afinidades, inseri-la no universo das legitimidades” (OLIVAR, 2010, p.299).

Nesse sentido, o NEP trabalha na construção e no desenvolvimento de ações estratégicas de incentivo a prevenção das DSTs, HIV e AIDS contribuindo para mudanças de comportamento entre essa população, com ações diretas em territórios de prostituição incentivando práticas de sexo mais seguras, o uso de preservativos com parceiros comerciais e fixos, o acesso aos serviços de saúde, realização de diagnósticos e tratamento das DSTs, de

exames conscientes Anti-HIV e AIDS, bem como práticas educativas informativas para redução do estigma e preconceito vividos na prostituição.

No contexto de feminização da AIDS, a instituição enfrenta muitos desafios, se por um lado podemos destacar os resultados do trabalho do NEP junto às mulheres cadastradas na instituição em que há grande referência para o uso de preservativo com parceiros comerciais e de procura pelos serviços de saúde, por outro já com parcerias fixas essa frequência diminui. Por isso, o NEP, como organização não governamental, trabalha para neutralizar fatores favoráveis às infecções, construindo ações estratégicas para promoção de espaços efetivos de cidadania e prevenção e acesso qualitativo aos serviços de saúde que minimizem as suas vulnerabilidades; capacita mulheres para atuarem em seus locais de prostituição como agentes de informações em prevenção e cidadania por meio de oficinas educativas junto a outras prostitutas, contribuindo para redução de suas vulnerabilidades e promovendo ações para o envolvimento dessas em práticas de sociabilidade com o objetivo de reduzir o estigma e o preconceito. A esse cenário soma-se à insuficiência de ações e projetos de prevenção assumidos por instâncias não governamentais e governamentais, incluindo saúde, justiça, educação e ação social, direcionados a esse público.

Em 2011, acompanhei a execução dos dois projetos que foram desenvolvidos pelo NEP, um em Porto Alegre, Gravataí e Canoas e outro em Pelotas, Canguçu e São Lourenço e nestas ocasiões observar as estratégias utilizadas pelo NEP para ir além dos limites dos objetivos dos projetos em execução, não é porque o recurso vem da saúde que na atuação no campo de trabalho se discute apenas os temas relacionados à saúde. Para o NEP, prevenção de doenças é construção de autoestima e cidadania nas pessoas.

As atividades desenvolvidas nestes dois projetos estavam centradas na área de promoção à saúde com ênfase na prevenção, tratamento das DSTs, HIV e AIDS, redução de danos e saúde integral da mulher estando em consonância com os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS). As atividades com o SUS se constituem num processo constante e, nesses projetos, dá-se de forma intensiva, encaminhando as demandas das prostitutas numa perspectiva construtiva e adequada às cidadãs que acessam a rede de atendimento universal de saúde, através das parcerias das organizações locais e com as coordenações de DSTs e AIDS de diversos municípios do Estado. Também por meio da participação na construção dos Planos de Ações e Metas no Rio Grande do Sul, o NEP vem garantindo a promoção das ações de prevenção para as mulheres que trabalham na prostituição.

Mesmo com tantas ações ligadas a questões de saúde, através da aproximação etnográfica percebi que o enfoque trabalhista, de reconhecimento da profissão prostituta é hegemônico no NEP, assim como em todas as organizações ligadas a Rede Brasileira de Prostitutas. O discurso das mulheres que fazem parte do NEP tem o enfoque trabalhista e, muitas vezes, mais do que discutir uma regulamentação legal da prostituição, elas enfatizam a importância de fortalecer a Classificação Brasileira de Ocupações, divulgando a possibilidade das mulheres prostitutas contribuírem com o INSS, permitindo assim, que quem se prostitui possa recolher contribuições previdenciárias, como profissional do sexo, e garantir direitos comuns a todos os trabalhadores e trabalhadoras, como aposentadorias e auxílio doença. Porém, durante esta investigação, pude constatar que apenas uma mulher que faz parte da OSC contribui para o INSS como prostituta desde 2004.

Para Olivar, talvez porque como no caso do NEP, o enfoque trabalhista seja mais próximo do que qualquer outro das experiências das mulheres fundadoras do movimento e politicamente mais pragmático, contudo vários limites desse enfoque podem ser percebidos. Segundo o autor:

Primeiramente, como foi absolutamente evidente no IV Encontro e em muitas das oficinas e intervenções do NEP, um enfoque que leve em consideração a sexualidade, o erotismo e experiências diversas de família e de trabalho começa a ser exigido e cobrado pelas novas gerações de prostitutas e pelas novas formas de prostituição. O mundo do início do movimento não é o mesmo de hoje, a sexualidade burguesa se expandiu com relativo sucesso às camadas populares, o erotismo se popularizou, e os imaginários de gênero vivenciaram algumas transformações. [...] Hoje os princípios que orientavam a vida e a prostituição de rua nos anos 70 e 80 não são mais tão sólidos, as velhas separações entre ser do cabaré ou ser do lar (e correlatos) se diluem ou transformam na prática contemporânea da prostituição e das sexualidades femininas das camadas médias e baixas em cidades como Porto Alegre. “Juntar o útil ao agradável” está na pauta da época. Os confrontos e desencontros entre as militantes fundadoras e as colegas vinte anos mais novas são recorrentes nas reuniões do NEP. Tal descontinuidade geracional ressalta também no lugar que a imagem da rua, “ser da rua”, ocupa na imaginação do movimento e nas suas relações com essas novas formas de prostituição, pois a rua não constitui hoje, em Porto Alegre, por exemplo, o principal espaço de trabalho sexual. Mas o limite fundamental desse foco é outro. O enfoque trabalhista, tal como foi construído, facilita uma política de “tolerância” perante o trabalho sexual que pouco ou nada diz sobre as emoções/práticas que sustentam “o estigma”: principal alvo de luta. Isto é, parece que se dizer pessoa e trabalhadora não foi suficiente para desconstruir a imaginação negativa que as engloba enquanto mulheres, putas e prostitutas. Mais ainda, afirmo que tal enfoque (com suas formas e trajetórias específicas) pode possibilitar a existência de “zonas de tolerância simbólicas” e, assim, da vigência das biopolíticas da democracia trabalhista, produtivista, familiarista e “cidadã”. Pode-se imaginar que a regulamentação profissional e a afirmação de uma identidade profissional que não inclua a desconstrução corporal e social dos valores vinculados ao trabalho e ao gênero são mecanismos insuficientes para a desconstrução do estigma. Por outro lado, o estigma enquanto “estado de exceção”, a suspensão jurídica e política dos sujeitos de direitos não necessariamente se resolve com a ampliação ou detalhamento da lei. Lembremos

que mesmo ambígua, a lei brasileira não prevê nenhum tipo de punição penal ou administrativa às mulheres prostitutas (OLIVAR, 2010, p.307).

Na minha experiência no campo de estudos da prostituição, compreendo, sim, a prostituição como um trabalho que deve ser respeitado e legitimado legal e socialmente. No entanto, assim como afirma Olivar, “não um trabalho como qualquer outro” (2010, p.34). Segundo o autor, “acreditar nesta perspectiva e promove-la é uma perigosa estratégia, que apaga a diferença e nega a necessidade da compreensão próxima e detalhada” (OLIVAR, 2010, p.34). Seria compreensível pensarmos nestas dificuldades de relação entre prostitutas militantes com mais de vinte cinco anos de “lutas” e jovens mulheres que iniciam na prostituição como uma questão geracional, mas o que me parece estar em jogo, aqui, é uma questão de uma **ética profissional da prostituição** e é isso que trato na seção a seguir.

3.2.1 A moral profissional da prostituta cidadã com autoestima

Os dados obtidos no campo de pesquisa chamam atenção para os significados da compreensão das mulheres que fazem parte do movimento organizado de prostitutas, do exercício do trabalho na prostituição. Procurei demonstrar nas seções anteriores que, apesar dos recursos para sustentabilidade dos projetos de intervenção serem oriundos basicamente do setor saúde, duas são as questões prioritárias atualmente para o movimento social de prostitutas: auto reconhecimento da profissão prostituta e exercício da cidadania.

Na experiência das mulheres que fazem parte do NEP, o trabalho na prostituição requer uma série de posicionamentos para ter seu trabalho reconhecido e porque não dizer “tolerado” pela sociedade como um todo, inclusive entre as colegas de atividade. E sendo um trabalho, serve para obter renda, ou seja, na prostituição a intenção é “ganhar dinheiro”. “Ganhar dinheiro” é a base da **ética profissional da prostituição**, prostituir-se é prestar um serviço sexual em troca de um bem, não necessariamente dinheiro, como já foi discutido anteriormente e não se faz necessário novamente aqui. O que me parece assim, é que as

mulheres prostitutas que fazem parte do NEP, desenvolveram uma **moral profissional**, uma série de condutas e comportamentos que fazem delas cidadãs com autoestima.

Um exemplo disso foi quando, no ano de 2011, o NEP foi chamado pela administração do prédio onde está localizado para intervir em um conflito que estava ocorrendo entre alguns condôminos e as prostitutas que trabalhavam em um andar específico do prédio. Segundo a administração do condomínio, as mulheres estavam circulando no corredor do andar vestindo apenas calcinhas e sutiãs, além disso, estavam ocorrendo brigas e disputas por clientes entre as mulheres prostitutas que trabalhavam nas salas daquele andar. As voluntárias do NEP foram, então, até o andar para verificar a situação e conversaram com algumas mulheres que trabalham nas salas, pedindo a compreensão nessa questão, porque para elas não era possível trabalhar assim em um prédio onde são exercidas outras atividades. Foi também convocada pelo NEP uma reunião entre a administração do condomínio e as prostitutas que trabalhavam no andar. As prostitutas que participaram da reunião acusavam outras que não estavam presentes por essa situação. Para elas, esse comportamento “inadequado” era cometido pelas jovens mulheres de uma sala que estariam ingressando na prostituição e que não teriam uma postura “profissional”, também reclamavam dos baixos preços cobrados pelos “programas”, divulgados na mídia impressa local, sendo esse o motivo das brigas e disputas por clientes entre elas. O NEP interviu visitando e monitorando a sala indicada pelas demais, foi realizada uma oficina na sala em questão sobre a profissão, cidadania e autoestima das prostitutas, além de prevenção de doenças sexualmente transmissíveis. Claramente, uma estratégia do NEP de aproximar estas mulheres da OSC. Nas semanas seguintes, a situação foi sendo controlada. Pude observar as mulheres da referida sala frequentando a OSC em busca de preservativos, vestindo casacos por cima de seus “trajes de trabalho”. E quando alguma aparecia vestindo um short muito curto, era repreendida diretamente pelas mulheres do NEP. Uma vez questionei: qual o problema de usar um short curto, e se eu aparecer aqui para trabalhar com um shortinho assim? Dete me respondeu debochadamente dizendo que se eu aparecesse ali com uma roupa assim, elas iriam me chamar de “vagabunda” e o problema era meu, mas prostituta não pode andar por aí vestida assim, prostituta tem que “se dar o respeito”, segundo ela. Surpreendeu-me essa fala vinda logo da Dete que se orgulha de contar sobre a minissaia que usava quando era jovem para se prostituir nas ruas do centro de Porto Alegre. Desta forma, compreendi que no contexto atual de profissionalização da profissão prostituta defendida pelo NEP existe toda uma concepção de como se comportar, se vestir, cobrar pelos serviços prestados na atividade. Mais do que uma simples questão de moral geracional, parece

tratar-se de uma **moral profissional**, para aquelas que desejam e “lutam” ver sua profissão reconhecida como um trabalho. As prostitutas vinculadas ao NEP, principalmente as que estão na organização desde o início, vivenciaram incontáveis situações de discriminação de sua profissão e tem tentado construir, junto à sociedade em geral, uma visão diferente de seu trabalho, como por exemplo, com os desfiles da *grife* DASPU, com a participação nas universidades e espaços de debates públicos, bem como algumas adequações de comportamento no exercício da atividade.

Olivar (2013) narra um fato ocorrido em 2007 em Porto Alegre, quando prostitutas que trabalhavam na Rua Garibaldi, ponto histórico de prostituição na cidade, procuraram o NEP, porque a Brigada Militar teria ocupado a região, proibindo explicitamente as mulheres de estar na rua, nas calçadas, por ordem da Secretaria Municipal de Segurança Pública. Através da intervenção do NEP, foi realizado um acordo, “*tudo em off*” (OLIVAR, 2013, p.247), e “eficazmente, o NEP consegue desmanchar uma avançada policial, proteger as mulheres dos abusos e mostra a quem não viu que não é tão simples passar por cima de vinte anos de luta” (OLIVAR, 2013, p.252) No entanto, segundo Olivar, para realizar-se na lógica do Estado, seu relativo sucesso atualiza a norma e a ordem simbólica que as constrange e contra a qual, explica o autor, “ontologicamente, muitas prostitutas se constroem”. O acordo garantia que o NEP comprometia-se a promover campanha de conscientização junto às profissionais do sexo, orientando-as quanto a conduta profissional. Conduta essa, compreendida pela organização, como: trajar roupas não atentatórias ou ofensivas ao pudor; abordagem de potenciais clientes de forma sutil; não praticar sexo em via pública; não promover algazaras, assim como outras relacionadas a denúncias de exploração sexual de crianças e adolescentes. Ou seja, para merecer seus direitos, as prostitutas da Garibaldi deveriam virar “cidadãs com autoestima” (OLIVAR, 2013, p.252).

Essa conduta profissional de “cidadãs com autoestima” é o que chamo de moral profissional das prostitutas que fazem parte do NEP. Entendo que é por isso que Dete não aceita que as prostitutas vinculadas ao NEP apareçam na sede da OSC usando saias curtas e sedutoras, visto que, pela experiência, elas entendem que é um ato desnecessário. Segundo Soila, prostitutas jovens já “ganhariam dinheiro” só pela juventude, não precisam se expor fisicamente, nem usar de artifícios como maquiagens ou roupas insinuantes. Artifícios que elas entendem como necessários as mulheres mais velhas que já não teriam mais o mesmo

*capital corporal*¹⁵ das jovens. Como eu me visto não é problema delas, assim o que incomoda as mulheres do NEP são as “algazarras” promovidas por prostitutas em um dos andares do mesmo prédio da sede da OSC, a exposição desnecessária e a pouca valorização financeira do trabalho.

No final da minha investigação, novamente o NEP recebeu uma denúncia do comportamento “inadequado” das prostitutas desse andar, a posição do NEP, desta vez, foi a de não intervir mais. Soila contou-me, indignada, que pegou o elevador para chegar ao NEP, quando o mesmo parou no andar onde existem salas de prostituição e a ascensorista comentou sobre o comportamento das prostitutas. Soila rapidamente disse que ela também era prostituta e que no sexto andar tinha uma associação de prostitutas e que todos no prédio sabiam disso. A ascensorista, então, disse-lhe que sabia disso, mas que elas seriam diferentes das prostitutas do dito andar, referindo-se ao comportamento, a vestimenta, ao “jeito de ser”. Dias depois, lá estavam as mulheres do NEP orientando as prostitutas desse andar em outras demandas, dessa vez, não relacionadas ao trabalho na prostituição, mas a outras violências que estariam sendo cometidas contra uma das mulheres que trabalha neste andar, acionadas por outra prostituta que sabia que no NEP poderia encontrar a orientação necessária sem serem discriminadas pelo fato de serem prostitutas.

Importante destacar que as mulheres prostitutas que fazem parte do NEP, são e/ou foram prostitutas de rua, de classe popular e que “fizeram-se” prostitutas, nas ruas de dia e de noite, em tempos de cafetões/maridos, e de violência policial (OLIVAR, 2013, p. 80-146). Através do movimento social organizado, descobriram que tinham direitos e, assim, libertaram-se de algumas violências sofridas. Ademais, em tempos de redemocratização no país, entenderam que também tinham deveres.

Ao considerarmos a premissa antropológica de que as práticas são construídas socialmente, podemos pensar que essas mulheres fizeram-se prostitutas em tempos em que a **ética profissional da prostituição** (OLIVAR, 2013) era enganar os clientes, não tirar a roupa, não beijar na boca, não sentir prazer no programa, ganhar dinheiro familiar. Pode-se também compreender que, a partir da aproximação e associação dessas prostitutas através do

¹⁵ Para Goldenberg (2011), determinado modelo de corpo na cultura brasileira contemporânea é uma riqueza, talvez a mais desejada pelos indivíduos das camadas médias urbanas, e também das camadas mais pobres, que percebem seu corpo como um importante veículo de ascensão social e, também, um importante capital no mercado de trabalho, no mercado de casamento e no mercado sexual. Segundo a antropóloga, além de um capital físico, o corpo é também um capital simbólico, um capital econômico e um capital social. No entanto, a autora ressalta que este corpo capital não é um corpo qualquer. “É um corpo que deve ser magro, jovem, em boa forma, sexy” (GOLDENBERG, 2011, p.78).

movimento social, a ética profissional se expande e constrói **uma moral profissional**, na qual a prostituta cidadã com autoestima entende que prostituição é um trabalho do qual provém seu sustento financeiro e é necessário fazer dele uma atividade profissional o mais rentável possível. Ainda se discute se prostituta deve ou não beijar na boca, o que algumas secretamente confessam que fazem, assim como ao que se refere a sentir prazer no programa, o famoso “unir o útil ao agradável”, mas mantém-se ainda a base dessa ética profissional: “ganhar dinheiro” com esse trabalho. E, como não é uma atividade profissional como outra qualquer, elas precisam, para serem reconhecidas como trabalhadoras pelo resto da sociedade, adequar suas condutas, suas vestimentas e seu “jeito de ser” e, assim, serem vistas como qualquer outra mulher.

4 (IN) FELICIDADE DA PROSTITUTA: REFLETINDO SOBRE AS RELAÇÕES DO MOVIMENTO SOCIAL DE PROSTITUTAS COM AS POLÍTICAS DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO À AIDS NO BRASIL A PARTIR DE UM FATO ETNOGRÁFICO.

Como procurei demonstrar na seção anterior, o movimento social organizado de prostitutas, desde a sua formação, é parceiro do Ministério da Saúde no que se refere às ações de prevenção e enfrentamento à AIDS, para esta categoria, no Brasil. Segundo Simões (2010), a Rede Brasileira de Prostitutas, defensora do reconhecimento profissional da categoria é a principal parceira do MS nas campanhas de prevenção da AIDS e das doenças sexualmente transmissíveis junto às profissionais do sexo.

Os principais recursos das organizações que fazem parte da RBP são obtidos através de projetos estruturados com um pequeno orçamento e encaminhados pelas associações ao Ministério da Saúde. As rubricas podem contemplar desde a capacitação de pessoal, o trabalho de campo, a elaboração de material para campanhas preventivas, reuniões e o fomento institucional, entre outras possibilidades mais pontuais (SIMÕES, 2010, p.28). Em função disso, os conteúdos dos projetos de intervenção executados pelas organizações e/ou associações que fazem parte da RBP podem variar tanto em termos de metodologia quanto em suas finalidades, embora sejam todos destinados a sustentar campanhas de prevenção junto a uma mesma “população”. A autora afirma, porém, que é o estímulo à formação de novas associações de ‘profissionais do sexo’ e seu fortalecimento institucional, a principal finalidade a ser alcançada através dos financiamentos oferecidos, sobretudo, pelo Ministério da Saúde. Esta, ao menos, foi a pauta estipulada pela Rede Brasileira de Prostitutas e apoiada pela Comissão Nacional de AIDS (CNAIDS). A participação dos e das chamadas profissionais do sexo – categoria que abrange prostitutas, travestis e michês – no trabalho de prevenção da AIDS e das DSTs é considerada, tanto pelos agentes do MS quanto pelos demais membros da CNAIDS, um dos fatores responsáveis pelo reconhecimento do Programa Nacional de AIDS brasileiro como um dos mais bem estruturados e eficazes do mundo.

Para a autora, tudo isso se configurou em um contexto histórico político brasileiro, propício à ampla mobilização social e à emergência de diversas reivindicações coletivas. A Rede Brasileira de Prostitutas surgiu no mesmo momento histórico em que, em 1988, a

Assembleia Constituinte promulgou também a nova Constituição. Com ela, o Ministério da Saúde criou o Sistema Único de Saúde (SUS) e o seu Programa Nacional de AIDS, que viria a desempenhar o papel determinante de incentivo à formação associativa das prostitutas, em todo o território nacional e à participação da categoria nas Coordenações Estaduais e Municipais de DST/AIDS. O aparato institucional de promoção e apoio às associações passou a refletir tanto o resultado da mobilização das militantes quanto um estímulo à participação política cada vez mais florescente (SIMÕES, 2010, p.29).

A política brasileira para o controle da epidemia de AIDS é reconhecida internacionalmente, sobretudo no que diz respeito à garantia à cidadania e aos direitos humanos das pessoas vivendo com AIDS, ao envolvimento da sociedade civil organizada na construção de uma resposta nacional ao enfrentamento da AIDS, na ampla distribuição de preservativos masculinos e outros insumos de prevenção para a população e ao acesso universal e gratuito a todos os recursos disponíveis para o tratamento da doença. No entanto, vem sendo bastante relatado o crescimento da epidemia de HIV/AIDS entre a população de mulheres no país. Isso vem ocorrendo, apesar das políticas públicas desenvolvidas no país e consideradas modelo a ser seguido, tanto na área de prevenção como na área de assistência.

A partir dessa relação de parceria, fez-se necessário identificar os resultados de ações e investimentos feitos com recursos públicos que, em grande parte, foram implementadas em parcerias estabelecidas com a sociedade civil, entre eles com projetos dirigidos às mulheres profissionais do sexo. Assim, no ano de 2004, foi publicado um estudo realizado pelo Núcleo de Estudos de Saúde Pública da Universidade de Brasília, a partir de uma demanda do Programa Nacional de DST e AIDS do Ministério da Saúde. Esse estudo contou com a parceria da Rede Brasileira de Prostitutas para seu desenvolvimento e discutia sobre a efetividade das ações de prevenção às profissionais do sexo, em três regiões brasileiras. O estudo tinha como objetivo dimensionar e qualificar o resultado das ações de informação e comunicação em saúde, implementadas por organizações governamentais e não governamentais, direcionadas a profissionais do sexo, para a redução da incidência de HIV e outras DSTs, para a adoção de práticas sexuais e/ou uso de drogas de forma segura e para o empoderamento. O estudo revelou mudanças no comportamento de mulheres profissionais do sexo que receberam intervenção dos projetos executados pelas organizações que fazem parte da Rede Brasileira de Prostitutas. Foi constatada maior utilização de preservativos, tanto com clientes como com parceiros não comerciais, em comparação com os grupos sem intervenção.

Segundo o estudo (MS, 2004, p.13), a estigmatização desse segmento da população permeia todas as interações sociais, comerciais e afetivas e constitui-se como importante obstáculo ao empoderamento dessas mulheres. Sendo o estigma um aspecto que sugeriu, então, o estudo requerer uma centralidade pelos projetos de intervenção educativa, constituindo assim uma fragilidade a ser superada. O estudo recomendou, no âmbito coletivo, a inclusão da discussão sobre o estigma como uma categoria central para a elaboração de uma proposta pedagógica, com vistas ao fortalecimento da identidade grupal e a construção de mecanismos que promovam a associatividade, a inserção da discussão sobre a necessidade de uma ação coletiva para neutralizar os fatores desfavoráveis à categoria, também recomendou a promoção de espaços de sociabilidade e a articulação com outros segmentos do movimento social.

Segundo Olivar (2013, p.277) existe uma enorme, polimórfica e mutante violência exercida pela “sociedade” e pelo Estado sobre a prostituição e sobre os próprios corpos de mulheres prostitutas. Tal violência, para o antropólogo, é resultado de um ancestral estigma. ~~Ou seja,~~ se compreendermos a prostituição como um feixe complexo de relações, que costuma ser “imaginada/vivenciada/construída como tendo um alto valor negativo no sistema cultural”, e mais ainda, prostituição se constrói como uma ideia referencial de negatividade categorialmente feminina, o estigma então “legítima/estimula/possibilita/explica as diversas violências contra elas” (OLIVAR, 2013, p.278).

O processo de estigmatização que sofrem as prostitutas, acarreta o isolamento social e a discriminação. O estigma, segundo Goffman (1988), é um atributo visto como depreciativo que faz com que a sociedade desacredite a pessoa que o possui. Tal marca, que objetivamente se fundamenta em diferenças em relação à norma, determina a deterioração da identidade. Os processos de estigmatização e discriminação podem ser entendidos, também, como processos sociais inseridos em relações de poder e dominação, da maneira como esses conceitos são abordados por Foucault (1996).

A categoria de mulheres profissionais do sexo, como o Ministério da Saúde as define, é objeto de financiamento de projetos de prevenção à AIDS porque são entendidas pelo Estado como população em vulnerabilidade. Tal termo coloca ênfase nos aspectos sociais contextuais, conjunturais e estruturais a que os sujeitos sob “risco” estão submetidos, aspectos que transcendem sua mera vontade. O termo vulnerabilidade assinala ainda para a fragilidade das políticas públicas em garantir os direitos de cidadania. Nas situações de vulnerabilidade, a

autonomia dos indivíduos e a capacidade de decidir sobre a sua própria saúde dependem de uma série de fatores que não estão situados no plano do domínio pessoal, mas no plano coletivo e social e, quanto mais vulnerável, menores as possibilidades dos indivíduos exercerem o controle (MS, 2004, p.19). Sendo assim, qualquer política de prevenção para ser efetiva tem que levar em consideração os componentes estruturais da sociedade.

Compreendo que o estudo citado deixou clara a importância da parceria entre o Ministério da Saúde e a Rede Brasileira de Prostitutas no que se refere ao enfrentamento à AIDS no Brasil, os resultados demonstram a eficácia do trabalho desenvolvido pelas organizações que fazem parte da RBP e sugerem propostas de ações que vão ao encontro da perspectiva que orienta esta Rede. Porém, para o movimento social organizado de prostitutas o perigo de acessar a cidadania exclusivamente via Ministério da Saúde é colocar em evidência a associação entre prostituição e doença, e novamente tratá-las como “grupo de risco” como no início dos anos de 1980. Lenz (2011) explica que, as primeiras notícias sobre a síndrome de imunodeficiência adquirida associavam a doença à transmissão sexual entre homossexuais masculinos, provocando preconceito e discriminação social e sexual.

Para esse autor:

Criou-se assim a concepção de grupos de risco, englobando ainda usuários de drogas injetáveis e prostitutas. A origem dessa concepção está em duas categorias analíticas distintas, fator de risco e vulnerabilidade. O primeiro se origina da noção de risco, que, em epidemiologia, “é a probabilidade de ocorrência de algum evento indesejado quando da exposição a determinado fator ou circunstância” (BRASIL, 2013, p.18). Da noção de risco vem o conceito fator de risco, normalmente concebido como atributo individual, seja por condições inerentes, como idade e gênero, seja por fatores comportamentais, como uso de drogas e práticas inseguras, mas também presente no ambiente natural, familiar ou social. Com a identificação de certos fatores de risco para determinados doenças surgiu o termo “grupos de risco”, entendido como “os grupos nos quais um ou mais fatores de risco estão presentes”. Esse termo passou a ser largamente utilizado no início da epidemia de Aids, “gerando preconceitos, potencializando a discriminação e a estigmatização de alguns segmentos populacionais”. Ele foi então superado por outra noção, a de “comportamentos de risco”, devido tanto a políticas públicas ineficientes como à mobilização dos movimentos sociais. A diferença, agora, é que se volta não mais para grupos, mas exclusivamente para indivíduos. Num momento posterior, evoluiu-se para a concepção de “situação de risco”, com a valorização do contexto “em que acontecia a transmissão e as redes microssociais constituídas pelos atores”. Mas, ao ser considerado o momento da ação em que se dá a exposição, a responsabilização do indivíduo permaneceu como a condição principal. Foi então que surgiu, proposto por Jonathan Mann e colaboradores, no começo da década e 1990, o conceito de “vulnerabilidade”, que considera o contexto sócio-cultural em que o indivíduo está inserido (LENZ, 2011, p.65-66).

Conforme Lenz “o movimento de prostitutas recusou e denunciou a culpabilização coletiva contida na noção de grupo de risco e também reagiu contra a responsabilização individual de “práticas e comportamento de risco”, frequentemente questionou, nas instâncias de controle social e em seus próprios encontros, os ‘riscos’ do conceito de vulnerabilidade” (LENZ, 2011, p.67). Segundo este autor, a utilização do conceito de vulnerabilidade trata-se de um debate em andamento no movimento social organizado de prostitutas, que não anula o passo dado pela proposta. Assim, afirma que é fato que “o conceito de vulnerabilidade representou o fortalecimento da presença de temas como Direitos Humanos e organização da categoria em documentos relacionados ao enfrentamento da AIDS entre prostitutas” (LENZ, 2011, p.67).

Após 2011, quando a RBP decidiu deixar de participar de editais do Ministério da Saúde que oferecessem recursos apenas para o combate às DST/AIDS, em uma clara ação política para chamar atenção à restrição de políticas públicas para a categoria apenas ao campo da saúde, enquanto uma série de demandas a outros setores são deixadas de lado, em uma tentativa de reaproximação por parte do Ministério da Saúde, no ano de 2013, as prostitutas que fazem parte da RBP foram chamadas para construir uma campanha de prevenção as DSTs, AIDS e Hepatites Virais para a categoria em conjunto com os técnicos desse departamento. Para tanto, deslocaram-se de várias regiões do país para João Pessoa (PB) e por cinco dias trabalharam na construção da campanha, que posteriormente foi vetada pelo Ministro da Saúde por considera-la imprópria.

A oficina¹⁶ de comunicação do Departamento de DSTs, AIDS e Hepatites Virais com prostitutas, mesmo que bem intencionada, pois pretendia mobilizar a sociedade a respeito do reconhecimento e respeito pela profissão prostituta, acabou provocando o sofrimento das mulheres que trabalham na atividade. Isso decorreu em virtude do veto do Ministro da Saúde a campanha e comentários de deputados federais sobre o ocorrido, da repercussão nas mídias e na exposição da imagem da Nilce – prostituta fotografada em peça publicitária da campanha – nacionalmente.

O fato etnografado e que será descrito a seguir, implicou na responsabilização e demissão dos diretores do Departamento de DSTs, AIDS e Hepatites Virais. A partir daí, o movimento social organizado de prostitutas repudiou o Ministro da Saúde e decidiu que

¹⁶ Oficina é como é chamada a reunião de um grupo de pessoas para discutir determinado tema, podendo ou não construir alguma coisa ou simplesmente servir para refletir sobre tal tema.

enquanto o então ministro ocupar o cargo, a RBP não será mais parceira deste ministério. Nilce, a prostituta que estava na foto da peça publicitária que foi vetada, foi exposta nacionalmente e sentiu o preconceito, mesmo assim, articulou uma ação política a partir do ocorrido e continua buscando ajudar suas colegas de profissão em suas tantas demandas.

Assim sendo, longe de querer responsabilizar qualquer uma das partes envolvidas pelo sofrimento causado a Nilce, prostituta que faz parte do NEP, importante liderança local do movimento social de prostitutas, ou a qualquer outra prostituta com o veto a campanha, a questão que pretendo problematizar com este texto se refere às relações desse movimento social organizado com o Ministério da Saúde na construção de ações de prevenção e enfrentamento a AIDS considerando o peso do preconceito social e do estigma. Segundo Biehl, o (a) antropólogo (a) “fazendo valer seus direitos à microanálise, torna visíveis os campos com que as pessoas, cheias de ambiguidade, inventam e que regem suas vidas. Tais campos de significância são mediados por poder e conhecimento e são também animados por reivindicações de direitos básicos e desejos” (BIEHL, 2011, p.276). Também afirma, que “precisamos ficar atentos às maneiras como essas configurações são constantemente construídas, desfeitas e refeitas pelos desejos e devir de pessoas reais”. Para esse autor, é “no desenrolar de cada evento, nos altos e baixos de cada vida individual, que podemos ver o reflexo de sistemas maiores de construção (ou desconstrução)” (BIEHL, 2011, p.276).

No que segue através do desenrolar deste acontecimento, busco identificar esses sistemas sugeridos por Biehl, perseguindo a hipótese de que, apesar do Ministério da Saúde ser o setor do governo mais facilmente acessado pelo movimento social organizado de prostitutas, esse pode ser um caminho frutífero de ação política para essas mulheres. Para tanto, divido este capítulo em duas partes, buscando demonstrar como elas constroem suas ações políticas na relação com o Ministério da Saúde e os riscos dessa relação.

4.1 A Felicidade da Nilce

Inicialmente, buscarei demonstrar através de narrativas sobre o cotidiano do trabalho realizado pelas mulheres do NEP é que, apesar de todas as dificuldades de sustentabilidade ou de relações com as instituições governamentais, elas permanecem na instituição, muitas são as prostitutas que diariamente procuram a OSC em busca de preservativos, de uma orientação sobre as questões relativas ao trabalho de prostituta, ou apenas para uma conversa entre amigas. Assim, parece-me que elas resignificam diariamente a importância do seu trabalho e, mesmo sabendo que são poucas as prostitutas que se dedicam ao trabalho militante, continuam na “luta” pelo direito de terem reconhecida sua profissão.

No dia 19 de dezembro de 2012, resolvi visitar o NEP para desejar boas festas às mulheres. Chegando à sede, surpreendeu-me o fato de ter tantas mulheres no local e logo percebi que se tratava da tradicional festa de final de ano. Nessas ocasiões elas vendem um convite às prostitutas que frequentam o NEP, e o mesmo dá direito a salgadinhos e refrigerantes, além de brindes. Nesse dia, também é distribuída uma cota extra de preservativos masculinos e femininos, além da cota mensal porque, após o tradicional evento, a organização costuma fechar para férias. Normalmente, por um mês, mas nesse ano, excepcionalmente, foram dois meses. Segundo Nilce, por falta de pessoal para trabalhar.

Naquela manhã estavam por lá algumas mulheres fundadoras do NEP como a Nilce, a Dete e a Janete, além de uma universitária voluntária e muitas outras prostitutas que frequentam a OSC, que entravam, conversavam um pouco e saíam. Acredito que nas duas horas que estive na sede, cerca de trinta mulheres passaram pelo local.

2012 foi um ano muito difícil para o NEP. Além da falta de recursos para sustentabilidade da OSC, ou seja, sem o dinheiro dos projetos de intervenção oriundos do MS, mantendo a posição da RBP de não participar mais de editais deste, algumas mulheres prostitutas voluntárias enfrentaram problemas de saúde. Apesar de tudo, o NEP nunca fechou as portas, adaptaram os horários de atendimento, a Tina continuou administrando as contas com os poucos recursos e articulando com outras organizações governamentais e não governamentais as ações e possibilidades de financiamento para projetos de intervenção e captação de recursos. A Nilce assumiu a coordenação da OSC e a representação política do

NEP em diversos espaços, como por exemplo, na Comissão Municipal de Direitos Humanos e no atendimento às universidades. Nilce é uma das prostitutas que fazem parte do NEP desde a sua fundação, representa hoje uma das maiores lideranças do movimento social organizado de prostitutas no Brasil, mas faz sempre questão de lembrar que prefere o trabalho “na base” e “na quadra”. Nilce também trabalha na Praça da Alfândega, no centro de Porto Alegre, dedica algumas horas por semana ao trabalho no NEP e ainda se diz chefe de uma família com duas filhas, dois genros, duas netas e dois netos. A militância de Nilce, no que diz respeito às questões do trabalho nas atividades da prostituição, é uma das referências mais interessantes neste estudo como poderá ser compreendido na continuidade deste texto. Nilce, no seu cotidiano, demonstra não só um discurso em prol das prostitutas, mas também uma prática efetiva.

Uma história que encontrei nas anotações do meu diário de campo sobre Nilce permite compreender a dedicação dela ao movimento social de prostitutas. Uma manhã do quente mês de janeiro de 2012, em Porto Alegre, Nilce e eu procurávamos as fichas de mulheres cadastradas no NEP para o perfil anual das prostitutas que frequentam a instituição. Algumas fichas de cadastro de prostitutas tinham mais de quinze anos, estavam amareladas e arquivadas em um grande armário de metal, organizadas por ordem alfabética em pastas já bastante desgastadas pelo tempo. Nilce reclamava da falta de prostitutas ajudando na entidade e repetia a frase que ouvi de muitas mulheres, diversas vezes durante o trabalho de campo na organização: “Até parece que tem só cinco prostitutas em Porto Alegre. Olha aqui, tem mais de cinco mil cadastradas no NEP!” E num suspiro de desabafo, disse:

“Às vezes eu canso e tenho vontade de jogar tudo isso para o alto e ir cuidar da minha vida. Porque eu sei que não vou viver para ver o reconhecimento da profissão, mas depois eu penso: eu estou plantando uma sementinha, hoje pode não dar em nada, mas amanhã quando meus netos estiverem na universidade pelo menos eu tenho certeza que estarão em uma universidade que vai respeitar um pouco mais as prostitutas por causa do trabalho que a avó dele começou. E isso já vale muito pra mim” (Nilce, janeiro de 2012).

Meses depois, retomei o assunto com Nilce e dessa vez ela me disse que não vai desistir de encontrar prostitutas que participem do movimento social, que seu objetivo naquele momento é buscar outras prostitutas para trabalharem na OSC e que acredita que vai conseguir. Trazer a voz de Nilce a este texto justifica-se devido à importância de exemplificar as demandas, dificuldades, alegrias e felicidades do trabalho destas mulheres militantes.

No início do mês de março de 2013, em uma visita informal ao NEP, encontro Nilce e Tina excitadíssimas, conversando e organizando a viagem de Nilce a João Pessoa (PB) para

participar de uma oficina do Departamento de DSTs, AIDS e Hepatites Virais do Ministério da Saúde. A conversa girava em torno da comunicação do Departamento de que o NEP poderia enviar apenas uma representante porque já havia passado o prazo de inscrições para participar e o NEP não tinha se inscrito, mantendo a posição da RBP de não dialogar mais com o MS enquanto este não adotasse uma postura diferente em relação às demandas desta categoria. Foi uma técnica do departamento que conhecia o NEP e insistiu no contato com a OSC. Tendo que decidir por uma representante e após ficar bem claro por parte dos técnicos do departamento que se tratava de uma oficina para as prostitutas construírem estratégias de prevenção das DSTs, AIDS e Hepatites, decidiu-se que a Nilce representaria o NEP. Nesse dia, enquanto conversávamos entre cafés e cigarros como de costume, separávamos materiais de projetos de intervenção realizados pela OSC para que Nilce levasse na viagem. Lembro claramente, da Tina comentando com a Nilce: “Tu sabe que o Ministério da saúde sempre foi nosso parceiro, mas não deixa eles virem com trelé...” (Trecho do diário de campo, março de 2013).

Completamos a conversa com risadas, bem entendidas, que queriam dizer que sabíamos por que a Nilce era a melhor escolha para representar o NEP. Atualmente, ela ocupa o lugar de coordenadora e dedica-se fielmente ao movimento social de prostitutas, principalmente neste momento em que o trabalho tem sido completamente voluntário há mais de um ano, porque não o NEP não tem recebido recursos para a sustentabilidade via projetos sociais, nem do Ministério da Saúde, nem das secretarias de saúde do estado ou do município. O único apoio que o NEP continua recebendo do Ministério da Saúde são as cotas mensais de preservativos e géis lubrificantes para distribuição entre as prostitutas.

Nilce é o exemplo do resultado das ações executadas pela RBP em parceria com o MS, prostituta de rua, foi acessada por Tina no fim dos anos de 1980, é também uma das fundadoras da OSC. Ser prostituta e militante do movimento social é o que a constitui, não gosta que falem por ela, “não manda recados”, é extremamente reflexiva sobre a realidade das atividades na prostituição.

Poucos dias depois da viagem de Nilce para a Oficina de Comunicação do Departamento de DSTs, AIDS e Hepatites Virais, fui convidada para uma já tradicional “cervejinha” das “gurias do NEP” ao fim da tarde no Mercado Público de Porto Alegre. Estes tradicionais encontros das “gurias do NEP”, nada mais são do que um encontro entre amigas após o trabalho, onde se conversa sobre tudo: trabalho, família, namorados e maridos, filhos,

animais de estimação, roupas e tantos outros temas comuns a um encontro entre mulheres. Observo apenas o fato delas fazerem questão de que estes encontros ocorram sempre no mesmo bar, um lugar frequentado por prostitutas, onde o proprietário sabe que elas são prostitutas e pode-se falar abertamente sobre prostituição sem olhares constrangedores.

No meio de conversas sobre como andam os trabalhos no NEP, a família de Tina, o namorado de Soila, a neta de Dete, pergunto sobre a linda foto que vi de Nilce na rede social virtual Facebook. Ela então fala sobre a Oficina de Comunicação em Saúde para profissionais do sexo da qual participou, entre os dias 11 e 14 de março de 2013, promovida pelo Departamento de DSTs, AIDS e Hepatites Virais do Ministério da Saúde: “Essa foto foi tirada lá, gravamos uns vídeos também. Ficaram lindos, foi um trabalho maravilhoso, digno do movimento social. Tem um CD com toda a produção da oficina. Tina, tu esta com o CD?” (Trecho do diário de campo, abril de 2013.).

Tina então tira o CD da bolsa, devidamente identificado como Oficina de comunicação para profissionais do sexo promovida pelo Ministério da Saúde, Departamento de DSTs, AIDS e Hepatites Virais, e constando os logotipos do governo federal. Tina conta que ainda não conseguiu ver porque o CD não estaria funcionando no computador da sede do NEP. Nilce pede a Tina que me empreste, para que eu teste e veja se o problema é no CD ou no computador. Pergunto se posso copiar porque este material interessa para a minha dissertação, Nilce responde: “Claro que pode, ficou lindo.” (Trecho do diário de campo, abril de 2013).

Continuamos conversando sobre a oficina, sobre as representantes do movimento social organizado de prostitutas que estavam presentes nesta, sobre os maridos, filhos, animais de estimação, sobre o trabalho na prostituição e tantas outras coisas. Nilce como sempre é a primeira a ir embora, e uma após a outra deixamos o bar.

Semanas depois, volto ao NEP para devolver o CD. O material contido no CD eram vídeos de oficinas onde as prostitutas falam sobre o desejo de “ter voz, não só nas universidades, mas também dentro dos ministérios, exigindo a garantia de seus direitos”. Também parabenizam o departamento pela oportunidade dada a elas, a mostrarem a outras pessoas que elas também são “mães de família, sentem dores e choram”, falam também sobre preconceito e estigma. Quatro vídeos correspondem a histórias de ficção criadas pelas prostitutas sobre prostituição, cidadania e prevenção de DSTs. Nos créditos finais de todos os

vídeos consta o nome das prostitutas que participaram, a informação de que o vídeo foi realizado na Oficina de Comunicação para profissionais do sexo do Departamento de DSTs, AIDS e Hepatites Virais do Ministério da Saúde, com local e data. Esse material foi entregue pelo departamento a todas as mulheres que participaram da oficina.

Nesse dia, uma terça-feira em que volto ao NEP, encontro o local em pleno funcionamento: lá estavam os dois voluntários, a Nilce, outras duas prostitutas que trabalham na OSC, e Soila que retornava depois de ter se desvinculado dos trabalhos na sede meses atrás. Um entra e sai de prostitutas em busca da cota mensal de preservativos, encaminhamentos para consultas médicas, cafés e cigarros, a Tina cozinhando alguma coisa e eu sendo interrogada sobre minha vida pessoal e profissional. Pensei que tudo parecia continuar exatamente como eu havia deixado há mais de um ano atrás quando parei de trabalhar na OSC para seguir outros caminhos. Devolvi o CD para a Nilce, parabenizando-as pelo trabalho e perguntei diretamente:

- “Vocês autorizaram a publicação desse material?”

Ao que ela respondeu tranquilamente:

-“Sim, tenho as cópias dos termos e tudo. Ficou muito bom, muito digno. Foi a primeira vez que eu vi o ministério fazer alguma coisa que realmente nos representasse”.

Menos de dois meses depois, na véspera do dia 2 de junho, dia este celebrado internacionalmente como Dia da Prostituta¹⁷, ao entrar na rede social Facebook vejo publicada uma foto de Nilce no perfil do Departamento de DSTs, AIDS e Hepatites Virais do Ministério da Saúde. Tratava-se de uma campanha, lançada naquele fim de semana nas redes sociais pelo Departamento de DST, AIDS e Hepatites Virais do Ministério da Saúde.

O perfil do Departamento de DSTs, AIDS e Hepatites Virais na rede social informava que a campanha, cujo lema era “Sem vergonha de usar camisinha”, tinha sido pensada como

¹⁷ O dia internacional da prostituta é uma data comemorativa, que lembra a discriminação das prostitutas, as suas condições precárias de vida e de trabalho e a sua exploração. O ponto de partida para esse dia comemorativo foi o dia 2 de Junho 1975 quando mais de 100 prostitutas ocuparam a Igreja Saint Nizier em Lyon na França, a fim de chamar a atenção para a sua situação: a partir dos anos 70, agências policiais mantiveram as prostitutas sob crescente pressão. As represálias da polícia forçou as mulheres a trabalhar mais em segredo. Como resultado, a proteção relativa da observância pública acabou e as mulheres se viram confrontadas com um aumento da violência contra elas por cafetões, clientes e policiais. Depois de dois assassinatos e falta de vontade do governo para melhorar a situação das prostitutas, "trabalhadoras do sexo" finalmente ocuparam uma das igrejas locais em Lyon - Saint-Nizier - e entraram em greve. Depois de oito dias, a igreja foi liberado pela polícia. O evento é considerado como o ponto de partida de um movimento de prostitutas no mundo.

uma homenagem ao Dia Internacional das Prostitutas. Os banners e vídeos, segundo o departamento teriam sido produzidos numa oficina para profissionais do sexo ocorrida em março, em João Pessoa. Ainda informava que participaram do evento representantes de ONGs, associações e movimentos sociais que atuam com esse grupo de profissionais, entre eles o NEP. Além da peça com a foto de Nilce, outras peças publicitárias com imagens de prostitutas que também fazem parte da RBP, traziam mensagens contra o preconceito, sobre a necessidade de prevenção das DSTs e AIDS e sobre a vontade das prostitutas de serem respeitadas. Essas peças estavam disponíveis nas redes sociais e também no site do Departamento de DSTs, AIDS e Hepatites Virais e tinham frases como: “O maior sonho é que a sociedade nos veja como cidadãos”, “Eu não posso ficar sem a camisinha, meu amor” e “Eu sou feliz sendo prostituta”.

A campanha “Sem vergonha de usar camisinha”, foi inspirada em outra campanha realizada em parceria entre o Ministério da Saúde e a Rede Brasileira de Prostitutas no ano de 2007, chamada “Sem vergonha”. Essa campanha também foi construída em conjunto com as mulheres prostitutas que fazem parte do movimento e tratava-se de estender a discussão do trabalho das multiplicadoras para além das questões de prevenção e autoestima, promovendo o treinamento em *advocacy* e sustentabilidade das associações e ONGs de prostitutas. O projeto foi dividido em várias áreas e cada uma teve uma organização que coordenava o projeto em âmbito regional. Devido à vigência deste projeto nacionalmente, “Sem vergonha” além do financiamento do Ministério da Saúde, contou com o apoio financeiro das Secretarias de Saúde dos municípios e dos estados, assim como, o apoio de outras Secretarias parceiras do movimento social regionalmente, através da articulação da RBP. Essa campanha, pelo menos no que se refere a sua execução pelo NEP, foi basicamente pensada para as mulheres prostitutas e todo o material feito (adesivos, folders, agendas, entre outros.) foi distribuído em locais de prostituição e tinham como público alvo as prostitutas.

Sabendo do consentimento de Nilce, dado segundo ela na oficina de comunicação para a divulgação de sua foto e de todo o material produzido, publiquei a peça publicitária recém-lançada com sua foto (ANEXO A) no meu perfil na rede social *Facebook* e marquei todas as pessoas do NEP na mensagem para que vissem o material. Ao compartilhar esta foto jamais poderia imaginar os acontecimentos que viriam a seguir. daquelas coisas que o campo de pesquisa insiste em fazer com pesquisadores e pesquisadoras de uma hora para outra, algum fato ocorre e faz com que pensemos, e agora como dou continuidade ao desenvolvimento da

pesquisa? Não é possível negar que este fato é muito relevante para a pesquisa, mas como desenvolvê-lo de forma ética?

Para o antropólogo João Biehl, que realiza pesquisas no campo da saúde global, “o antropólogo demarca territórios não mapeados e acompanha as pessoas que se movem através deles. No campo, o inesperado acontece diariamente e novas causalidades entram em jogo. Uma receptividade ao que é surpreendente e o uso de categorias que são importantes na experiência humana podem tornar nossa ciência mais realista” (BIEHL, 2011, p.268). Assim sendo, considere os acontecimentos a seguir como fundamentais para a análise das relações do movimento social de prostitutas com as políticas prevenção e enfrentamento à AIDS no Brasil construídas especificamente para esta categoria.

Na segunda-feira à noite, recebi um telefonema da Nilce me perguntando sobre a minha postagem de sua foto na rede social: o que eu tinha feito com a foto dela? De quem eu tinha compartilhado? Onde estava publicado originalmente aquilo? Expliquei que a foto tinha sido publicada no perfil da rede social do departamento, com todos os logotipos do ministério e do governo do Brasil e compartilhada por mim. Nilce utiliza pouco as redes sociais, na verdade, entrou nessas depois da oficina de comunicação do Ministério da Saúde.

No dia seguinte, após sair de uma reunião de trabalho na Secretaria de Políticas para as Mulheres do Rio Grande do Sul, com um cartaz sobre tráfico de pessoas que relacionava diretamente este fenômeno com as atividades da prostituição, decidi passar no NEP para saber sobre o que elas estavam falando sobre a campanha do Ministério da Saúde e mostrar o “famigerado”¹⁸ cartaz, visto do ponto de vista do movimento social de prostitutas. Importante destacar que as campanhas sobre tráfico de pessoas para a exploração sexual têm sido uma das discussões mais caras ao movimento social organizado de prostitutas atualmente. Segundo Corrêa et al (2011, p.17), vale a pena destacar que, desde os anos 1990, o Brasil adotou políticas públicas no campo da exploração sexual de crianças e adolescentes e do tráfico de pessoas que, em vários aspectos, fazem interseção com a resposta ao HIV/AIDS entre profissionais do sexo. Em 1990, foi aprovado o Estatuto da Criança e do Adolescente, que afirmou os direitos das crianças e adolescentes no país. Desde então, a questão do abuso sexual de crianças e adolescentes, inclusive para a exploração sexual, tem sido uma

¹⁸ Expressão usada para se referir a quem é famoso, notável, célebre, quem tem fama. Também se aplica a malfeitores, a quem tem má fama. Essa expressão vai se mostrar importante a seguir porque é a mesma utilizada para se referir a campanha construída pelas prostitutas por um deputado federal.

preocupação central da sociedade e do estado brasileiro. Ao final da década de 1990, as questões do turismo sexual e do tráfico para fins sexuais, especialmente na Região Nordeste, ganharam grande visibilidade no debate público. Em 2003, o Brasil assinou o Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em especial mulheres e crianças. Em 2004, o Congresso Brasileiro ratificou este protocolo, desdobrando-se a partir daí em uma série de iniciativas institucionais e legislativas. Para as autoras, um exemplo foi a criação, pela Secretaria Nacional de Justiça do Ministério da Justiça, de um grupo de trabalho para desenvolver o Programa de Combate ao Tráfico de Pessoas. Outro exemplo, foi a formulação do Plano Nacional de Combate ao Tráfico de Seres Humanos. A partir de 2005, foram aprovadas leis específicas sobre crimes sexuais – pornografia, abuso sexual e tráfico – que foram incorporadas ao Código Penal em agosto de 2009, sob a Lei 12.015/2009 (CORREA et al, 2011, p.18). Entre 2003 e 2008, as políticas de combate ao tráfico de pessoas e, mais especialmente, o tráfico para fins sexuais, receberam generosos financiamentos de diferentes doadores, inclusive USAID (com a qual o Ministério da Saúde rompeu relações após uma forte pressão da RBP) e agências europeias. As autoras afirmam que essas políticas e a legislação vigente são implementadas em parceria com uma rede ampla e complexa de organizações da sociedade civil: ONGs de defesa dos direitos de crianças e adolescentes, instituições religiosas (como a Pastoral da Mulher Marginalizada) e organizações feministas. Correa et al, concluem que “é exagerado afirmar que uma onda abolicionista esteja em curso no país, mas há sinais de que posições e visões radicalmente contrárias ao exercício da prostituição como trabalho vêm ganhando espaço e legitimidade” e “que inevitavelmente esta agenda se cruza com a política de resposta ao HIV” (CORREA et al, 2011, p.18). Por exemplo, nos anos recentes e nos níveis locais, principalmente no norte e nordeste do país, as ações de prevenção do HIV entre profissionais do sexo foram implementadas em articulação com as medidas para coibir a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes e, em alguns casos, com projetos de resgate de pessoas adultas da prostituição ou oferta de treinamento para outro tipo de trabalho.

Ao chegar a entrada da galeria do prédio onde o NEP está localizado passo por um voluntário da OSC que me diz: - “Estão falando de ti lá em cima”. No NEP encontro Nilce, Soila, Tina e outras prostitutas. Não sei se foi pelo alardeado da conversa que seguia sobre a campanha, ou se naquele dia, entravam e saíam muitas mulheres do NEP, mas a sensação que eu tinha era de ver a sede cheia de mulheres, por todo lado se ouviam coisas como: “Qual o

problema daquela foto?”, “Se tu me visse na rua, acharia que eu sou prostituta?”, “Prostituta tem cara?”, “Eu sou feliz mesmo, tu não é feliz no teu trabalho?”, seguidas de risadas e opiniões.

O “problema” para elas não estava na foto, mas na forma fora de contexto que estava colocada a frase “Eu sou feliz sendo prostituta”, que Nilce não lembrava ter dito em nenhum momento durante a oficina, e que eu também não tinha identificado nos vídeos que assisti¹⁹. Além do fato de que as peças publicitárias seriam diferentes das apresentadas às prostitutas que participaram da construção da campanha no final da oficina. Elas discutiam a questão da frase estar descontextualizada, explicavam que assim como estava colocada não explica porque elas se sentiam felizes sendo prostitutas e como dessa forma, parecia deslocada da questão de prevenção e o enfrentamento a AIDS para esta categoria, assim como, nada dizia em relação ao reconhecimento da profissão. No meio da conversa, Soila me diz:

_ “Faz a ficha dessa mulher, aproveita que estás aqui e ajuda um pouco no trabalho”.

Preenchendo a ficha da mulher, digo para Soila:

_ “Olha Soila, novinha. É o segundo dia de trabalho dela na prostituição”.

A outra mulher que acompanhava a “novinha” responde:

_ “Eu contei para ela que comecei a trabalhar na prostituição com a idade que ela tem hoje, isso há 10 anos, nunca mais mudei de profissão. Eu amo meu trabalho”. Seguido de risadas de todas as presentes.

A Tina me pergunta se eu já havia almoçado, a Soila se eu queria fazer uma limpeza de pele, a Nilce discute o cartaz que eu levei e explica que o problema dele chamar atenção para a questão do “tráfico internacional de pessoas para a prostituição”. O argumento de Nilce era de que o correto seria a campanha se referir ao tráfico de pessoas para a exploração sexual. Irritada, comenta a ambiguidade de um governo que segundo ela “não se entende”, diante do fato de que o MS teria lançado uma campanha pelo reconhecimento da prostituição como um trabalho e a Secretaria Nacional de Segurança Pública “estaria tratando prostituição como um problema internacional”. Em seguida, joga o cartaz no lixo.

¹⁹ Revendo os vídeos para esta pesquisa, encontro as prostitutas falando todas as outras frases utilizadas na campanha, menos a frase da peça publicitária com Nilce.

Depois de uma discussão “acalorada” sobre no que consiste ao tráfico de mulheres para exploração sexual, saio do NEP para ir trabalhar, acompanhada da Soila que também sai do NEP para trabalhar, enquanto Tina e Nilce conversam sobre quem abrirá a sede no dia seguinte porque Tina tem uma reunião com a Secretaria Municipal de Saúde e Nilce precisa cuidar dos netos de manhã.

Até esse momento, para elas, a campanha lançada pelo Ministério da Saúde incomodava porque não representava o trabalho construído durante a oficina em João Pessoa. Segundo Nilce, que esteve presente nesta ocasião, o resultado era bastante diferente do material que lhes haviam apresentado durante o pré-lançamento da campanha no evento. Também não esperavam uma divulgação nas redes sociais virtuais e entendiam que, como sempre, esse material seria para uso e divulgação de uma campanha com prostitutas. Pode parecer uma contradição, mas elas explicaram-me que para falar com a sociedade em geral teria que ser diferente e citaram um dos vídeos construídos na oficina onde prostitutas aparecem em um local de prostituição na rua e um casal passa e as cumprimenta, uma alusão ao desejo de serem vistas.

Uma hora depois de sair do NEP recebi uma mensagem da Soila, com um *link* do endereço eletrônico de uma notícia na Folha de São Paulo²⁰ que tratava sobre o veto do Ministro da Saúde, Alexandre Padilha a campanha “Sem vergonha de ser prostituta”, a mesma que o *site* do MS se referia como “Sem vergonha de usar camisinha”.

A nota informava que o Ministro da Saúde, Alexandre Padilha, teria recuado sobre uma ação já lançada pela pasta na internet voltada às prostitutas com foco na prevenção de doenças sexualmente transmissíveis. A polêmica girava em torno de uma das peças da campanha, lançada no último final de semana, "Eu sou feliz sendo prostituta" que já aparecia como indisponível nos perfis do *Facebook* e do *Twitter* do Departamento de DSTs, AIDS e Hepatites Virais. O Ministro afirmava: "Enquanto eu for ministro, não acho que seja uma mensagem a ser passada pelo Ministério da Saúde". A peça que gerou a polêmica então era a que tinha a frase com a imagem da Nilce. O Ministro Alexandre Padilha disse que todas as peças divulgadas com a logomarca do governo federal e já disponíveis no site e nas redes sociais do departamento, ainda dependiam de aprovação quando foram publicadas. Ainda

²⁰ Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/06/1289525-ministro-da-saude-recua-em-campanha-para-prostitutas.shtml>. Acessado em 4 de junho de 2013.

afirmava que "recebemos várias sugestões, que ainda vão passar por avaliação". Todavia, não entrava em detalhes de que sugestões seriam essas.

Segundo a *Folha de São Paulo*, entretanto, em reportagem publicada no site do departamento do ministério na sexta-feira (31), afirmava que o Departamento de DSTs, AIDS e Hepatites Virais do Ministério da Saúde lançaria no fim de semana nas redes sociais uma campanha de mobilização pela visibilidade das profissionais do sexo. "A ação com o tema 'Sem vergonha de usar camisinha' celebra o Dia Internacional das Prostitutas, neste domingo (2)".

O jornal *O Estado de São Paulo*, publicou que as peças teriam sido produzidas "a partir de uma oficina de comunicação em saúde para profissionais do sexo, realizada entre os dias 11 e 14 de março de 2013 em João Pessoa", promovida pelo Ministério da Saúde. Ainda comentava sobre o fato de, no *site* do Departamento, estar disponível um vídeo em que mulheres diziam, olhando para a câmera, "eu sou prostituta", "ser prostituta é o que me define" e "eu sou puta, a minha presença te incomoda?"²¹.

Neste momento entrei imediatamente em contato com outro pesquisador parceiro da Rede Brasileira de Prostitutas e fiquei sabendo que a RBP já estava se mobilizando, que estavam tentando contato com os profissionais do Departamento de DSTs, AIDS e Hepatites Virais do Ministério da Saúde e que estes se encontravam acuados e ameaçados de serem demitidos, recebi telefonemas das mulheres do NEP, tentamos contato com a Nilce que àquela hora estava no ônibus indo para casa cuidar dos netos e não tinha acesso à internet, ao que respondeu tranquilamente: _ "Amanhã vemos isso..."

O que poderia facilmente ser entendido como um descaso de Nilce em relação ao "drama" que estávamos fazendo sobre o ocorrido, na verdade exemplifica o comportamento de muitas mulheres prostitutas que fazem parte do movimento social, a prostituição é parte, mas não é tudo em sua vida. Dessa forma, pode-se compreender, como já citado, aquilo que sugere Biehl, "os campos com que as pessoas, cheias de ambiguidade, inventam e que regem suas vidas". Para o autor, esses campos de significância são mediados por poder e conhecimento e são também animados por reivindicações de direitos básicos e desejos" (BIEHL, 2011, p.276.). Nilce iniciou na prostituição com mais de 20 anos, com duas filhas já nascidas, se fez prostituta para ganhar um "dinheiro familiar" (OLIVAR, 2013), vivendo das

²¹ A frase "eu sou puta, a minha presença te incomoda?" também não foi localizada por esta pesquisadora nos vídeos da Oficina em João Pessoa.

atividades na prostituição, comprou casa, vive com as filhas e netos(as) em uma cidade da região metropolitana de Porto Alegre, afastada do local de trabalho, não tem marido, é “avulsa” (OLIVAR, 2013) e é também militante do movimento organizado de prostitutas, é “uma mulher como qualquer outra”, como costuma explicar. Todavia, com todo esse saber e conhecimento construído ao longo de mais de 25 anos de participação no movimento social de prostitutas, feliz com o seu trabalho e com as escolhas feitas na sua vida, Nilce não imaginava os acontecimentos que viriam a seguir. A exposição dela nas mídias a partir do veto do ministro a campanha do departamento de DSTs, HIV, AIDS e Hepatites Virais, traria à tona o preconceito social e o estigma mais uma vez, como demonstrarei na seção seguinte.

4.2 O sofrimento da prostituta cidadã com autoestima

Antes do fim da tarde do dia 04 de junho, já estava disseminada a notícia sobre o veto do Ministro da Saúde a campanha do Departamento de DSTs, HIV, AIDS e Hepatites Virais para profissionais do sexo, em jornais, tais como *A Folha de São Paulo*, *Jornal do Estado de São Paulo*, *O Sul*, entre outros e principalmente nas redes sociais.

Uma notícia²² publicada no jornal *A Folha de São Paulo*, incomodava particularmente os militantes de Direitos Humanos e as pessoas que fazem parte do movimento social organizado de prostitutas. Tratava-se da posição de deputados da Bancada Evangélica que dispararam ataques à presidenta Dilma Rousseff e cobravam explicações do Ministério da Saúde sobre a campanha lançada pela pasta na internet voltada às prostitutas com foco na prevenção de doenças sexualmente transmissíveis. Os deputados se pronunciaram dizendo coisas como: "O que o governo faz é um crime, é apologia à prostituição. O governo está patrocinando um crime ao defender essa conduta", disse o deputado Marcos Rogério (PDT-RO). A deputada Liliam Sá (PSD-RJ) disse que a campanha representava um "desfavor à sociedade". "O que é isso? Ninguém é feliz sendo explorada sexualmente", afirmou. Para o deputado João Campos (PSDB-GO), “a campanha era mais uma prova que o governo Dilma

²² Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/06/1289631-evangelicos-pedem-explicacoes-sobre-campanha-para-prostitutas.shtml>, <http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/deputados-evangelicos-cobram-explicacoes-do-governo-sobre-campanha-para-prostitutas>. Acessado em 04 de junho de 2013.

Rousseff não cumpre promessas de campanha”. “É uma campanha discriminatória. Esse é um governo que não preza pelos valores da família”. O jornal afirmava que em tom irônico, Campos teria dito, que já poderia visualizar as próximas campanhas publicitárias do Ministério. “Eu já vejo: Sou adúltero, sou feliz. Ou incestuoso, siga-me. Ou sou pedófilo, sou feliz, sou realizado”. O deputado Costa Ferreira (PSC-MA) recomendou que “a presidente Dilma deveria ficar atenta às ações de sua equipe”. “Ela deve tomar pé de seu governo porque isso não vai ser bom para ela”. O Presidente da comissão de Direitos Humanos, Marco Feliciano (PSC-SP), disse ser a favor de pedir explicações sobre “essa famigerada campanha”.

Importante destacar que esses deputados que se posicionaram contra a campanha fazem parte ou se definem como, da Bancada Evangélica. Segundo Gomes et al (2009), “as transformações que ocorrem na sociedade, a pluralização de estilos de vida e o crescimento de novas demandas na sociedade civil acendem posicionamentos de atores pertencentes as instituições religiosas”(GOMES et al, 2009, p.16). E destacam que “nesse cenário político complexo, a questão do Estado democrático remonta ao problema das tensões entre o ideal de laicidade e os valores religiosos na gestão política no país” (GOMES et al, 2009, p.17). O antropólogo Richard Parker (2012), referência para o pensamento sobre sexualidade e sobre o impacto causado pelo HIV/AIDS no Brasil nos últimos anos, que desde os anos de 1980, dedica-se, tanto na academia quanto no movimento social da AIDS, a analisar a sexualidade no país considerando diferentes dimensões, que vão desde o comportamento sexual, até os fatores sociais e econômicos que conformam as condições de vulnerabilidade ao HIV, e as respostas sociais aos desafios impostos pela epidemia, em uma entrevista recente ao site do Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM)²³, afirma que em geral, as políticas de AIDS não são prioridades do governo atual em vistas de que “tem-se tentado apaziguar e satisfazer a Bancada Evangélica e a Igreja Católica, enfim, as forças conservadoras religiosas que podem gerar votos. É política pura e simples.” Atribui também ao que se refere como “domesticação dos movimentos ativistas pelo governo”, isto é, ao fato de o governo ter cooptado boa parte dos ativistas que fizeram parte do movimento da AIDS, incorporando-os em cargos técnicos. Para ele, “por causa deste movimento de agradar aos setores religiosos, o governo está deixando de lado a tradição de patrocinar políticas progressistas com relação à AIDS, e aos direitos sexuais e reprodutivos”. Para Márcia, que é integrante da Federação de Bandeirantes do Brasil e do Fórum ONGs/AIDS- RS, com quem pude conversar sobre o assunto: “Essa relação tem se mostrado comprometida e tendenciosa,

²³ Disponível em: <http://www.clam.org.br/destaque/conteudo.asp?cod=9929>.

em muitos momentos mostrando uma fragilidade do governo brasileiro que cede a pressão das bancadas Evangélicas e conservadoras”. Márcia, também afirmou que: “O veto do Ministro a campanha construída pelas prostitutas foi uma arbitrariedade e um desrespeito ao coletivo. Para, além disso, o veto reforça a imagem de que prostituição não é um direito e uma escolha da prostituta. O governo brasileiro, com esse ato, reforçou o estigma e o preconceito com a prostituição”.

Em resposta ao pronunciamento da Bancada Evangélica sobre a campanha, o deputado Jean Wyllys (PSOL-RJ) protocolou na Câmara de Deputados um pedido para retirar da Comissão de Direitos Humanos o projeto de lei que legaliza a prostituição. Autor do projeto de lei, ele pediu que a proposta fosse discutida por uma comissão especial. Jean Wyllys afirmou que temia que a proposta fosse engavetada na Comissão, que conta com maioria de parlamentares alinhados com bancadas religiosas, entre eles Marco Feliciano, que era nesta data presidente desta.

Ainda no dia 04 de junho o Ministro da Saúde, Alexandre Padilha, negou o aval à campanha “Sem vergonha de usar camisinha”, determinou a retirada de todo o material produzido das redes sociais e sites do Ministério e demitiu o Diretor do Departamento de DST, AIDS e Hepatites Virais²⁴, Dirceu Greco.

Muitas questões surgiram nesse momento. Eu achei a campanha bonita e importante para o movimento organizado social de prostitutas, mas me perguntei também, porque essa campanha estava vinculada ao Ministério da Saúde e não à Secretaria de Direitos Humanos, ou ao Ministério do Trabalho, ou mesmo à Secretaria de Políticas para Mulheres? Estava claro que era uma campanha de valorização da cidadania das mulheres prostitutas, ou profissionais do sexo, como o Ministério da Saúde prefere tratar-lhes. Alguns técnicos e técnicas do departamento são pessoas vinculadas a movimentos sociais que apoiam o movimento social de prostitutas e deveriam saber do risco de uma campanha dessas. Elas foram chamadas por esse Departamento para construir a campanha e tiveram a assessoria dos técnicos e técnicas durante todo o processo de construção. Destaco que é importante refletir sobre a responsabilidade dos técnicos e das técnicas do Departamento na promoção desta oficina com as prostitutas e do lançamento da campanha de prevenção de doenças sexualmente

²⁴ Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/geral,ministro-da-saude-manda-tirar-campanha-eu-sou-feliz-sendo-prostituta-da-internet,1038726,0.htm>, <http://noticias.r7.com/saude/governo-nega-aval-a-mensagem-de-campanha-sou-feliz-sendo-prostituta-04062013> , <http://www.estadao.com.br/noticias/cidades,ministro-da-saude-demite-responsavel-por-campanha-favoravel-a-prostituicao,1038815,0.htm> . Acessado em 4 de junho de 2013.

transmissíveis para esta categoria na forma como foi feita. Em outras palavras, por se tratar de técnicos (as) especializados (as), do Departamento de DSTs, AIDS e Hepatites Virais pode-se supor que são capazes de identificar o caráter ousado da campanha, pois se sabe que o Brasil ainda está longe de reconhecer a prostituição como um trabalho. Apesar dos esforços do movimento social de prostitutas, a prostituição ainda é uma atividade sobre a qual recai um peso moral e um preconceito social importantes em nosso país. Mesmo que a campanha tenha sido construída pelas prostitutas que fazem parte do movimento social, o que lhes foi apresentado no final da oficina em João Pessoa não condiz com a campanha que foi lançada nas redes sociais. Segundo elas, esta campanha não lhes foi apresentada antes da publicação, pelo menos, não para Nilce. Também não estava claro onde, quando e como ela seria divulgada. Será que esse era o momento apropriado para uma campanha dessa dimensão? A equipe técnica do Departamento não deveria ter considerado a possibilidade de um veto a campanha antes mesmo de sua publicação? As prostitutas que atuam no movimento social organizado de prostitutas estavam preparadas para tamanha repercussão?

Para o movimento social, prevenção de doenças é promoção de cidadania, mas porque neste momento uma campanha de prevenção de DSTs, AIDS e Hepatites Virais com prostitutas, já que o movimento social reconhece que esta categoria não é atualmente a mais atingida pelo vírus da AIDS? E nós que trabalhamos nos locais de prostituição sabemos que as prostitutas usam preservativo com seus clientes. A questão já apontada por muitos pesquisadores é que elas não usam preservativos com seus parceiros afetivos, maridos, namorados ou companheiros. O que pode ser entendido como uma questão das relações de gênero, em uma sociedade ainda fortemente influenciada por dominação masculina e menos como uma especificidade da categoria. Por muitas vezes, ouvi a Nilce reivindicando recursos do Ministério da Saúde para trabalhar prevenção com mulheres e não mais somente com as profissionais prostitutas. Na prostituição, exceto em alguns casos reconhecidos como de exploração sexual pelo movimento social e, mesmo assim, nas práticas de sexo oral, as prostitutas sempre fazem referência ao uso de preservativos com seus clientes e até mesmo trocam estratégias²⁵ de como convencê-los em caso de insistência para terem relações sexuais sem camisinha. Porque então uma reaproximação com o Ministério da Saúde se em 2011 a RBP havia decidido não mais participar dos editais desse Ministério que oferecessem recursos apenas para o combate às DSTs e AIDS?

²⁵ Entre as estratégias para convencer os clientes que insistem em manter relações sexuais sem preservativos elas fazem referência ao uso do preservativo feminino, este também fornecido gratuitamente pelo NEP através de parceria com o Ministério da Saúde.

Nas 48 horas seguintes ao veto, diversas organizações da sociedade civil parceiras do Ministério da Saúde se manifestaram nas redes sociais através de notas de repúdio ao veto do Ministro da Saúde. Uma frase da Nilce durante uma entrevista chamou-me a atenção, ela disse-me: “a gente mede o preconceito pelo tamanho do apoio recebido nessas horas...” (Nilce, dezembro, 2013).

Nilce se referia ao apoio recebido por diversas organizações não governamentais, ativistas de direitos humanos e intelectuais em espaços públicos e redes sociais virtuais. Assim, posteriormente, acessei algumas das pessoas que fazem parte de organizações da sociedade civil e que conhecem o trabalho do NEP para saber a posição de outros movimentos sociais sobre o veto a campanha. Rubens, militante social, integrante da Rede Nacional de Pessoas Vivendo com HIV/AIDS - núcleo Porto Alegre e Coordenador do fórum de ONGs/AIDS-RS (do qual o NEP faz parte da diretoria, respondendo pela coordenação financeira, além de ser integrante, não sendo a única organização representante das prostitutas que integram o Fórum, uma instituição da cidade de Júlio de Castilhos, constituídas de prostitutas também integra), disse-me quando perguntado sobre sua posição ao veto do ministro a campanha:

“Minha posição em relação à atitude do Ministério da Saúde que retirou a propaganda das prostitutas sobre prevenção, discriminando a fala de uma delas, que afirma ser feliz na profissão, é que foi um atraso e ranço preconceituoso do ministro da saúde, que deixa de fora uma população vulnerável a epidemia da AIDS, assim como já fez com os jovens e gays. As principais populações vulneráveis a AIDS sofreram desconsideração e foram colocadas de fora das campanhas de prevenção, numa total falta de respeito aos direitos humanos.”

Outra ativista social, afirmou que:

“Qualquer veto a campanha de informação e prevenção é visto como uma violência institucional àquilo que se luta. O debate central para nós está naquilo que se quer garantir. Se quer acesso a informação, se quer prevenção, se quer saúde, educação, jamais uma campanha construída para e com o público em geral, jamais deve ser vetada. É impossível construir diálogo e garantia de direitos quando uma campanha que fala de/para/com o público e consegue dialogar com toda a sociedade seja “punida” por não se enquadrar na lógica marqueteira “organizada, limpa e padronizada”. (Cris – OSCIP Guayí - Democracia, Participação e Solidariedade)

Eu fui chamada para colaborar na divulgação de uma posição da OSC sobre o fato e o NEP se manifestou através da seguinte nota, enviada ao Ministério da Saúde, a Rede Brasileira de Prostitutas, e publicada nas redes sociais:

“O Núcleo de Estudos da prostituição, conhecido como NEP, membro da Rede Brasileira de Prostitutas, fundado em 1989, é referencia no trabalho com profissionais do sexo em todo o estado do Rio Grande do Sul. Enquanto movimento organizado de prostitutas sentimos vergonha desta atitude retrógrada, preconceituosa, discriminatória e desrespeitosa por parte do Sr. ministro da Saúde,

Alexandre Padilha, para com as PROSTITUTAS DO BRASIL. Os valores centrais da Rede Brasileira de Prostitutas são assumir a identidade profissional, buscar o reconhecimento da atividade de prostituta, manter o movimento social de prostitutas organizado, igualdade social, liberdade de expressão, dignidade, solidariedade e respeito as diferenças. Assim sendo, O NEP apresenta sua NOTA DE REPÚDIO ao ato do Ministro da Saúde, Alexandre Padilha, que vetou a peça da campanha voltada às prostitutas, que diz: “Eu sou feliz sendo prostituta”.

Esse veto representa um retrocesso nas ações desenvolvidas com as prostitutas e um desrespeito a produção realizada na oficina de comunicação e saúde para profissionais do sexo, promovida pelo próprio Ministério da Saúde.

Acreditamos que os movimentos sociais, que mais se comprometeram no combate à epidemia de AIDS no Brasil, tem o direito de defenderem o fim do preconceito e de dizer simplesmente QUE SÃO FELIZES. O veto do ministro da saúde a esta campanha é uma VERGONHA”. (Nota de Repudio do Núcleo de Estudos da Prostituição em Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Divulgada em 5 de junho, 2013.)

Esta nota de repúdio foi difundida pela RBP em diversos espaços como sendo a posição que representava o movimento social organizado de prostitutas.

Nesse momento, com a dimensão que tomou o fato nas mídias, eu pensava em como a Nilce estaria se sentido com a exposição de sua imagem. Telefonei para ela diversas vezes nesses dias e ela mostrava-se pouco disposta a falar sobre o tema. Preocupada com a minha amiga, coloquei-me à disposição para auxiliá-la no que precisasse e estivesse ao meu alcance. Ela me solicitou que comprasse o jornal *Estadão* daquele final de semana, para o qual ela teria dado uma entrevista sobre a campanha do Ministério da Saúde. No domingo, quando fui à banca de jornal, querendo confirmar que a entrevista havia sido publicada, a vendedora me disse, abrindo o jornal na página certa: “Esta aqui, e tem em outros jornais também se te interessa. Ela é cliente da banca (apontando para a foto da Nilce), compra cigarros aqui, LM prata. Tu também trabalhas com elas?”. (Trecho de diário de campo, 9 de junho de 2013)

Entendo que este comentário demonstra a dimensão da exposição da imagem da Nilce. A discreta prostituta da Praça da Alfândega era agora reconhecida como a prostituta feliz da campanha do Ministério da Saúde, até mesmo pela mulher que trabalha na banca onde ela costuma comprar cigarros.

Na entrevista no jornal *Estadão* (ANEXO B) publicada no dia 9 de junho de 2013, Nilce aparece sentada em um banco da Praça da Alfândega em Porto Alegre, conta sua história de vida e, quanto a frase que provocou a polêmica, afirma:

“Sou feliz prostituta e feliz porque adquiri muito conhecimento, é na profissão que consigo ajudar minhas colegas, ganho meu dinheiro, não tenho patrão, faço meu horário, tenho minha liberdade e cuido da minha saúde. Além disso tenho uma família que me aceita como sou, prostituta e feliz.”

No entanto, foi só o jornal *Estadão* que deu espaço para Nilce falar. As demais mídias ou se preocupavam com o veto a campanha e os gastos do Ministério da Saúde, ou com a equipe técnica do Departamento de DSTs, AIDS e Hepatites Virais que foram responsabilizados e demitidos pelo ministro, ou ainda pior, faziam piadas sobre Nilce em rede televisiva nacional. Por isso, Nilce foi exposta e sofreu. Incomodada não por ser prostituta, mas por ser apontada e julgada nas ruas por ser “a prostituta feliz” teve seu cotidiano alterado, passou dias sem frequentar o NEP, sem poder levar ou buscar seus netos e netas na escola, sem poder trabalhar na praça.

Segundo Victora (2011), o sofrimento é um processo complexo e multifacetado. Para essa autora, a contribuição da antropologia nesse debate, volta-se para a dimensão social da aflição. Victora (2011, p. 3) sugere que o sofrimento é social não somente por ser causado ou por ocorrer em condições sociais específicas, mas porque como um todo, é um processo social corporificado nos sujeitos históricos. A autora sugere, assim, que um olhar antropológico para esse fenômeno deverá voltar-se fundamentalmente para “os processos sociais, políticos, culturais e econômicos que combinados, engendram formas corporificadas de sofrimento e para como essas formas corporificadas de sofrimento também contribuem para a especificidade da vida social”.

Nilce, que não se afirma vítima, sentiu o preconceito social, histórico, contra as prostitutas mais uma vez. Essa categoria de não vítima aparece constantemente nas falas das mulheres prostitutas. Em termos antropológicos, isto chama bastante atenção já que uma série de pesquisas vem problematizando a categoria de vítima como constitutiva da emergência de uma nova subjetividade política. Segundo Sarti (2011, p.54), “a construção da pessoa como vítima no mundo contemporâneo é pensada como uma forma de conferir reconhecimento social ao sofrimento, circunscrevendo-o e dando-lhe inteligibilidade”. Configurando assim, “uma maneira de dar inteligibilidade ao sofrimento de segmentos sociais específicos, em contextos históricos precisos, que se produzam ou são produzidos como tal, conferindo legitimidade moral às suas reivindicações” (SARTI, 2011, p.54). Entretanto, as prostitutas afirmam que já foram vítimas de violência policial nos anos de 1980, mas, atualmente, não são mais vítimas, nem de uma sociedade que as discrimina, já que em suas próprias palavras: “são parte constitutiva desta sociedade”. Parece, dessa forma, que o que elas querem dizer é que não precisam ser salvas, não estão sofrendo no exercício de suas atividades laborais, elas têm profissão, são trabalhadoras e querem ter seus direitos reconhecidos socialmente. Entendo que é por não se ver como vítima e também por ser feliz sendo prostituta, que a Nilce resistiu

à violência cometida contra ela e às demais colegas pelo governo, através do veto do Ministro da Saúde, à campanha construída por elas durante a oficina de comunicação do Departamento de DSTs, AIDS e Hepatites Virais. Na entrevista ao jornal *Estadão* Nilce explica que ela é feliz sendo prostituta, por participar do movimento social de prostitutas e através deste ter aprendido o que sabe hoje sobre prevenção a doenças sexualmente transmissíveis, direitos humanos ou trabalhistas. Podendo, assim, colaborar com as demais colegas de trabalho, consciente da realidade social das prostitutas no país, problematizando sempre as diferenças regionais no exercício da atividade e continua na luta por ter seus direitos como mulher e trabalhadora, reconhecidos pela sociedade como um todo. Mesmo que inicialmente Nilce estivesse incomodada por não lembrar de ter usado a frase que gerou toda a polêmica na oficina de comunicação, no conteúdo da entrevista ao jornal *Estadão* ela assume a frase como sua, e aborda o tema da felicidade, em uma ação claramente política. Nilce, nessa entrevista, performa a prostituta cidadã com autoestima de tal forma, como sugerem Vianna e Farias (2011, p.83), que sua ação faz parte “de um repertório de experiências e recursos políticos que circulam através de redes de ativistas que se replicam em dinâmicas de aprendizado e solidariedade entre pessoas que, a partir de dado momento e movidas por condições específicas passam a se ver como parte mais ou menos exata de um coletivo” (VIANNA, FARIAS, 2011, p. 83-84). Um coletivo que compõem sujeitos simultaneamente da dor pessoal e da ação política. Assim, segundo a autora, trazem para a cena pública, como capital primordial, a história de suas relações, narradas sempre a partir de um evento extraordinário que interrompeu o que se imaginava ser o curso natural dessas relações que levou embora investimentos morais e afetivos profundos. De modo que indica a importância de pensar a ação de Nilce como um jogo complexo de elaboração de atuação pública que torna possível a produção da prostituta cidadã com autoestima como sujeito político, de construção de si mesma como pessoa que merece ser vista e ouvida. Em acordo com as afirmações de Vianna e Farias, pode-se dizer que “sua atuação aponta não apenas para a heterogeneidade de recursos políticos e simbólicos a serem acionados em contextos singulares, mas para a busca, do ajuste entre as narrativas sobre suas dores pessoais e sobre as causas que exigem reconhecimento e resposta” (VIANNA, FARIAS, 2011, p.92).

Nos dias seguintes ao veto do ministro, Nilce foi motivo de piadas de um humor duvidoso em um programa de televisão aberta, o qual ela e a família assistiam. Soila no dia seguinte me contava que estava sofrendo muito, “tu imagina a dor dela, Leina”, porque “Nilce estava assistindo o programa com os netos”. Essa era a questão fundamental para Nilce, ela é

feliz porque é chefe de uma família, é militante do movimento social e é prostituta. Mulher de classe popular, fez-se prostituta e militante nas ruas do centro de Porto Alegre e se fez chefe de família em uma cidade da região metropolitana, distante de seu trabalho. Mulher, que assim como Soila, é feliz sendo prostituta, principalmente depois que se construíram como cidadãs com autoestima após a experiência adquirida no movimento social e assim libertarem-se das violências cometidas contra ela por “cafetões” ou policiais.

Assumir-se prostituta e feliz, nos organismos governamentais, ao fim não parece ser tão diferente de assumir-se prostituta nas ruas, ônibus ou escolas dos filhos. Como sujeitos políticos ou como mulheres no cotidiano da vida, o fato de serem prostitutas acaba quase sempre fazendo com que sejam tratadas como um risco para a ordem social em uma sociedade moralista, que parece tolerar a prostituição, mas não a reconhece como uma profissão.

A oficina de comunicação do Departamento de DSTs, AIDS e Hepatites Virais com mulheres prostitutas, foi desenvolvida para dar visibilidade, reconhecimento e respeito pela profissão prostituta. , entretanto o intento acabou provocando sofrimento nas mulheres que trabalham na atividade, através do veto do Ministro da Saúde a campanha e dos comentários sobre o ocorrido de deputados federais, da repercussão nas mídias e na exposição da imagem da Nilce nacionalmente.

O fato etnografado e aqui descrito provoca uma reflexão sobre sofrimento social e violência com uma categoria marcada pelo preconceito social e pelo estigma. Segundo Kleinman et al (apud VICTORA, 2011, p.5), o sofrimento social resulta do que o poder político, econômico e institucional produz nas pessoas e, reciprocamente, de como essas formas de poder, elas próprias influenciam as respostas aos problemas sociais. Ou como afirma Victora (2011, p.5), trata-se de um sofrimento intrinsecamente vinculado ao que a autora se refere como as políticas e economias da vida, verificadas, segundo ela, em condições e configurações históricas e sociais específicas.

Em dezembro de 2013, uma nova campanha para mulheres profissionais do sexo (ANEXO C) foi lançada pelo Departamento de DSTs, AIDS e Hepatites Virais promovendo a realização de testes rápidos de HIV nas populações consideradas vulneráveis pelo Ministério, entre elas as prostitutas. Dessa vez, utilizando a foto de uma profissional do sexo que não integra a RBP. Esta campanha foi bastante criticada por alguns segmentos do movimento social organizado de prostitutas, principalmente do sul e sudeste do país, porque estaria novamente tratando-as como um grupo de risco, diferente de outras mulheres que não exercem esta atividade. A campanha afirma que a estimativa de profissionais do sexo com o

vírus da AIDS é maior do que a “das mulheres em geral”. O material publicitário da campanha, até o momento, não chegou ao NEP e mesmo que tivesse sido recebido não seria utilizado, como afirmou Tina. Para ela, da forma que foi construída e as ações propostas nesta campanha, representam um retrocesso em termos de políticas de prevenção à AIDS e, mais uma vez, o Ministério da Saúde estaria desrespeitando a luta e afrontando os princípios do movimento social organizado de prostitutas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos aspectos abordados neste estudo, no que se refere a como as mulheres que fazem parte das organizações de prostitutas assumem a identidade do movimento social e, nesse caso, como se dá a relação dessas organizações com as políticas públicas para a categoria, para finalizar este trabalho gostaria de levantar algumas considerações que não necessariamente se apresentam como respostas às questões, mas podem servir para a reflexão e a elaboração de novas análises.

No presente estudo pude identificar que as mulheres que fazem parte do NEP e foram interlocutoras dessa pesquisa, não apenas assumem a identidade de militantes do movimento social organizado de prostitutas, como essa identidade vem lhes constituindo. São mais de vinte anos de aproximação com o movimento social, seja conclamando as mulheres prostitutas para se organizarem pelo fim das violências cometidas contra elas, seja trabalhando de forma voluntária na organização ou em projetos de intervenção de promoção de autoestima e prevenção de doenças sexualmente transmissíveis. Ainda, participando dos espaços de construção e debates de políticas públicas para profissionais do sexo. Foi este envolvimento que fez delas as mulheres que são hoje: militantes, prostitutas ou não, todas assumiram a prostituição e principalmente, são companheiras de lutas, prostitutas cidadãs.

A categoria êmica “luta”, forjada na experiência de ser prostituta militante pelo reconhecimento da profissão, indica uma das questões mais relevantes para elas, a construção da prostituta cidadã. O movimento social organizado de prostitutas, representado de forma concreta pelo NEP, é vivido por elas como um lugar de coletivização de sociabilidades alternativas e femininas, de nomeação do seu trabalho, uma rede de amizades e porque não dizer, de parentesco, um espaço de união de forças para suas “lutas” cotidianas.

Foi nesse contexto que, durante a minha inserção no campo, refleti sobre questões relacionadas a prática antropológica. No caso do movimento social organizado de mulheres, foi verificado um *confiar desconfiando*, a desconfiança e a confiança construídas através do *trabalho do tempo* (DAS, 2008), que tangencia as relações dessas mulheres não só comigo, como pude perceber na minha trajetória, mas também com outras pessoas, clientes ou organizações governamentais e não governamentais. Nessas condições, entendo como explica

DAS (1999, p.37) que o *tempo* não seja algo meramente representado, mas um agente que “trabalha” nas relações, permitindo que sejam reinterpretadas, reescritas, modificadas. Sempre há uma desconfiança com pesquisadores ou instituições que querem formar parceria com o NEP até que fique clara a relação. É o tempo da relação, os laços e os afetos que segundo Soila, determinam a confiança. Além disso, segundo ela, prostituta trabalha com o tempo e o tempo de uma prostituta tem um preço. Para qualquer pessoa que queira se aproximar do movimento social de prostitutas, o preço, segundo elas é o respeito à profissão prostituta.

Cabe também ressaltar que, no que diz respeito às relações do movimento social organizado de prostitutas com as políticas públicas no Brasil, esta se dá de forma bastante complexa e ambígua. Se por um lado existe uma histórica relação da Rede Brasileira de Prostitutas com o Ministério da Saúde, apesar de bastante articulada, atualmente essa colaboração não parece tão sólida. O veto da campanha “Sem vergonha de usar camisinha” é um exemplo disso. Uma das consequências, além do sofrimento causado as prostitutas que participaram da campanha, foi trazer à tona o preconceito social e o estigma que persistem.

É possível considerarmos a inserção da categoria profissional do sexo, em 2002, na Classificação Brasileira de Ocupações, como um avanço em termos de políticas públicas para esta categoria no Brasil, todavia uma legislação que contemple uma regulamentação e/ou legalização da prostituição na sua totalidade, apesar da histórica “luta” do movimento social por terem seus direitos trabalhistas reconhecidos, parece ser algo muito mais complexo de ser conquistado.

Também foi possível verificar outras ambiguidades nas relações do movimento social de prostitutas com as instituições estatais, para além dos diversos projetos executados pelas organizações que fazem parte da RBP com recursos do Ministério da Saúde. No V Encontro Nacional de Prostitutas, realizado em Porto Alegre, por exemplo, foram acionadas parcerias com Departamentos e Secretarias de diversos setores dos governos, nos âmbitos federal, estadual e municipal, como, por exemplo, de turismo e cultura, para a obtenção de recursos para sua execução. Em alguns momentos da trajetória da RBP, fica visível que a possibilidade de articulação com os setores públicos dá-se ou não, dependendo de quem está na gestão naquele período, muito menos do que para a execução de uma política pública, mais por um reconhecimento das trajetórias e articulações políticas construídas pelo movimento social com esses agentes.

Incontáveis vezes ouvi de algumas prostitutas que fazem parte do movimento social a frase: **“não quero que gostem de mim, mas exijo que me respeitem”**. A primeira vez, foi em uma reunião com a Secretaria Estadual de Saúde, Departamento de DSTs, AIDS e HIV, na qual era discutida a prestação de contas de um dos projetos financiados pela secretaria e executados pelo NEP. Naquele contexto, uma prostituta, utilizou a frase para justificar ter chegado atrasada à reunião porque teria trabalhado na noite anterior, não gostando dos olhares direcionados a ela por algumas pessoas presentes. Outras vezes, ouvi prostitutas, utilizando essa frase em diversas situações, quase sempre para reivindicar o direito de ter sua profissão reconhecida como um trabalho. Essa frase também foi utilizada na campanha “Sem vergonha”, em parceria com o Ministério da Saúde no ano de 2007, que pretendia chamar a atenção das mulheres profissionais do sexo para se reconhecerem como trabalhadoras que deviam se prevenir às DSTs no exercício da sua profissão. Entendo que a utilização dessa frase significa que elas sabem que a relação delas com o Estado e com a sociedade em geral, dá-se na medida de uma certa tolerância ao seu trabalho, mas não por reconhecimento a sua profissão.

Foi verificada, neste estudo, uma moral profissional das mulheres que fazem parte do movimento social de prostitutas, em que a prostituta cidadã com autoestima entende que prostituição é um trabalho, do qual provém seu sustento financeiro. Por isso, é necessário fazer dele um trabalho o mais rentável possível. Como não se trata de um trabalho como outro qualquer, para serem reconhecidas como trabalhadoras pelos demais grupos sociais resto da sociedade, é necessário adequar suas condutas, suas vestimentas e seu “jeito de ser”, para assim serem vistas como qualquer outra mulher.

A hipótese que persegui nesta investigação buscou complementar a afirmação de Lenz (2011) de que a “prostituição como profissão, permanece confinada ao Estado sobretudo ao setor saúde” (LENZ, 2011, p.13). A antropóloga Veena Das (2011, p.18), afirma que “as vidas individuais são definidas pelo contexto, mas também geradoras de novos contextos”. Assim, compreendi que a relação do confinamento das políticas públicas para prostitutas ao setor saúde é ambígua. Entendi que através da observação do cotidiano de uma organização da sociedade civil que faz parte da Rede Brasileira de Prostitutas, acompanhando a experiência de quatro mulheres militantes das causas da prostituição que existem sujeitos nesta relação e que a formação do sujeito é uma agência complexa feitas de posições fraturadas e divididas de sujeitos (DAS, 2011, p.36.). Procurei demonstrar nesta dissertação

que o setor saúde é hoje praticamente a única forma de sustentabilidade dessas organizações de prostitutas e também o setor do Estado, que pelo menos, mostra-se disposto a dialogar com o movimento de prostitutas. Apesar do embate de interesses nesta relação, as mulheres que fazem parte do movimento social organizado de prostitutas constroem estratégias de promoção de suas demandas e agenciam ações políticas a partir desse espaço. Para tanto, analisei um fato etnografado no campo de pesquisa. O fato narrado tratou sobre a oficina de comunicação do Departamento de DSTs, AIDS e Hepatites Virais com prostitutas para a construção de uma campanha publicitária, desenvolvida para dar visibilidade, reconhecimento e respeito pela profissão prostituta, mas acabou provocando sofrimento nas mulheres que trabalham na atividade, através do veto do Ministro da Saúde a campanha e dos comentários sobre o ocorrido de deputados federais, da repercussão nas mídias e na exposição da imagem da Nilce nacionalmente. Esse acontecimento trouxe à tona o preconceito social e o estigma que sofrem diariamente as prostitutas.

Não me cabe responsabilizar qualquer uma das partes envolvidas pelo sofrimento causado a Nilce ou a qualquer outra prostituta com o veto a campanha. A questão que pretendi problematizar com esse texto, refere-se às responsabilidades do governo com as políticas públicas para uma categoria marcada pelo preconceito social, buscando compreender o que está em jogo para o movimento social de prostitutas, nas suas relações com as políticas públicas propostas para essa categoria no país. O que me parece, nesse jogo de relações é preciso que elas estejam atentas as possibilidades de ação política. O mais importante, para elas, é não desistir de “lutar” para garantir o direito de ter seu trabalho reconhecido. Sendo assim, felicidade da Nilce e de outras mulheres que fazem parte deste movimento social, como se pode compreender, está na história construída por elas enquanto movimento social, nesses mais de vinte cinco anos de “lutas” pelo reconhecimento de sua profissão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Biehl, João. **Antropologia no campo da saúde global**. Horizontes Antropológicos, ano 17, n.35, p.257-296, jan-jun, 2011.

BONETTI, Alinne; FLEISCHER, Soraya (orgs). **Entre saias justas e jogos de cintura**. Editora Mulheres, 2007.

CASTELLS, Manuel. **A era da informação: economia, sociedade e cultura**. São Paulo: Paz e Terra, 1999. (A sociedade em rede, vol. I).

CLIFFORD, James. **A experiência etnográfica**. Rio de Janeiro: UFRJ Editora, 1998.

CORRÊA, Sonia; PIMENTA Cristina; MASUK, Ivya et al. **Sexualidade e desenvolvimento: a política brasileira de resposta ao HIV/AIDS entre profissionais do sexo**. Rio de Janeiro, ABIA, 2011.

DAMATTA, Roberto. **Relativizando: Uma introdução à antropologia social**. Petrópolis, Vozes, 1981.

DAS, Veena. **El acto de presenciar**. Violencia, conocimiento envenenado e subjetividad. In: Ortega, F. (editor) Veena Das: sujetos del dolor, agentes de dignidad. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2008.

_____, V. **Fronteiras, Violência e o Trabalho do tempo:** alguns temas wittgensteinianos. Revista Brasileira de Ciência Sociais, ano 14, v40, p. 31-42, 1999.

DAS, Veena; POOLE, Deborah. **El estado y sus márgenes:** Etnografías comparadas. Revista académica de relaciones internacionales, n8, 2006.

OLIVEIRA, Luís R. Cardoso de. **O Ofício do Antropólogo,** ou como desvendar evidências simbólicas. Série Antropologia, v413. Brasília, UnB, 2007. (mimeo)

DUARTE, Luiz F.D., GOMES Elaine de C. et al. **Valores Religiosos e Legislação no Brasil:** a tramitação de projetos de lei sobre temas morais. Rio de Janeiro, Garamond, 2009.

DULESKO, Darlei de Andrade. **Os caminhos de uma organização na construção de uma identidade homossexual em Porto Alegre.** 2004. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

FAVRET-SAADA, Jeanne. **Ser afetado.** Cadernos de campo, ano 13, v13, p.155-161, 2005.

FERNANDES, Rubens César. **Privado, porém Público:** o terceiro setor na América Latina. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

FLEISCHER, Soraya. **Antropólogos “anfíbios”?** Alguns comentários sobre a relação entre antropologia e intervenção no Brasil. Revista ANTHROPOLOGICAS, ano 11, v 18, p. 37-70, 2007.

FONSECA, Cláudia L. W. . **A morte de um gigolô: Fronteiras da transgressão e sexualidade nos dias atuais.** In: GREGORI, M. F.; PISCITELLI, A.; CARRARA, S. (Orgs.) Sexualidades e saberes, convenções e fronteiras. São Paulo: Garamond, 2004.

_____, C.L.W. **A Dupla Carreira da Mulher Prostituta.** Revista de Estudos Feministas, v 4, n1, p. 7-34, 1996.

_____, C.L.W. **Família, fofoca e honra: etnografia das relações de gênero e violência em grupos populares.** Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2000.

_____, C.L.W. **O anonimato e o texto antropológico: dilemas éticos e políticos da etnografia em “casa”.** In: SCHUCH; VIEIRA e PETERS (Orgs.). Experiências, dilemas e desafios do fazer etnográfico contemporâneo. Porto Alegre: Ed. Da Universidade/ UFRGS, 2010, p.205-227.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: História da Violência nas Prisões.** Petrópolis: Vozes, 1996.

GASPAR, Maria Dulce. **Garotas de Programa: Prostituição em Copacabana e Identidade Social.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: Zahar, 1989.

GOFFMAN, E. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada.** Rio de Janeiro: LTC, 1975.

GOHN, Maria da Glória. **Os Sem Terra, ONGs e Cidadania.** 2º ed., São Paulo: Cortez, 2000.

GOLDENBERG, Miriam. **Corpo, envelhecimento e felicidade na cultura brasileira.** Contemporânea, v 9, n 2, p.77-85, 2011.

GOMES, E; NATIVIDADE, M. et al. **Proposições de Leis e valores religiosos:** controvérsias no espaço público. In: Valores Religiosos e Legislação no Brasil: a tramitação de projetos de lei sobre temas morais. Rio de Janeiro, Garamond, 2009, p.15-44.

HOLSON, James. **Cidadania Insurgente:** disjunções da democracia e da modernidade no Brasil. 1º ed., São Paulo, Companhia das letras, 2013.

LEITE, Gabriela e LENZ, Flávio. **A trajetória do movimento de prostitutas e sua relação com o Estado brasileiro.** In: Análise do contexto da prostituição: em relação a direitos humanos, trabalho, cultura e saúde no Brasil. Levantamento Nacional e Contexto Internacional. Rio de Janeiro, ABIA, 2013.

LENZ, Flávio. **O Estado da Saúde e a “doença” das prostitutas:** uma análise das representações da prostituição nos discursos do SUS e do terceiro setor. 2011. Monografia (Especialização em Comunicação e Saúde) - Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde da Fiocruz. Rio de Janeiro.

MENDONÇA, Sílvia B. **"Exclusivamente feminino":** Materialização cotidiana do gênero por "garotas de programa". 2013. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **De Mauss a Claude Lévi-Strauss.** In: MERLEAU-PONTY, M. Textos selecionados. São Paulo: Abril Cultural, 1984, p.193-206. (Coleção Os Pensadores).

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Avaliação da efetividade das ações de prevenção dirigidas às profissionais do sexo, em três regiões brasileiras.** Brasília: PN-DST/AIDS/Unb, 2004.

MORAES, Aparecida. **Mulheres da Vila:** prostituição, identidade social e movimento associativo. Petrópolis: Ed. Vozes, 1996.

OLIVAR, José Miguel Nieto. **Guerras, trânsitos e apropriações:** políticas da prostituição feminina, a partir das experiências de quatro mulheres militantes em Porto Alegre, Brasil. 2010. Tese (Doutorado em Antropologia Social) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

_____, J. M.N. **Devir Puta:** Políticas de prostituição de rua na experiência de quatro mulheres militantes. Rio de Janeiro: UERJ, 2013.

_____, J. M.N. **Entre Nilce, a prostituta, e Isabel, a princesa.** Sobre redes, relações e arcabouços libertários. *Illuminuras*, Porto Alegre, v 12, n 27, p.1-25, 2011.

PASINI, Elisiane. **Os Homens da Vila:** um estudo sobre relações de gênero num universo de prostituição feminina. 2005. Tese (Doutorado em Ciências Sociais, Departamento de Antropologia Social) - Universidade de Estadual de Campinas, Campinas.

PEREIRA, Pedro Paulo G. **Violência, Gênero e Cotidiano:** o trabalho de Veena Das. *Cadernos Pagu*, n 35, p.357-369, jul-dez. 2010.

PERES RODRIGUES, Leina. **Coisa de homem:** um estudo sobre construção de masculinidades com homens clientes de prostitutas. 2009. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

PISCITELLI, Adriana. **Apresentação: Gênero no mercado do sexo**. Cadernos Pagu, n 25, p.7-23, dez 2005.

SANTOS, Boaventura de S. **Pela mão de Alice**. O Social e o Político na pós-modernidade. 2º ed., São Paulo: Cortez, 1996.

SARTI, Cíntia. **A vítima como figura contemporânea**. Caderno CRH, v 24, n 61, p.51-61, 2011.

SEFFNER, F., et al. **Respostas Religiosas à AIDS no Brasil: impressões de pesquisa acerca da Pastoral de DST/AIDS da Igreja Católica**. In: Valores Religiosos e Legislação no Brasil: a tramitação de projetos de lei sobre temas morais. Rio de Janeiro, Garamond, 2009, p.115-178.

SIMÕES, Soraya Silveira. **Identidade e política: a prostituição e o reconhecimento de um *métier* no Brasil**. Revista de Antropologia Social dos Alunos do PPGAS - UFSCar, v 2, n 1, p.24-46, jan-jun 2010.

SKACKAUSKAS, Andréia. **Burocratização e institucionalização das organizações de movimentos sociais: o caso da organização de prostitutas Davida**. 2007. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Minas Gerais.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura**. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, n 16, jul-dez 2006, p. 20-45.

SCHUCH, Patrice; VIEIRA, Miriam Steffen, PETERS, Roberta (Orgs.). **Experiências, dilemas e desafios do fazer etnográfico contemporâneo**. UFRGS Editora, 2010.

TEDESCO, Letícia da Luz. **Atores Sociais na Batalha:** Estigma e Cidadania entre prostitutas através de uma ONG em Porto Alegre. 2005. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

VIANNA, Adriana; Farias, Juliana. **A guerra das mães:** dor e política em situações de violência institucional. Cadernos pagu, n37, jul-dez 2011.

VICTORA, Ceres. **“Querem Matar os Últimos Charruas”:** Sofrimento Social e a “Luta dos Indígenas que Vivem nas Cidades”. Revista Antropológicas, v 22, n 1, 2011.

_____, C. **Sufrimento Social e Corporificação do Mundo:** contribuições a partir da Antropologia. Rev. Eletr. De Com. Inf, Inov. Saúde. Rio de Janeiro, v 5, n 4, p.3-13, Dez, 2011.

ANEXOS:

ANEXO A: Peça publicitária da campanha “Sem vergonha de usar camisinha”, publicada originalmente no site do Departamento de DSTs, AIDS e Hepatites Virais do Ministério da Saúde no dia 2 de junho de 2013 e retirada do site após veto do Ministro da Saúde.

2 de junho
Dia Internacional
das Prostitutas

**“ Eu sou
feliz sendo
prostituta ”**

**Sem
Vergonha,
Garota.**

DST-AIDS
HEPATITES VIRAIS

Secretaria de
Vigilância em Saúde

SUS+

Ministério da
Saúde

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO E PAÍS SEM POBREZA

ANEXO B: Entrevista com a Nilce sobre a campanha vetada pelo Ministério da Saúde no Jornal Estadão do dia 9 de junho de 2013.

O ESTADO DE S. PAULO



TSE. O tribunal autorizou o registro de Décio Gomes (PT), o que pode abrir precedente para barrados na Ficha Limpa.



FAB. A força aérea aceitou pedido de um sargento gay de registrar seu companheiro como 'marido' e 'dependente'.

PERSONAGEM

EU, CIDADÃ

Alijada da campanha do Ministério da Saúde, a prostituta Nilce segue na luta contra as DSTs e pelo orgulho da classe



Elder Ogliari / PORTO ALEGRE

Na fila e dentro do elevador de um edifício comercial do centro de Porto Alegre, Nilce Machado, 53 anos, é uma mulher discreta. Sua presença talvez fosse percebida se as centenas de pessoas que passam pelo local todos os dias se dessem conta de que ela esteve no centro de uma polêmica que levou três diretores do Ministério da Saúde a deixarem seus cargos durante a semana e pôs o próprio titular da pasta, Alexandre Padilha, sob uma série de críticas de organizações voltadas à defesa dos direitos humanos. Mas notoriedade é algo que não lhe interessa. Ela vai ao local quase todos os dias por uma causa. Como presidente do Núcleo de Estudos da Prostituição (NEP) atua na prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, na defesa dos direitos civis e no incentivo à autoestima das profissionais do sexo, como ela.

Foi nessa condição que Nilce foi a João Pessoa (PB) em março, a convite do Ministério da Saúde, para participar da produ-

terminal rodoviário urbano nasceu uma paixão. Em pouco tempo, o namorado sugeriu que ela fizesse programas. Depois de alguma relutância, topou e fez de uma esquina da rua Vigário José Inácio seu ponto. O primeiro cliente foi um homem de 65 anos. “Me senti estranha, mas no dia seguinte fui de novo e nunca mais sai”, recorda. “Ali eu ganhava dinheiro e levava para minhas filhas.”

A história com o gigolô durou sete anos. Depois teve outra, com um cabeleireiro, que durou nove anos, até ele morrer. Nesse período Nilce adquiriu um terreno em Eldorado do Sul, na região metropolitana de Porto Alegre, fez sua casa e levou as filhas para morar com ela. Hoje não quer mais ter marido, mas diz que forma uma família feliz, em meio às duas filhas, dois genros e três netos. Não tem muito contato com vizinhos, mas frequenta um centro espírita na comunidade e dedica todo o tempo livre a cuidar dos netos.

As atividades profissionais estão ambientadas a 15 quilômetros de casa. Nilce deixa Eldorado do Sul e vai para o lado

ção de material de divulgação de medidas de prevenção da saúde de populações específicas e autorizou o uso de sua imagem e de uma frase que vive repetindo – “Eu sou feliz sendo prostituta” – para uma campanha destinada a reduzir o preconceito contra as prostitutas e orientá-las sobre a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis. A peça chegou a aparecer no portal do ministério em datas próximas ao Dia da Prostituta, 2 de junho, mas foi retirada da internet no dia 4 por decisão de Padilha. O diretor do Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais do ministério, Dirceu Greco, foi exonerado. Em solidariedade, os diretores adjuntos Eduardo Barbosa e Rui Burgo pediram demissão na quarta-feira.

“Fiquei aborrecida”, revela Nilce, ao falar da atitude do ministro. “Saí de minha casa, fui lá, não me omiti e, se fui como profissional do sexo, em campanha para um público específico, não entendo por que não posso falar sobre prostituição”, prossegue, afirmando que não estará mais disponível para campanhas do órgão. E quanto à frase que provocou a polêmica, confirma tudo. “Sou prostituta e feliz porque adquiri muito conhecimento, é na profissão que consigo ajudar minhas colegas, ganho meu dinheiro, não tenho patrão, faço meu horário, tenho minha liberdade, cuido da minha saúde”, relaciona. “Além disso, tenho uma bela família que me aceita como sou, prostituta e feliz”, repete.

Até chegar à condição de militante da causa, Nilce percorreu um caminho de perdas e trabalho precoce, amores desfeitos e muita determinação para preservar sua característica independência. Nascida em Três de Maio, no oeste do Rio Grande do Sul, ficou órfã de mãe aos 9 anos e de pai aos 11 anos. Depois de morar na casa de tios por algum tempo, alugou uma casa com uma irmã e uma colega, aos 14 anos. E estudou até concluir o ensino médio. Apesar da pouca idade, passou a trabalhar como ajudante de limpeza de um supermercado. Saiu de lá quando era gerente, aos 18.

Quando deixou o supermercado, foi morar em Horizontina. Já era mãe da primeira filha, que decidiu criar sozinha depois de flagrar uma traição do namorado durante a gravidez. Em menos de um ano mudou de cidade de novo e foi para Campo Bom, no Vale do Rio dos Sinos, trabalhar na indústria calçadista. Lá teve outro namorado e a segunda filha, que o pai assumiu somente quando a criança tinha 6 meses. Depois de cinco anos na linha de produção de sapatos e tênis, decidiu deixar as filhas morando com o pai e os avós, que haviam mudado para Campo Bom, e foi procurar emprego em Porto Alegre.

Na capital, a vida de Nilce deu mais uma guinada. De uma troca de olhares em um

leste do Guaíba, trabalhar de segunda a quinta-feira à tarde na remodelada Praça da Alfândega e em hotéis e motéis de Porto Alegre, longe do lar. “Prefiro homens de mais de 35 anos e não gosto de sair com rapazes, porque eles querem mais sexo e eu quero mais conversa e dinheiro”, revela. Por um mínimo de R\$ 50 o cliente sabe que terá sexo convencional – Nilce não trabalha com fetiches – e pelo menos um bom papo, mas nunca na casa de Nilce nem na do cliente.

“Como prostituta me sinto como uma psicóloga”, valoriza. “Os clientes me procuram, vamos ao hotel e às vezes nem fazemos sexo; eles falam de seus problemas, demonstram preocupações com possível envolvimento dos filhos com drogas, desabafam, pedem conselhos, porque sabem que eu tenho conhecimento de prevenção de doenças.”

Foi na mesma Praça da Alfândega, no final dos anos 1980, que Nilce percebeu que tinha de lutar por cidadania e pela união da categoria. Em uma batida da Brigada Militar ela não correu como suas colegas, como era costume na época, e por birra de um policial ficou algemada por quase toda uma tarde. “Fiquei lá, parada, pensando: ‘Se um dia a Princesa Isabel libertou os escravos, um dia isto aqui também vai mudar’”.

Naqueles tempos em que surgiam as primeiras organizações de apoio e prevenção contra a aids, as prostitutas se organizaram em torno do NEP. Desde então a militância conseguiu muitos avanços. Nilce cita a conscientização para o uso da camisinha, que bloqueou não apenas as doenças sexualmente transmissíveis como também reduziu sensivelmente o número de abortos entre as profissionais. “Hoje, quando uma mulher é infectada quase sempre é pelo contato com namorados, e quase nunca por relações com clientes.”

“O NEP foi criado para a prevenção, mas logo percebemos que teríamos de trabalhar também contra a violência e a discriminação”, recorda Nilce. Os problemas não estão resolvidos, mas hoje a violência é menor do que há 25 anos porque a polícia não costuma mais bater em prostitutas nas ruas, e elas podem denunciar violações que sofrem. “A discriminação também diminuiu: as pessoas já não fazem chacota quando passam por nós”, diz a presidente do NEP.

Nilce afirma ainda que, como ela, muitas prostitutas passaram a ter orgulho da profissão. Entendem que ajudam a sociedade disseminando a cultura da prevenção das doenças sexualmente transmissíveis, e isso melhora sua autoestima. “Assumimos nossa cidadania”, conclui.

O ESTADO DE SÃO PAULO
DOMINGO, 9 DE JUNHO DE 2013

ANEXO C: Peça publicitária da Campanha do Ministério da Saúde lançada em dezembro de 2013 direcionada a mulheres profissionais do sexo.

PROFISSIONAL DO SEXO, NÃO DEIXE SUA SAÚDE PARA DEPOIS. FAÇA O TESTE DE AIDS.

O TESTE É RÁPIDO, GRATUITO, SEGURO E SIGILOSO.

A aids é uma doença grave que ainda não tem cura, mas tem tratamento garantido pelo SUS. Quem tem o vírus e descobre a tempo de se cuidar pode viver com mais qualidade. E fique atenta: a estimativa de profissionais do sexo com o vírus da aids é maior que a das mulheres em geral. Por isso, faça o teste de aids e aproveite para fazer também os testes de sífilis e hepatites B e C. Procure uma Unidade de Saúde ou saiba mais em www.aids.gov.br.

PARA VIVER MELHOR, É PRECISO SABER.

DEQUE SAÚDE 136
 Ouvidoria Geral do SUS
www.spsudo.gov.br

PROTEJA-SE. USE SEMPRE CAMISINHA.

Melhorar sua vida, nosso compromisso.

SUS + Ministério da Saúde

GOVERNO FEDERAL BRASIL
 PAÍS RICO E PAÍS SEM POBREZA